

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

JULIANA REIS LIMA

**O SIGNIFICADO DO RECONHECIMENTO DE SABERES DAS PESSOAS IDOSAS:
análise da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
(Certific) do Instituto Federal do Piauí**

TERESINA-PIAUI

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

JULIANA REIS LIMA

**O SIGNIFICADO DO RECONHECIMENTO DE SABERES DAS PESSOAS IDOSAS:
análise da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
(Certific) do Instituto Federal do Piauí**

Dissertação de Mestrado submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, na área de concentração Estado, Sociedade e Políticas Públicas e linha Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais, para obtenção do título de mestre, sob a orientação da Professora Pós-Doutora Maria do Rosário de Fátima e Silva.

TERESINA-PIAUI

2014

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

L732s Lima, Juliana Reis.

O significado do reconhecimento de saberes das
pessoas idosas: análise da Rede Nacional de Certificação
Profissional e Formação Inicial e Continuada (Certific) do
Instituto Federal do Piauí / Juliana Reis Lima. – 2017.

113 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) –
Universidade Federal do Piauí, 2017.

Orientação: Dra. Maria do Rosário de Fátima e Silva.

1. Envelhecimento. 2. Educação. 3. Políticas Públicas.
I. Título.

CDD 362.63

JULIANA REIS LIMA

**O SIGNIFICADO DO RECONHECIMENTO DE SABERES DAS PESSOAS IDOSAS:
análise da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
(Certific) do Instituto Federal do Piauí**

Dissertação de Mestrado submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí, na área de concentração Estado, Sociedade e Políticas Públicas e linha Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais para obtenção do título de mestre.

Aprovada em: 22 de agosto de 2014

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Maria do Rosário de Fátima e Silva
Universidade Federal do Piauí - UFPI
Orientadora e Presidente

Prof.^a Dr.^a. Solange Maria Teixeira
Universidade Federal do Piauí - UFPI
1º examinador

Prof.^a Dr.^a. Maria Edileide Alencar Oliveira
Instituto Federal do Piauí - IFPI
2º examinador

Aos meus pais, Osmar e Izélia, que não mediram esforços para minha formação humana, e me ensinaram o valor do estudo. Minha eterna gratidão!

Aos meus filhos, Arthur e Heitor, pela compreensão e paciência comigo e pelas palavras de incentivo, que foram a principal motivação para a conclusão deste estudo.

Aos meus irmãos, Leonardo e Raimundo Neto; e minha cunhada, Anadja, por acreditarem que eu seria capaz.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que com seu amor incondicional foi meu sustento e conforto nos momentos de dor. Toda a minha gratidão por me conduzir em mais uma etapa da minha vida.

À minha mãe, exemplo de perseverança, Izélia Reis; e a meu pai, meu porto seguro, Osmar, pelo exemplo de coragem e honestidade. Obrigada por muitas vezes abdicarem dos seus sonhos para que os meus fossem realizados.

Aos meus filhos, Arthur e Heitor, pelo amor, cumplicidade e paciência, pelo sorriso sincero, pelo abraço apertado, pela esperança que salta aos olhos. Sem a presença constante de vocês, não teria conseguido. Amo vocês!

Aos meus irmãos, Leonardo e Raimundo Neto, por todo apoio e companheirismo.

Ao Felipe, por me fazer acreditar que a vida nunca tem fim.

Às minhas irmãs do coração, que estiveram sempre ao meu lado, dando-me o apoio emocional e afetivo e que dividiram comigo os momentos de angústia, alegria e tristeza, Regina Cláudia e Francisca Anadja.

Às minhas tias e primas que sempre torceram pelo meu sucesso.

Às amigas, Silvana Teixeira, Thaline Elias e Yasmin Lima, pelo suporte técnico e amizade neste percurso.

À professora Maria do Rosário, minha orientadora, pela paciência, palavras de ânimo e orientações que contribuíram para a realização deste estudo.

Às amigas do Mestrado, Fabrina e Nayane, pelos e-mails e telefonemas me lembrando os prazos e me fazendo acreditar que poderíamos concluir.

Às pessoas idosas participantes desta pesquisa, pelos ensinamentos e reflexões acerca da vida, dos valores e do futuro.

“Devemos reconhecer que, sendo maior o número de pessoas que recebem melhor educação e desfrutam de longevidade e boa saúde, os idosos podem contribuir mais do que nunca para a sociedade e, de fato, assim o fazem. Se incentivarmos sua participação ativa na sociedade e no desenvolvimento podemos estar certos de que seu talento e experiência são inestimáveis. Os idosos que podem e querem trabalhar devem ter a oportunidade de assim o fazer, e todas as pessoas devem ter a oportunidade de continuar aprendendo ao longo da vida.”

(KOFI ANNAN, 2002, ONU)

RESUMO

A expectativa média de vida dos brasileiros tem aumentado nas últimas décadas, seguindo uma tendência mundial dos países em desenvolvimento, resultado da melhoria das condições de vida da população. Tal mudança na estrutura demográfica brasileira desafia o Estado e a sociedade em geral a qualificar este prolongamento da vida humana, adequando as ações socioculturais, econômicas, educacionais e políticas a esta nova demanda. Desse modo, esta dissertação objetivou compreender o significado da certificação profissional e o reconhecimento de saberes para pessoas idosas, que historicamente não eram alcançados por programas de inclusão nos espaços educacionais. Para atingir os objetivos propostos pela pesquisa, utilizou-se a abordagem metodológica qualitativa, com três frentes de pesquisa: a bibliográfica, a documental e a de campo. Como técnica de coleta de informações, utilizou-se a entrevista semiestruturada, realizada com as pessoas idosas e servidores do IFPI, *Campus Floriano*, que participam do programa *Certific*. Esses dados foram analisados de modo que permitiu conhecer as percepções destas pessoas idosas acerca dos saberes adquiridos ao longo da vida e das possibilidades de elevação da escolaridade, bem como as respostas governamentais apresentadas a esse público. A partir da percepção desses sujeitos, construíram-se as seguintes categorias de análise: significado de velhice, a importância do trabalho, o ingresso na profissão, a qualificação para o trabalho, o *Certific*, mudanças trazidas após o *Certific*. Na análise, constatou-se que os sujeitos não se percebem velhos, pois acreditam serem plenamente produtivos, revelando o olhar estigmatizante em torno do processo de envelhecimento, cultivado pela sociedade capitalista. Verificou-se que não há programa educacional específico para as pessoas idosas no IFPI, mas que o *Certific* atraiu as pessoas idosas, pela proposta inovadora de certificar as experiências e os saberes adquiridos no decorrer de suas trajetórias de vida e de trabalho, possibilitando aos alunos o aumento da qualificação profissional, a melhoria da autoestima e o empoderamento desses. Os sujeitos idosos da pesquisa guardam muitas expectativas em torno da possibilidade de terem seus saberes reconhecidos por meio da certificação profissional oferecida pelo programa.

Palavras-chave: Envelhecimento. Educação. Políticas públicas.

ABSTRACT

The average life expectancy of Brazilians has increased in recent decades, following a global trend of developing countries, a result of improved living conditions of the population. Such a change in the Brazilian demographic structure, challenges the state and society at large to qualify prolongation of human life, adapting the sociocultural, economic, educational and political actions to this new demand. Thus, this thesis aimed to understand about the meaning of professional certification and recognition of knowledge for the elderly, which historically were not achieved by inclusion programs in educational spaces. To achieve the objectives proposed by the study, we used a qualitative approach with three research fronts: bibliographic, documental and field. As a technique of gathering information, we used the semi-structured interview with the elderly and the IFPI, *Campus* Floriano participating in the program CERTIFIC servers. These data were analyzed so that helped identify the perceptions of these older people about the knowledge acquired throughout life and the possibilities of increasing schooling and governmental responses presented to this audience. From the perception of these subjects were built the following categories of analysis: Significance of age, the importance of Labor, the entry into the profession, the qualifications for the job, The CERTIFIC, Changes brought after CERTIFIC. In the analysis it was found that subjects did not perceive old because they believe they are fully productive, revealing the stigmatizing look around the aging process cultivated by capitalist society. It was found that there is no specific educational program for the elderly in IFPI, but that the elderly CERTIFIC attracted by innovative proposal to make the experiences and knowledge acquired during the course of their lives and work, enabling students to the increased professional skills, improving self esteem and empowerment of these. Elderly subjects research hold many expectations around the possibility of having their knowledge recognized through professional certification offered by the program.

Keywords: Aging. Education. PublicPolicy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Itinerário formativo da rede Certific.....	76
-------------------	--	----

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1** - Proporção de idosos de 60 anos ou mais e de 65 anos ou mais de idade – 24
Brasil – 1999/2009.....
- Gráfico 2** - Panorama da alfabetização no Brasil – Taxa de analfabetismo – pessoas 66
com 15 anos ou mais, categorias específicas, Brasil (2008).....

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Dados do questionário – escolaridade dos trabalhadores.....	82
Tabela 2 -	Da experiência profissional.....	82

LISTA DE SIGLAS

ANG	Associação Nacional de Gerontologia
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAPs	Caixas de Aposentadoria e Pensões
CEFET	Centros Federais de Educação Tecnológica
CERTIFIC	Programa de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
CF	Constituição Federal
COBAP	Confederação Brasileira de Aposentados
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FIC	Formação Inicial e Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PNI	Política Nacional do Idoso
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UNED	Unidade de Ensino Descentralizada
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PROEJA	Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL	20
2.1	CONTEXTUALIZANDO O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA.....	20
2.2	O ENVELHECIMENTO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.....	26
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA.....	29
3	EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO	45
3.1	DIREITO À EDUCAÇÃO: um direito de todos?.....	45
3.2	A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA DE ACESSO À CIDADANIA DAS PESSOAS IDOSAS.....	56
3.3	AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA NO BRASIL.....	62
4	A REDE NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	68
4.1	O INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ: conhecendo o contexto da educação profissional.....	68
4.2	O PROGRAMA INTERINSTITUCIONAL DE CERTIFICAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA – PROGRAMA CERTIFIC: implantação e etapas do processo.....	73
4.3	O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ/CAMPUS FLORIANO E O PROGRAMA CERTIFIC.....	79
4.4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS.....	86
4.4.1	O significado da velhice.....	86
4.4.2	A importância do trabalho para a pessoa idosa.....	89
4.4.3	O programa Certific e a possibilidade de certificação profissional.....	90
	CONCLUSÃO	96
	REFERÊNCIAS	100
	APÊNDICES	107

1 INTRODUÇÃO

Os estudos em torno do processo de envelhecimento ganharam importância, no Brasil, nas últimas décadas, em decorrência das diversas mudanças sociais, demográficas, culturais e econômicas pelas quais vêm passando a população. As idades referenciais de entrada e saída no mercado de trabalho também têm sido alvo de reflexões de governos e sociedade civil, uma vez que a idade produtiva cresce tanto quanto o aumento populacional, sendo urgente a busca pela educação profissional. Essa é a realidade daqueles que no decorrer da vida estiveram afastados do espaço formal de qualificação e reconhecimento de saberes profissionais para a (re)inserção no mercado de trabalho.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011 confirmam, no Brasil, a tendência demográfica de crescimento do segmento populacional idoso, que desde a década de 70, aponta para uma desaceleração no ritmo de crescimento de sua população, trazendo mudanças expressivas em sua estrutura etária. Atualmente, segundo dados do IBGE (2011), o número de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos é de cerca de 19 milhões, representando 11% do total de brasileiros. As previsões são de que em 2025 esse percentual passe para 24,5%. Com isso, o Brasil será o sexto país com maior população idosa.

Com esse crescimento numérico, a pessoa idosa ocupa um papel cada vez mais significativo na sociedade brasileira atual, demarcando seu espaço no cenário econômico, político, educacional, cultural e social, demandando um olhar atento às peculiaridades desse segmento etário, por parte do poder público, da família e da sociedade, uma vez que a longevidade exige a proposição de mecanismos capazes de responder às necessidades básicas do indivíduo idoso.

O interesse pelo tema se relaciona a dois aspectos principais: o primeiro se refere à necessidade de conhecer o significado de uma certificação profissional para pessoas idosas que desenvolveram seus ofícios durante sua trajetória de vida, sem que estivessem habilitadas formalmente, frente a uma política pública de reconhecimento e certificação de saberes e formação inicial e continuada; o segundo se refere à experiência vivenciada no âmbito do Instituto Federal do Piauí/*Campus* Floriano, na qualidade de Assistente Social, ocupando a Coordenação do Centro da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Certific) no referido *Campus*, onde foi possível acompanhar o Programa desde sua implantação, e observar a presença de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta)

anos, interessadas em receber a certificação dos seus saberes e relatando suas experiências e expectativas com a Rede.

A relevância desta discussão se faz evidente ao se pensar nas repercussões do crescimento da população idosa em diferentes âmbitos, seja individual, social, cultural, político ou econômico, considerando, ainda, o modo como essa questão está sendo recebida e conduzida pelos diversos segmentos sociais, envolvendo, portanto, toda uma coletividade. Sendo assim, o campo de atendimento a esse grupo se mostra bem amplo, com tendências à ascensão, tendo em vista o aumento da demanda de produtos e serviços a serem prestados ao segmento idoso.

Assim sendo, vê-se que a imagem da pessoa idosa, deste século, difere-se das anteriores, quando se percebia a velhice como uma fase de decadência e limitações. O triunfo demográfico tende a transformar as pessoas idosas em novos atores sociais, não mais ausentes do conjunto de discursos que trata dos desafios que o Brasil enfrenta, sabendo que o país será, em poucos anos, um dos maiores aglomerados de idosos do mundo. A pessoa idosa é um ator que, com certeza, também está presente na definição de novos mercados de consumo, trabalho e lazer. Ela sai do seu status de invisibilidade social e ganha reconhecimento, por meio da participação ativa no processo de planejamento, elaboração, monitoramento e acompanhamento das políticas públicas que atuam na área do envelhecimento, expressando o seu protagonismo.

Nesse contexto, a educação, ao longo da vida e na velhice, pode ser compreendida como uma ferramenta fundamental à determinação de uma velhice bem-sucedida e participativa. Para Doll (2005), uma das funções da educação é ensinar algo que possa ser usado posteriormente. A escola ensina saberes, valores, competências e habilidades, com base nessa presunção. Essa perspectiva também vale para o trabalho educacional com idosos, por exemplo, ao ensiná-los a lidar com novas tecnologias. Além destes aspectos práticos e funcionais, a educação também pode contribuir para o crescimento pessoal (VILLAR, 2004), o que remete à psicologia do desenvolvimento ao longo de toda a vida, que considera que na velhice normal as capacidades intelectuais básicas permanecem preservadas. A educação pode otimizar os aspectos da inteligência que dependem da estimulação propiciada pela cultura, a exemplo da inteligência prática, das especialidades, da criatividade e da sabedoria, as quais podem compensar perdas ou déficits, como ocorre com os treinos de memória ou de habilidades sociais.

Nessa perspectiva, o estudo buscou analisar o significado do reconhecimento formal de saberes para pessoas idosas, buscando compreender de que modo essa estratégia

governamental colaborou para a elevação da escolaridade de pessoas idosas que estavam distantes dos espaços de formação educacional e profissional.

As importantes mudanças quanto ao desenvolvimento de ações direcionadas à pessoa idosa têm como prerrogativa a ampliação da discussão sobre as políticas sociais, compreendidas como direitos de cidadania, e não mais como simples benesses, levando a discussão para além do âmbito público, atingindo toda a sociedade, a fim de provocar a redefinição de espaços significativos, capazes de oferecer a melhoria na dignidade e condições de vida de toda a população.

Desse modo, deve-se propiciar a criação de oportunidades de inclusão educacional, com vistas a diminuir as desigualdades sociais no Brasil. A proposta educacional oferecida pelos Institutos Federais atua na direção da inclusão de segmentos populacionais excluídos dos espaços formais de aprendizagem, com vistas a contribuir para o fortalecimento da cidadania dos trabalhadores e a democratização do conhecimento em todos os campos e formas, buscando a articulação da política de educação com as demais políticas de trabalho, emprego, renda, inclusão e desenvolvimento social.

Diante do quadro que se configura na sociedade contemporânea, faz-se necessário discutir a inserção da pessoa idosa nos ambientes institucionais, no espaço público, dentre os quais, os espaços educacionais. Nesse sentido, propõe-se o desenvolvimento da pesquisa acerca do significado do reconhecimento formal dos saberes de pessoas idosas que durante sua trajetória de vida exerceram seus ofícios sem a certificação profissional expedida por uma instituição de ensino, buscando apreender o significado de tal reconhecimento para esses atores.

Para atingir os objetivos propostos pela pesquisa, procedeu-se um levantamento bibliográfico para aprofundamento das questões relacionadas ao envelhecimento populacional, políticas de educação para pessoas idosas, educação inclusiva e certificação de saberes. Na sequência, realizou-se pesquisa documental, privilegiando a análise de documentos tais como: leis, decretos, portarias, pareceres, relatórios de gestão e outros documentos institucionais, bem como produções específicas relativas à concepção do programa Certific, como projetos e propostas de cursos, dentre outros que se fizeram necessários para a análise dos dados.

A utilização da abordagem qualitativa concorreu para uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância no aspecto subjetivo da ação social, face à configuração das estruturas societais, dada à incapacidade da estatística de dar conta dos fenômenos complexos e dos fenômenos únicos. Os métodos qualitativos

ênfataz as especificidades de um fenômeno, em termos de suas origens e de sua razão de ser (HAGUETTE, 1997).

Para Minayo (1994), a pesquisa qualitativa se direciona conforme o nível da realidade, que não pode ser mensurável, ao responder a questões muito particulares, dessa forma, valorizando um universo de significado, motivos, crenças, valores e atitudes.

Nas palavras de Queiroz (1988), as técnicas quantitativas reduzem a realidade social à aridez dos números – parecendo amputá-la de seus significados, o relato oral encerra a vivacidade dos sons, a opulência dos detalhes, a quase totalidade dos ângulos que apresenta todo fato social.

O propósito norteador desta pesquisa, ao conhecer o significado do reconhecimento de saberes de pessoas idosas, foi contribuir para a reflexão em torno das percepções e expectativas destas pessoas para os processos de envelhecimento e de reconhecimento de saberes. Com a propagação de pesquisas em torno do processo de envelhecimento, verificou-se que há uma incipiência de estudos quanto à inclusão de pessoas idosas nos ambientes educacionais, prevalecendo, muitas vezes, a discussão de que a velhice é uma etapa da vida em que não se aprende mais e que não há lugar na escola para o velho. Na tentativa de contribuir com reflexões que contrariem esse tipo de entendimento e possam fortalecer os novos paradigmas que preconizam o envelhecimento ativo, optou-se pela realização deste estudo de natureza qualitativa, que abrangeu a pesquisa de campo e privilegiou a técnica da entrevista semiestruturada, complementada pela pesquisa bibliográfica e documental, utilizando fontes primárias e secundárias.

Como técnica de coleta de informações se utilizou a entrevista semiestruturada junto aos sujeitos da pesquisa, a partir da qual se buscou, prioritariamente, compreender o significado do reconhecimento de saberes para os sujeitos, a concepção de educação e de velhice do Programa Certific. Essa técnica vai ao encontro dos objetivos da pesquisa, pois permite a apreensão das opiniões dos sujeitos entrevistados e se constitui em um “processo de interação social entre duas pessoas, no qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (HAGUETTE, 1997, p. 86).

Após o encaminhamento da pesquisa ao comitê de ética da Universidade Federal do Piauí, iniciou-se a coleta de dados, buscando identificar as pessoas idosas que fazem parte do Programa Certific nos *Campi* do IFPI, uma vez que o mesmo foi implantado apenas nos *Campi* Picos, Parnaíba, Teresina Sul e Floriano.

Para tanto, realizou-se uma consulta aos arquivos institucionais, com vistas a obter o número preciso de trabalhadores idosos na Rede Certific. As informações foram prestadas por

meio da entrega de relatórios dos atuais Coordenadores do Programa, em que foi possível verificar que apenas nos *Campi* Teresina Zona Sul e Floriano havia a incidência de alunos idosos; nos demais, não foram identificados alunos com idade igual ou superior a sessenta anos.

Tal dado trouxe estranheza à pesquisadora, já que anteriormente à elaboração do projeto de dissertação, todos os *Campi* foram contatados e questionados quanto à presença de pessoas com o perfil da pesquisa, e responderam de modo afirmativo, com exceção do *Campus* Picos, que foi incluído no decorrer do processo de qualificação da pesquisa, com vistas a dar amplitude à mesma.

Diante de tal informação, uma série de questionamentos foi realizada pela pesquisadora, dentre os quais, relacionou-se a imagem que comumente se tem acerca de quem seja a pessoa idosa, ou melhor, o estereótipo de idoso que prevalece na sociedade contemporânea, qual seja, cabelos brancos, pele envelhecida, marcas visíveis do tempo, representadas por meio de rugas, processo de doença.

Para tanto, Berzins (2009) afirma que estereótipos:

São os traços típicos de um grupo, categoria ou classe social que não contribui para o não reconhecimento da unicidade do indivíduo, da não reciprocidade, da não duplicidade e do despotismo em determinadas situações. Tais representações são rígidas e podem ser falsas. As características individuais com traços negativos de alguns dos sujeitos desse grupo etário são atribuídas a todos os indivíduos desse grupo. Portanto, envelhecer passar a ser considerado ruim, prejudicial, de menor utilidade, ou associado à incapacidade física e funcional.

Considera-se que a velhice obedece a um período, um processo biológico que é inerente ao ser humano. Debert (2012, p. 102), ao analisar a imagem construída da velhice:

Estamos habituados a pensar nos preconceitos, estereótipos e discriminações através da ideia de profecias que se autorrealizam – as imagens negativas, as atitudes discriminatórias – acabam produzindo sua própria confirmação e, não temos dúvida, é uma tarefa fundamental desconstruí-las (DEBERT, 2012, p. 102).

O entendimento sobre o envelhecimento humano, a velhice e a passagem do tempo cronológico ainda é um grande desafio para a sociedade, pois este processo de envelhecimento é composto de ambiguidades e diferenças, não é dado prioritariamente pelos parâmetros da idade cronológica, mas, também, pelas condições de saúde e de vida as quais os indivíduos foram submetidos.

Desse modo, no *Campus* Teresina Zona Sul foi identificada uma pessoa idosa, no entanto, não pôde ser localizada, por alteração dos seus dados pessoais de contato telefônico e endereço. No *Campus* Floriano, foram verificadas 07 (sete) pessoas idosas, mas apenas 5 (cinco) foram localizadas para a entrevista. Um dos alunos foi levado pelos filhos para morar em São Paulo, e o outro teve endereço inconsistente com o que foi informado ao Programa.

Além das pessoas idosas, verificou-se a necessidade de conhecer o funcionamento do Programa no *Campus*, a forma como ele está estruturado atualmente e o planejamento das ações a curto e médio prazos, para tanto, foram realizadas visitas e entrevista com o atual diretor-geral do *Campus* Floriano, que favoreceu acesso a dados e resposta às inquietações da pesquisadora.

As entrevistas foram agendadas previamente com os sujeitos da pesquisa, e gravadas em aparelho de gravação de voz e, em seguida, foram fidedignamente transcritas. Para Queiroz (1988), a única forma de se conservar o relato por longo tempo está ainda em sua transcrição. Volta-se ao que se acreditava evitar com o gravador, isto é, à intermediação escrita entre o narrador e o público, para a utilização do relato, e às possíveis deturpações dela decorrentes.

Junto às pessoas idosas, as entrevistas buscaram conhecer o significado e o reconhecimento formal de saberes para os sujeitos, que no decorrer de suas vidas desenvolveram seus ofícios sem um certificado que descrevesse suas habilidades nesta profissão. Neste sentido, buscou-se identificar possíveis mudanças ocorridas na vida das pessoas idosas, após ingresso na rede Certific, bem como as suas expectativas em relação a todo o processo de certificação profissional oferecido pelo programa supramencionado, no âmbito do Instituto Federal do Piauí (IFPI).

A realização das entrevistas aconteceu em março de 2014, sendo registradas em aparelho gravador digital. Em seguida, foram feitas as transcrições dos depoimentos e a análise das falas obtidas, pois para Queiroz (1998), qualquer procedimento empregado na coleta de dados é um instrumento, não é nem coleta, nem produto final da pesquisa; ela recolhe um material bruto que necessita ser analisado. Para tanto, foram realizadas as análises das entrevistas e, em seguida, a adoção de categorias de análises que permitiram a melhor compreensão sobre o objeto de estudo ora pesquisado.

Portanto, as reflexões ora apresentadas se dividem em cinco capítulos, iniciando com a Introdução e explorando, em três capítulos, a análise acerca do envelhecimento populacional, a educação e a certificação profissional; e a apresentação dos resultados e discussões

referentes aos discursos das pessoas idosas entrevistadas, apresentando, no quinto capítulo, a síntese das reflexões.

No segundo capítulo, cujo título é “O Envelhecimento populacional do Brasil”, buscou-se compreender o processo de envelhecimento demográfico experimentado pelo mundo e os aspectos culturais, econômicos e sociais, bem como as principais políticas públicas apresentadas para esse segmento populacional.

O terceiro capítulo, intitulado “Educação e Envelhecimento”, destacou a política de Educação no campo do envelhecimento, mostrando seus diferentes significados, bem como os principais estudiosos e pesquisadores do assunto. Discute a educação como acesso à cidadania. Discutem-se, também, as políticas educacionais, no Brasil, para a pessoa idosa, tais como as Universidades da Terceira Idade.

No quarto capítulo, cujo título é “A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada”, apresenta-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, enquanto campo da pesquisa, bem como o Programa Certific. Apresenta, ainda, a interpretação dos dados levantados durante os procedimentos da pesquisa que buscou compreender a visão que esses sujeitos têm sobre a velhice, sobre o trabalho e sobre a certificação dos seus saberes, relacionando-os com sua prática profissional, suas histórias e suas expectativas. Tais dados foram organizados em forma de categorias, a fim de melhor aprofundar as discussões.

O quinto e último capítulo traz as considerações finais realizadas à luz das análises das falas dos sujeitos entrevistados, apontando caminhos e expectativas acerca da efetivação de políticas públicas para as pessoas idosas.

Este estudo busca iniciar um diálogo sobre o significado das políticas educacionais para as pessoas idosas, em especial, as políticas que visam ao reconhecimento de saberes por meio da certificação profissional, bem como estimular a produção de conhecimento nessa área temática e no fortalecimento de iniciativas que ampliem as oportunidades de educação para as pessoas idosas, num cenário em que a longevidade se põe como conquista.

2 O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NO BRASIL

É do conhecimento de todos que a população brasileira vem passando por um intenso processo de envelhecimento, modificando o seu perfil demográfico. Esse progressivo aumento da população idosa vem ocorrendo de maneira mais acentuada nas duas últimas décadas, e se justifica pela associação de diversos fatores, que incluem desde os avanços da ciência médica, até a melhoria dos aspectos relacionados ao saneamento ambiental.

As projeções da população brasileira, para o fator idade, até 2050, apontam que entre os anos 2000 e 2050, o número de jovens continuará diminuindo, enquanto que o número de pessoas com 60 anos ou mais permanecerá aumentando, o que resultará no envelhecimento demográfico da população. Tendo em vista o envelhecimento populacional como uma questão pertinente, neste capítulo foi abordado o envelhecimento demográfico, os aspectos biopsicossociais da velhice e políticas públicas e o envelhecimento.

Tratou-se sobre o processo de envelhecimento na sociedade brasileira, haja vista que o número de pessoas idosas tem aumentado significativamente; o crescimento dessa população se evidencia como uma questão emergente e se reflete num processo significativo, impactando, social e economicamente, na nação.

2.1 CONTEXTUALIZANDO O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

O envelhecimento da população já é reconhecido como fenômeno mundial, impondo-se como um desafio, pela dimensão da explosão demográfica. Traz, em seu bojo, demandas sociais cujos desenhos apontam para um quadro de importante questão social e política para todos os países, especialmente para aqueles ditos em via de desenvolvimento, dentre eles o Brasil.

O processo de transição demográfica acontece de modo diferente entre os países; o modo de viver e de enxergar a velhice é determinado por vários fatores, tais como os econômicos, os culturais e os sociais. Para Berzins (2009, p. 185), “antes de ser apenas uma transformação natural e biológica, a velhice é um destino social e, portanto, uma questão social que repercute na produção e reprodução social”. Nos países europeus ocidentais, o processo de transição demográfica teve início precocemente, enquanto que nos da América Latina, esse processo aconteceu de maneira tardia, somente há cerca de 50 anos. Nos países

africanos, o processo de transição demográfica ainda não se iniciou, o que significa dizer que eles ainda possuem uma estrutura jovem de população.

Destaca-se a necessidade de conhecer as repercussões e os desafios ocasionados pelo envelhecimento populacional, carecendo de ser trazido para discussão, não apenas para o Estado, mas também para a sociedade civil, conforme explica o ex-diretor do departamento de Envelhecimento e Saúde da Organização Mundial da Saúde:

Em consequência dessa dinâmica populacional, os países pobres, como o Brasil, estão diante de um desafio econômico. A longevidade e o envelhecimento da população brasileira – e de outros países latino-americanos – ocorrem em momento histórico bastante diverso do processo observado no século passado nas nações ricas. Os países desenvolvidos enriqueceram e depois envelheceram. Os países pobres estão envelhecendo antes de enriquecer. Aqueles tiveram recursos e tempo. A França, por exemplo, levou 115 anos para dobrar de 7% para 14% a proporção de idosos na população. O Brasil vai fazer o mesmo em 19 anos. Uma geração. Os franceses levaram seis (KALACHE, 1996, p. 26).

Mesmo sendo um fato novo, o processo de crescimento populacional de idosos tem ocorrido de maneira diferenciada, entre os diversos países do mundo. Nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, esse processo tem chamado a atenção pela rapidez com que o aumento absoluto e relativo da população idosa tem modificado a pirâmide populacional. Já nos países desenvolvidos, esse processo tem se dado de forma mais lenta.

O envelhecimento da população brasileira guarda contrastes e diferenças regionais, uma vez que a expectativa de vida de idosos se modifica de acordo com a região em que vivem. Segundo dados do IBGE (2011), em 1940, o Nordeste já apresentava o menor valor da esperança de vida, 36,7 anos, contra 49,2 anos no Sul; 47,9 anos no Centro-Oeste; e 43,5 anos no Sudeste. Até meados da década de 50, a esperança de vida aumentou cerca de dez anos para o país como um todo (de 41,5 anos para 51,6 anos), enquanto no Nordeste, o incremento foi de apenas quatro anos, e nas regiões do Centro-Sul, os ganhos chegaram a 14 anos (no Sudeste).

O aumento no número de idosos na população, de acordo com Veras (2003), advém do avanço das sociedades e das descobertas científicas, que trazem importantes repercussões nos campos social, econômico e político, despertando a necessidade do desenvolvimento de ações direcionadas à pessoa idosa.

Nas últimas décadas, os chamados países de Terceiro Mundo vêm demonstrando uma queda nas suas taxas de mortalidade, e também de fecundidade. Analisando esses dois fenômenos conjuntamente, o que se pode perceber é a formação de uma base demográfica

para um envelhecimento da população, ainda que inferior nos países desenvolvidos (RAMOS; VERAS; KALACHE, 1987).

Em virtude da queda nas taxas de fecundidade e de mortalidade, Camarano (2002, p. 1) afirma que:

Apesar de os dois processos responsáveis pelo aumento da longevidade terem sido resultado de políticas e incentivos promovidos pela sociedade e pelo Estado e do progresso tecnológico, as suas conseqüências têm sido vistas, em geral, com preocupações, por acarretarem pressões para transferência de recursos na sociedade, colocando desafios para o Estado, os setores produtivos e as famílias.

A desaceleração no ritmo de crescimento da população brasileira, ocasionada pela diminuição na taxa de fecundidade, desde a segunda metade dos anos de 1960, tem provocado transformações significativas na estrutura etária da população. Essa queda poderá diminuir a partir de 2030, e resultar em uma sociedade superenvelhecida, repetindo a experiência de vários países da Europa Ocidental, da Rússia, do Japão, dentre outros (IPEA, 2012).

Segundo Veras (2003), a queda das taxas de fecundidade, principalmente dos grandes centros urbanos, está diretamente ligada ao processo de urbanização da população que, por sua vez, resulta numa crescente necessidade de redução no número de componentes da família, em virtude do modo de vida estabelecido por eles, principalmente quando se está em um momento de crise econômica.

O crescimento no número de idosos tem se dado principalmente pela redução da natalidade, em vista do surgimento e difusão dos anticoncepcionais; já a redução da mortalidade se deve aos avanços nos campos da ciência e da tecnologia, especialmente na área da medicina, permitindo que a quantidade de anos, tanto de crianças quanto de adultos, estenda-se cada vez mais, mesmo considerando que grande parte da população brasileira não tem acesso à alimentação e às condições de higiene adequadas.

A sociedade brasileira vem envelhecendo de forma acelerada, desde o início dos anos de 1960, quando houve redução das taxas de fecundidade, estreitando progressivamente a base, alargando o topo da pirâmide e tendo, como resultado, alterações na estrutura etária da população. O Brasil experimentou um declínio de 30,4% na sua Taxa de Fecundidade Total, no período de 1965 a 1982. Já na China, onde existe uma política explícita de controle familiar, induzindo os casais a não terem mais do que um filho, o declínio não chegou a 61,3% (KALACHE, 1987; CHAIMOWICZ, 1997).

Ao justificar as razões para a mudança do padrão reprodutivo no Brasil, Kalache (1987, p. 39), afirma que:

De um lado, fruto do processo de urbanização da população brasileira, temos uma necessidade crescente de limitação da família ditada pelo "*modus vivendi*" dos grandes centros urbanos (principalmente em um contexto de crise econômica), caracterizado, entre outras coisas, por uma progressiva incorporação da mulher à força de trabalho. De outro lado, temos uma população feminina mais receptiva ao controle familiar, não só pelas razões já mencionadas, mas também devido às mudanças de padrão sociocultural decorrentes da própria migração e do maior acesso aos meios de comunicação. Associada a esse contexto de necessidade, e ao mesmo tempo desejo de limitação da família, pode-se observar uma crescente disponibilidade de meios contraceptivos no Brasil.

A passagem de uma situação de alta mortalidade e alta fecundidade, para uma de baixa mortalidade e, gradualmente, baixa fecundidade, como a que se observa atualmente no Brasil, traduz-se numa elevação da expectativa de vida média da população e num aumento, em termos absolutos e proporcionais, do número de pessoas atingindo idades avançadas (KALACHE, 1987).

Assim, a ampliação do tempo de vida se mostra, incontestavelmente, como uma das maiores conquistas da humanidade no século XX. Para Veras (2003), a esperança de vida no mundo cresceu cerca de 30 anos neste último século, resultando, dentre outros aspectos, na presença de um grupo de idade extrema, acima de 80 anos, e na predominância das mulheres no contingente de idosos (VERAS, 2003).

Diferente do que ocorreu em outros países, a transição demográfica que se deu no Brasil, assim como em outros países da América Latina, vem acontecendo de maneira rápida, tornando retangular a pirâmide populacional, sem que a qualidade de vida dos idosos acompanhe de maneira proporcional o crescimento desse segmento.

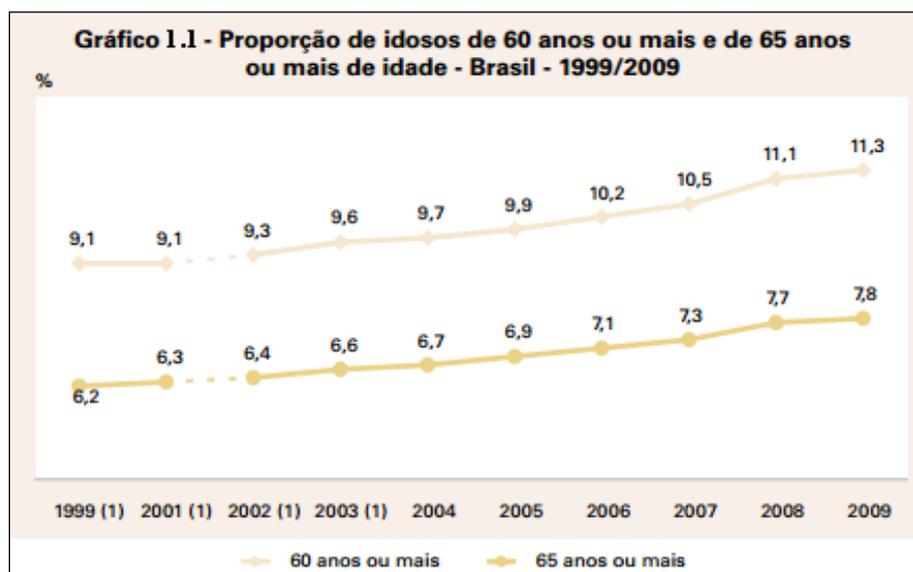
Berzins (2013, p. 25), afirma que:

As projeções da população brasileira para grupos de idade até 2050 mostram que entre 2000 e 2050, a participação da população jovem continuará cadente, passando de 28,6% para 17,4%, enquanto ocorrerá um modesto declínio no peso da população adulta (de 66,0% para 64,4%) e todo o aumento se concentrará na população idosa, que ampliará a sua importância relativa, intensificando sobremaneira o envelhecimento demográfico.

Entendendo que a faixa etária a partir dos 60 anos é a que mais cresce em termos proporcionais, para a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002), entre 1950 e 2025, o número de idosos deverá ser aumentado em 15 vezes; enquanto que a população total, em cinco vezes. Avalia-se que o Brasil ocupará o 6º lugar quanto ao contingente de idosos, chegando a alcançar, em 2025, cerca de 32 milhões de pessoas com 60 anos ou mais.

Como mostra o gráfico abaixo, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), durante os anos compreendidos entre 1999 e 2009 houve um crescimento de 9,1% para 11,3%, no número de idosos de 60 anos ou mais, e de 6,2% para 7,8%, no número de idosos com 65 anos ou mais, ou seja, houve um aumento significativo no peso relativo do número de idosos no seio da população, o que significa dizer que o processo de longevidade já se faz presente na sociedade brasileira.

Gráfico 1 - Proporção de idosos de 60 anos ou mais e de 65 anos ou mais de idade – Brasil – 1999/2009



Fonte: IBGE (2010).

Para o IBGE (2011), somente a partir de meados da década de 70, com a ampliação da rede assistencial, da infraestrutura de saneamento básico e da escolarização, tem início uma redução significativa nos padrões da desigualdade regional, em relação à mortalidade, com o Nordeste apresentando os maiores aumentos da esperança de vida. As diferenças entre o Nordeste e o Sul, de 19 anos, nas décadas de 1960/70, reduzem-se para 5 anos, em 2005.

O país envelhece de modo acelerado e os grandes centros urbanos, embora já apresentem um perfil demográfico semelhante ao dos países mais desenvolvidos, ainda precisam melhorar a infraestrutura de serviços, para dar conta das demandas decorrentes das transformações demográficas vigentes.

O envelhecimento da população brasileira é uma realidade, e ganha cada vez mais visibilidade, passando a ser foco de estudos e pesquisas capazes de realizar novas descobertas, que se traduzam na melhoria da qualidade de vida. O desenvolvimento de políticas sociais na

perspectiva da garantia de direitos de cidadania para a população idosa passa a ser amplamente discutido e solicitado, necessitando que sejam vistas as contradições regionais e a desigualdade social que refletem a injusta distribuição de renda da população, presente em todas as etapas do curso de vida, constituindo-se como um entrave ao exercício da cidadania.

O processo de envelhecimento não se resume apenas a aspectos demográficos. Sua complexidade exige que seja estudado sob diversos ângulos, e encontradas alternativas eficazes de superação das formas de preconceito e discriminação que mantenham a pessoa idosa isolada dos espaços de sociabilidade. Os limites impostos à pessoa idosa, por meio da ausência de mecanismos que garantam a sua acessibilidade aos espaços públicos, à participação social, ao mundo do trabalho, colaboram para uma imagem negativa do envelhecimento, e isso constitui um dos principais desafios enfrentados pelos governos, ao elaborar e implementar políticas públicas.

O discurso gerontológico organiza uma crítica ao capitalismo, à forma selvagem como o sistema econômico se impõe no contexto brasileiro. O velho, por não constituir mão de obra apta para o trabalho, é desvalorizado e abandonado pelo Estado e pela sociedade. A miséria e a exclusão que acompanham vastos segmentos da população brasileira tornar-se-iam mais amargas na velhice (DEBERT, 2012).

Se a vida da maioria dos brasileiros nada significa, não é difícil concluir que os mais fatigados, fragilizados, improdutivos representam um grande peso [...]. O drama da velhice vivido por crescentes segmentos da população, constitui a mais contundente denúncia da trajetória de vida imposta pelo reino do capital (HADDAD, 1986, p. 23).

Esta imagem negativa da velhice, ainda predominante no século atual, é decorrente também da cultura brasileira, que aprendeu a valorizar o jovem e o novo, desprezando o passado, a memória.

A imagem negativa da velhice, sobretudo a fragilidade biopsíquica e a decadência, acontece em uma época em que cresce a moral que valorizava os homens pela sua força física e capacidade de produção. Como resultado, a importância social dos idosos e as funções a eles atribuídas se tornaram praticamente inexpressivas [...] Ressaltam-se, no velho, apenas as perdas. Nunca se enaltecem as conquistas (DEBERT, 2012, p. 200).

Desqualificar a pessoa idosa, o seu saber, a sua memória e o seu acúmulo de experiências é uma atitude comum no bojo da cultura brasileira. Como lembra Debert (2012), o velho é um historiador legítimo e imprescindível do passado. O velho é depositário de uma

experiência e de um saber único e exclusivo, dado pelos anos vividos. A memória é um bem valioso que, assim como a história, deve ser transmitida às gerações mais jovens.

Os impactos do aumento demográfico de pessoas idosas se fazem sentir principalmente nos sistemas de saúde e educação brasileiros – tanto públicos quanto privados, que se mostram desprovidos de infraestrutura adequada para atender às necessidades desse grupo etário, em termos de serviços, instalações, programas específicos e recursos humanos qualificados.

2.2 O ENVELHECIMENTO COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

O aumento do tempo de vida, uma das maiores conquistas da humanidade no século XX, traz consigo enormes desafios e implicações sociais variadas e complexas, que já se fazem sentir no cotidiano das sociedades. Para Veras (2003), as demandas geradas por essa nova realidade inquietam e devem ser questão prioritária, uma vez que não basta apenas viver mais tempo – “viver mais é importante, desde que se consiga agregar qualidade a esses anos adicionais de vida” (VERAS, p. 5).

Analisando o rápido processo de envelhecimento, Siqueira e Moi (2003, p. 166) afirmam que:

O processo de envelhecimento, que caminha de uma rápida intensificação, ocorre em época de profundas desigualdades e problemas sociais, tornando-se difícil prever a capacidade do país em dar respostas adequadas às crescentes demandas da população.

Apesar de ser uma conquista, o envelhecimento tem se tornado um desafio para o poder público (Estado), quando surge a necessidade de se criarem políticas públicas voltadas especificamente a essa faixa etária, de forma que haja uma melhora em sua qualidade de vida e que sejam assegurados os direitos sociais do idoso, criando-se, ainda, condições para promover sua autonomia, sua integração e sua participação efetiva na sociedade. Diante disso, Berzins (2013, p. 21) afirma que “as pessoas idosas contribuíram e continuam a contribuir com a sociedade onde vivem. A esse segmento deve ser preservado o direito de igualdade de oportunidades e tratamento em todos os aspectos de vida”.

Por ser considerado um processo natural, inevitável e irreversível e por fazer parte do ciclo de vida humana, o envelhecimento necessita de cuidados especiais, devendo ser estudado e enfrentado como uma fase particular, na qual devem ser conhecidas suas limitações, já que provoca transformações biológicas, sociais, econômicas e comportamentais.

A pessoa idosa faz parte de um grupo diferenciado dos demais grupos etários, desde as condições sociais aos aspectos demográficos e epidemiológicos. Com base nisso, é necessário criar um conjunto de ações que insiram os idosos na sociedade, assegurando seu bem-estar, de maneira que sejam incorporados os aspectos biopsicossociais, as relações de trabalho e estudo e a convivência familiar. E, também, eliminar os conceitos arraigados pela velhice, já que esses se associam principalmente a aspectos negativos.

Durante muito tempo, as pessoas associaram o envelhecimento a uma problemática exclusiva da vida privada e familiar, ou em termos institucionais, uma questão limitada ao campo da previdência individual e das instituições filantrópicas. Porém, em meados do século XX, a velhice ganhou visibilidade social, ou seja, alcançou publicidade, expressão e legitimidade, no âmbito das inquietações sociais e se tornou discussão na esfera pública da sociedade (LIMA; SANGALETI, 2010).

O Brasil deixa de ser um país jovem e precisa ser visto de forma diferente. Os indicadores econômicos e demográficos mostram a importância de perceber essa nova realidade, esse novo momento em que se vive. Requer a incorporação do idoso no meio social, como sujeito de direito e como protagonista dessa nova sociedade.

Percebe-se que a velhice não mais é responsabilidade somente da família ou de instituições filantrópicas, mas também do Estado. Ainda que tenha adquirido respaldo no âmbito das discussões públicas, há muito que ser discutido sobre o real exercício de direitos dos idosos, incluindo a forma como a sociedade trata esse segmento, e, também, como o próprio idoso se sente, como sujeito de direito.

Segundo Berzins (2009), no caso do Brasil, agrava-se essa situação, pelo fato de o nosso modelo de desenvolvimento econômico ser fundamentado na perversa reprodução da desigualdade e injustiça social, proporcionando a uma grande parcela da população a situação de excluída social. Minayo (2004) destaca que 75% dos idosos são pobres, ganhando até três salários mínimos de aposentadoria ou pensão, existindo uma boa parcela desse grupo (43%) na faixa da miserabilidade, necessitando dos serviços públicos para sobreviver. A velhice é também uma questão social. Chaimowicz (1997) nos lembra que:

O processo de envelhecimento, que nos países desenvolvidos ocorre de forma gradual, acompanhado de melhorias na cobertura do sistema de saúde, nas condições de habitação, saneamento básico, trabalho e alimentação, no Brasil, ocorre rapidamente e num contexto de desigualdades, sem as modificações estruturais que respondam às demandas do novo grupo etário emergente (CHAIMOWICZ, 1997, p. 4).

Esses dados colaboram para a compreensão acerca da questão social como pano de fundo da discussão. Mesmo não alcançando uma conceituação homogênea sobre a questão social, boa parte dos estudiosos de tradição marxista se manifesta sobre o assunto, como se pode constatar abaixo:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO; IAMAMOTO, 1983, p. 77).

A questão social é própria das sociedades modernas que põem em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação (TELES, 1996, p. 85).

Conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999, p. 27).

A questão social tem seu núcleo fundado na lei geral da acumulação capitalista, podendo-se afirmar que a origem da questão social está diretamente ligada ao processo de acumulação ou reprodução do capital. Esse processo remete à incorporação permanente de inovações tecnológicas pelos capitalistas, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social e a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias. Essa tendência produz um movimento simultâneo de aumento do capital constante e diminuição do capital variável, que corresponde à força de trabalho (SANTOS, 2012).

A questão social, hoje, decorre do acirramento das contradições entre capital e trabalho. O capitalismo é carregado de paradoxos alimentados pela cultura do individualismo, do simulacro, do prazer imediato e da busca obsessiva pelo dinheiro, expressos na difusão das drogas, na fragilidade da sociabilidade familiar, no aumento da violência de toda ordem, na ausência de projetos coletivos, na fragilidade da sociedade civil e do poder do Estado, e no fisiologismo do poder público.

Nesse quadro de análise, o enfrentamento da questão social envolve a consolidação dos direitos sociais de segmentos vulnerabilizados, como as pessoas com idade igual ou

superior a 60 anos. As políticas sociais – uma das formas de acessar e garantir direitos – constituem, ainda, respostas fragmentadas e sem impacto, frente às diversas expressões da questão social.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A PESSOA IDOSA

O processo de transição demográfica e epidemiológica impõe importantes desafios para o Brasil, principalmente para seus sistemas de saúde e previdenciário, entre eles: população envelhecendo rapidamente, com aumento desproporcional das faixas etárias mais elevadas, predominância de mulheres (viúvas), diminuição do tamanho das famílias (número de filhos igual ao número de avós), de pessoas disponíveis para o cuidado de idosos, aumento dos domicílios sob a responsabilidade de idosos, seguridade social inadequada (diminui número de pagantes e aumenta o de beneficiários), aumento da prevalência das doenças crônicas, aumento do número de indivíduos de alta dependência e maiores gastos com saúde (BRASIL, 2003).

Diante do envelhecimento populacional, o objetivo não é apenas prolongar a vida, mas, principalmente, garantir dignas condições de vida às pessoas idosas, proporcionando acesso aos seus direitos efetivados por meio de políticas públicas.

A política pública, segundo Pereira (2008), tem, em sua composição, atividades formais, como regras que já são estabelecidas; e informais, como as negociações e o diálogo, que são adotados em um contexto de relações de poder e que têm como proposta resolver, sem violência, conflitos em torno de questões que envolvem assuntos públicos.

Assim, a política pública é um direito social que busca garantir às pessoas o gozo de seus direitos fundamentais dispostos na Constituição vigente. Diante disso, a família é essencial, uma vez que é espaço de reprodução social e colabora para o bem-estar do idoso, sendo a principal responsável por sua proteção e cuidado. Essa assistência passa a ser partilhada com outras pessoas da sociedade, com a comunidade, a vizinhança e a aproximação, ocorre conforme o convívio das pessoas, ou seja, em virtude das relações comunitárias (PEREIRA, 2008).

O Estado tem importância indiscutível em todos os aspectos da vida social, política, econômica, ideológica e quanto à força legal (polícia, forças armadas). O papel a ele atribuído, durante séculos, é objeto de estudos de muitos autores contemporâneos. É possível perceber que esse Estado vem se transformando e, ao longo da história, seu mecanismo controlador foi incorporando diferentes funções, novos grupos, novas profissões e adquirindo

uma forma mais complexa. Para Elias (1993), esse modelo de Estado é um fenômeno ocidental, diferente de outras formas de organização política, tais como o Estado Grego, o Estado Antigo e o Estado Medieval, e tem se tornado, a despeito de todas as transformações sofridas, uma organização permanente.

Para a execução da máquina estatal, é estabelecido o governo, que é o produto da divisão social do trabalho, é aquele que controla o monopólio e que tem uma configuração humana. Sua função é exercer o poder no interior do monopólio e controlar a ambivalência (tensão) no seu interior. Para Elias (1993), todo governo é uma constelação de ambivalências.

Compreende-se o Estado moderno como uma formação social, principalmente no sentido de que ele é construído ao longo de um processo de interação entre várias ações humanas, ou seja, o Estado moderno nasce como resultado de um conjunto de interações humanas e não como o produto da vontade de um determinado homem ou grupos de interesses. Assim, o Estado é uma instituição que cristaliza determinados tipos de relações sociais, constituindo-se numa organização que coordena e regula as relações sociais.

Desde o surgimento do Estado, o gradual aumento da sua importância para o desenvolvimento das sociedades está relacionado com o processo não planejado da transição de sua administração, pelo poder privado, para as “mãos” do poder público. Nesse momento, as funções, dentro daquilo que viria a ser a máquina do Estado, ocupada por familiares da casa real e pessoas ligadas mais diretamente ao rei, especialistas, e os órgãos que eram extensões e subdivisões dos interesses da família real, passavam de forma lenta e inevitável a atender interesses não mais exclusivos do então governo absolutista.

Com a ampliação do poder da burocracia e a distinção entre as esferas pública e privada, percebe-se uma dependência maior do rei em relação à burocracia. Quanto mais abrangente o potencial de poder monopolizado, maior a rede de funcionários que o administra, maior a divisão do trabalho entre eles. Isto é, quanto maior o número de pessoas de cujo trabalho ou função o monopólio depende de qualquer maneira, mais fortemente esse campo será controlado pelo monopolista, fazendo valer seu próprio peso e suas regularidades internas.

Para Bourdieu (2005), o campo burocrático se sobrepõe a todos os demais, sendo incontestável sua importância para a vida social. Isso porque o Estado moderno detém o monopólio do poder (ELIAS, 1993), tais como capital de força física ou de instrumentos de coerção (polícia, exército) e capital econômico. Neste sentido, pode-se dizer que o campo burocrático se apresenta como um metacampo, quando da concentração de vários tipos de capital. Concentração essa com poder sobre os outros demais tipos de capital, além de/e sobre

os detentores desses. Dada sua condição superior, o campo burocrático deveria ser um espaço de predomínio dos interesses públicos e lócus de intensas disputas pelo seu controle. É paradoxal a convivência de interesses públicos e privados nesse espaço.

O Estado burocrático, apesar de sua maior diferenciação, constitui-se como uma instância superior a todas as outras, por concentrar diferentes espécies de capital – econômico, militar, cultural, jurídico e simbólico. Para essa característica diferencial, Bourdieu (2005) considera que há a existência de um capital propriamente estatal, denominado metacapital, que permite ao Estado um grande poder de intervenção e influência sobre os outros campos.

Por isso, o Estado será interpretado como um conjunto de campos administrativos ou burocráticos, no qual ocorrem lutas entre os agentes que irão legislar e regulamentar práticas diversas, por meio de normas e políticas, e que possuirão, assim, o “monopólio da violência simbólica legítima” (BOURDIEU, 2005, p. 169).

Para Engels (2000), o Estado teria nascido da necessidade de se controlar e abrandar uma espécie de luta de classes, assim, fez-se necessário um poder colocado aparentemente acima da sociedade, para abrandar o embate e mantê-lo dentro dos limites da ordem.

Na conjuntura atual, tendo por base os princípios neoliberais, os territórios e fronteiras adquiriram novos contornos, e o tempo é de grandes transformações. O significado dos grupos e das classes sociais, bem como da cidadania, está sendo confundido com os de consumidor e mercadoria. As relações entre Estado e Sociedade são definidas por meio de interesses transnacionais, e as iniciativas estatais são baseadas na focalização, privatização e descentralização, cortando gastos sociais para investir no equilíbrio financeiro do setor público, tendo a política social o papel de solucionar somente os problemas que o mercado, a comunidade e a família não conseguem suprir. O resultado disso é o crescimento da pobreza, da desigualdade social, do desemprego e da exclusão social.

Diante disso, as políticas sociais vêm sofrendo com a interferência estatal, que limita sua área de abrangência à concessão dos mínimos sociais, onde a sociedade é convidada, na condição de parceiro, a intervir nas expressões da questão social de forma solidária e benevolente. Não se estimula a luta de classes e, sim, o estabelecimento de parcerias; não se fala mais em direitos, e, sim, em prestação de serviços por parte da sociedade civil, ou seja, o Estado confere o seu papel de proteção e de inclusão social à sociedade civil.

As políticas públicas constituem instrumento para a realização precípua dos direitos sociais que são representativos das sociedades democráticas, sendo absorvidos pelos textos constitucionais hoje em vigor. Tais políticas se tornam instrumentos fundamentais pelo quais os gestores públicos cumprem sua missão de realizar direitos constitucionais.

Considerando-se a relevância do processo de envelhecimento populacional que, de acordo com Camarano (1999, p. 20-21), “traz novos desafios, sobretudo a transferência de recursos para atender as especificidades desse segmento da população”, podemos citar o aumento das demandas pelos serviços de saúde, de assistência social e de educação. A pobreza e a exclusão se tornam mais graves para aqueles que ingressam nessa faixa etária.

Assim, o rápido envelhecimento populacional contribuiu fortemente para que a velhice e o envelhecimento ganhassem visibilidade social e entrassem na pauta das políticas governamentais, passando, assim, os governos, a se preocuparem com as novas demandas sociais decorrentes desse processo (LOPES, 2007).

As políticas públicas no Brasil precisam ser repensadas, pois ainda estão baseadas no Brasil Jovem e ignoram que os jovens dos anos 60 e 70 já estão ficando de cabelos brancos, requerendo a construção de políticas públicas e sociais para ampará-los. O sistema de proteção social se fundamenta na criança e no adolescente, omitindo ou não investindo nos idosos (BERZINS, 2009).

Conforme as transformações vão ocorrendo ao longo do tempo na sociedade, a assistência à pessoa idosa, que antes pertencia à esfera familiar, passa a ser institucionalizada pelo Estado. Cabe a ele a primazia da responsabilidade de prover e auxiliar suas necessidades, bem como criar mecanismos que incentivem a igualdade social.

Por meio da intervenção do Estado, o sistema de proteção adquire um caráter distinto, tornando-se uma intervenção destinada ao bem-estar dos cidadãos. Assim, as pessoas passam a ter mais acesso aos seus direitos, bem como aos serviços sociais desenvolvidos. É nessa perspectiva que Yasbek (2010, p. 4) afirma a ideia de a política pública estar voltada “à realização de direitos, às necessidades e potencialidades de um Estado”.

As políticas públicas são desenvolvidas para equilibrar as diferenças existentes em uma sociedade muito desigual, e para garantir às pessoas desiguais acesso aos direitos, abrindo, assim, oportunidades equivalentes a todas as pessoas, a fim de proporcionar equidade a todos os membros da sociedade (FALEIROS, 2007). As políticas públicas surgem para responder às adversidades da sociedade, tendo como regulador principal dessas situações, as ações do Estado, evidenciadas a partir do momento em que o Estado reconhece os problemas sociais e passa a agir sobre eles (FLORIANO, 2009).

Destarte, a criação das políticas públicas foi uma forma que o governo descobriu para enfrentar as expressões da questão social que se fazem presentes na sociedade. Assim sendo, para que as políticas públicas se efetivem e alcancem um resultado final, é necessário tanto o

envolvimento dos cidadãos na elaboração de políticas, como a sua participação na execução delas (BERZINS, 2008).

Segundo Camarano e Pasinato (2004), assegurar o direito a todos os indivíduos é incumbência difícil, devendo-se utilizar, para o enfrentamento desses desafios, as políticas públicas. Esse processo deve acontecer de forma continuada, capaz de garantir desde os mínimos econômicos para uma dignidade humana, até a equidade dos direitos e de responsabilidades sociais. Somente a partir desses desafios superados, os idosos atingirão a sua autonomia.

Foi a Carta Magna de 1988 que positivou uma nova institucionalidade da proteção social ao idoso no Brasil e, de acordo com Pereira-Pereira (2002), a assistência social se destacou como uma importante fonte de melhoria de vida e de ampliação de cidadania dessa população que a cada dia vem aumentando. Posteriormente, com o Estatuto do Idoso, a dignidade que tanto o idoso buscava, aumentou seu rol legal. A constatação pode ser percebida no Art. 230 da Constituição, o qual afirma que “a família, a sociedade e o estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo a sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida” (BRASIL, 1988).

Ainda que o envelhecimento populacional seja uma das principais conquistas dos séculos XX e XXI, não se pode esquecer que também carrega muitos desafios, no que se refere às políticas públicas. Dentre eles está o de manter o desenvolvimento econômico e social do país de forma contínua, e também a igualdade entre os grupos etários, no que tange à divisão dos recursos, dos direitos e das responsabilidades sociais.

Durante a década de 1970, os países desenvolvidos iniciaram o processo de criação de políticas e programas sociais direcionados ao idoso, numa conjuntura social e econômica que beneficiou o sistema de proteção social. A partir daí, inicia-se o ciclo de discussão acerca de uma agenda internacional de políticas públicas voltadas para os idosos. Mas somente em 1982, em Viena, ocorreu a primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, resultando na criação do Plano de Viena (MULLER, 2008).

A Assembleia, de acordo com Camarano e Pasinato (2004, p. 254):

Representou um avanço, pois, até então, a questão do envelhecimento não era foco de atenção nem das assembleias gerais, nem de nenhuma agência especializada das Nações Unidas. A questão era tratada de forma marginal pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela Organização para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) como parte de suas atividades especializadas.

E continuam: “um dos principais resultados do Plano de Viena foi o de colocar na agenda internacional as questões relacionadas ao envelhecimento individual e da população” (CAMARANO; PASINATO, 2004, p. 255). Essa Assembleia foi de grande relevância no direcionamento das políticas referentes ao envelhecimento. Foi destaque, por incorporar o idoso no âmbito das discussões públicas, como ator social, englobando todas as suas necessidades e especificidades.

Posteriormente, no ano de 2002, em Madri, foi realizada a segunda Assembleia Mundial das Nações Unidas, envolvendo o Estado e a sociedade civil, e tendo como resultado a criação de uma nova declaração política e o segundo Plano de Ação Internacional para o Envelhecimento, que serviu de base para as ações normativas direcionadas ao envelhecimento, durante o século XXI (MULLER, 2008). Dentre os princípios fundamentados pelo plano, encontra-se a criação de um entorno propício e favorável ao envelhecimento, que implica a promoção de políticas direcionadas à família e à sociedade, a fim de garantirem um envelhecimento seguro e promoverem a solidariedade intergeracional (ONU, 2003).

No Brasil, na Constituição de 1934, os direitos da pessoa idosa estavam assegurados no inciso h do parágrafo 1º do artigo 121, sob o modo de direitos trabalhistas e de uma Previdência Social “a favor da velhice” (BRASIL, 1934). Na Constituição de 1937, o artigo 137 instituiu o “seguro de velhice para os trabalhadores” (BRASIL, 1937). Na de 1946, o artigo 157 instituiu a Previdência “contra as consequências da velhice” (BRASIL, 1946); e na de 1967, o artigo 158, a Previdência Social “nos casos de velhice” (BRASIL, 1967).

No decorrer da História, as constituições brasileiras passaram por grandes mudanças, em virtude dos conflitos sociais. A Constituição Federal de 1988, considerando o processo de transição demográfica, estabeleceu, nos seus artigos 14, 40, 201, 203, 229 e 230, direitos da pessoa idosa, como forma de fortalecer a proteção, a assistência e a seguridade social a esse segmento.

Durante muito tempo a velhice constituiu uma questão privada, de responsabilidade da família, ou da filantropia e da religião. Em 1943, com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), houve o incentivo de alguns programas para idosos, inclusive o apoio a asilos. Nos anos de 1970, a Lei nº 6119/74 instituiu a Renda Mensal Vitalícia, no valor de 50% do salário mínimo, às pessoas maiores de 70 anos e que colaboraram com a Previdência. E em 1990, foi criada a Confederação Brasileira de Aposentados (Cobap), que incentivou a luta pelo acréscimo, nos valores das aposentadorias, dos direitos sociais e da cidadania (FALEIROS,

2007). Aos poucos, os direitos iam sendo conquistados, o movimento popular se encontrava mais consciente e concentrado, com uma agenda reivindicatória mais ampla.

Colaborando com essa discussão, Rodrigues (2001), através dos seus estudos, verificou que até a década de 1970, todas as atividades que incluíam os idosos, as quais eram desenvolvidas principalmente pelas Igrejas ou por entidades filantrópicas, eram de cunho caritativo. Somente com a criação, em 1974, do Ministério da Previdência e Assistência, é que se viu surgir uma política mais direcionada aos idosos, principalmente aos aposentados.

As primeiras formas de proteção social no Brasil aconteceram durante a era colonial, através das instituições de cunho assistencial. Somente no século XX, em 1919, é que foram criadas as primeiras políticas previdenciárias de iniciativa estatal, para as pessoas que trabalhavam no âmbito privado, por meio das leis de criação de seguro de acidentes de trabalho (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Em 1923, com a Lei Eloy Chaves, marco legal da Previdência Social no Brasil, foi regulamentada a criação das Caixas de Aposentadoria e Pensões (CAPs), organizadas pelas empresas, ainda que o modelo de proteção social adotado não abrangesse todos os trabalhadores, apenas os que trabalhavam no setor ferroviário. Posteriormente, essa proteção foi estendida aos marítimos e portuários. As primeiras formas de proteção se direcionavam aos direitos trabalhistas; voltavam-se àqueles que estavam diretamente ligados ao desenvolvimento econômico do país.

Um conjunto de instituições brasileiras, formado pelo Serviço Social do Comércio (Sesc), o Serviço Social da Indústria (Sesi), a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Ministério da Previdência e Assistência Social, em parceria com os grupos, foi organizado, com o intuito de refletir sobre os direitos dos idosos. A primeira Assembleia Nacional de Idosos aconteceu em 1982, e serviu de apoio à promulgação da Constituição Brasileira de 1988 (LIMA; SANGALETI, 2010).

O artigo 230 da Constituição de 1988 determina que a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, mantendo a sua participação efetiva no meio social, garantindo sua dignidade e seu bem-estar. E ainda estabelece, no seu Parágrafo 1º, a preconização do atendimento aos idosos em seus domicílios, preferencialmente (BRASIL, 1988), princípio também citado na Política Nacional do Idoso (PNI), de 1994.

Com a Constituição de 1988, o Estado se configurou como de direito, com vistas à garantia de cidadania. Dentre os direitos assegurados aos idosos pela CF/88, o benefício mensal de um salário, inscrito no artigo 203 do capítulo da Seguridade Social, conforme se lê: “a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao

idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida pela família, conforme dispuser a lei” (BRASIL, 1988).

Na década de 1990, especificamente no dia 7 de dezembro de 1993, foi criada a Lei nº 8.742, Lei da Assistência Social (Loas), que consolida as Políticas Públicas na área da Assistência Social (BRASIL, 1993). Dentre os benefícios mais importantes proporcionados por essa Lei, está o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que garante um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que não possuem meios de sobrevivência.

A Constituição de 88 é vista como uma conquista de direitos, que veio refletir sobre a melhoria da qualidade de vida daqueles com idade mais avançada. Essa Carta é rica em assegurar direitos humanos fundamentais, sendo considerado um texto politicamente avançado. A promulgação desta Constituição Federal é um marco fundamental na questão do envelhecimento, pois os assuntos referentes às pessoas idosas deixaram de ser tratados apenas no âmbito familiar, ou no plano caritativo, por entidades, e passaram a ser compreendidos na perspectiva dos direitos de cidadania.

Apesar dessas conquistas, até 1994 não existia, no Brasil, uma política orientadora de ações para a área da pessoa idosa; o que havia era um conjunto de iniciativas públicas e privadas destinadas a pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, que buscava o provimento de necessidades imediatas. Tais iniciativas eram baseadas na política do favor e da benesse, arraigada ao modelo coronelista e patriarcal da sociedade brasileira. Para mudar essa realidade, era necessário o seu enfrentamento, por meio do fortalecimento do espaço público gerado pelo movimento social, que buscava a garantia de discussão que permitisse a concretização de ideais democráticos.

Assim, como forma de também garantir o fortalecimento das discussões internacionais acerca do envelhecimento, foi aprovada, em 1994, a Política Nacional do Idoso (PNI), através da Lei nº 8.842, que tem como objetivo assegurar os direitos sociais dos idosos, inaugurando um importante espaço de discussão e valorização acerca dos direitos de pessoas idosas que, ao longo da história brasileira, estiveram à margem das iniciativas governamentais e políticas de inclusão social. Tal dispositivo reconhece a pessoa idosa como sujeito portador de direitos, define princípios e diretrizes que asseguram os direitos sociais e as condições para promover sua autonomia, integração e participação na sociedade (BRASIL, 1994).

Artigo 3º - A Política Nacional do Idoso reger-se-á pelos seguintes princípios:

I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;

- II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
- III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política (BRASIL, 1994).

Dessa forma e considerando as demandas sociais, econômicas e culturais da população idosa, a Política Nacional do Idoso se caracteriza como uma política que integra os serviços, programas e projetos intraministeriais e interministeriais de promoção e proteção dos idosos. Como uma política em que as ações são dirigidas a entender as necessidades básicas desse contingente populacional.

Dentre as principais estratégias da PNI, aponta-se a participação da pessoa idosa, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos. Com base nisso, verifica-se a consolidação de um novo paradigma de envelhecimento no Brasil, que tem como meta a velhice ativa e participante, e que demanda uma sociedade que assegure espaços permanentes de participação social para esse grupo etário.

Nessa conjuntura, o empoderamento das pessoas idosas acerca de seus direitos assume caráter mais importante, e se inicia uma série de movimentos de organização política, tais como fóruns, conselhos e associações, na busca pela garantia de novos direitos, capazes de permitir uma vida autônoma e independente a esse segmento populacional.

No Estatuto do Idoso, sancionado em 2003, o cuidado com o idoso também é reforçado como sendo prioridade da família, em detrimento do atendimento realizado pelas instituições de longa permanência. No entanto, ele prevê, entre os direitos dos idosos, o amplo acesso à moradia, seja ele na família de origem ou substituta, ou em instituição asilar.

O resultado das legislações coopera para o estabelecimento das políticas públicas que asseguram os direitos sociais dos idosos, promovendo sua inclusão na sociedade, levando em conta suas necessidades funcionais, financeiras e sociais.

O cenário atual das políticas de atenção ao idoso supõe uma redistribuição de ações, incluindo a participação do Estado, da sociedade e da família nas atividades de proteção e assistência ao idoso. Dessa forma, percebe-se o incentivo à participação dos setores público e privado na atuação dessas políticas (SANTOS; SILVA, 2013).

Um fator social de grande relevância na terceira idade, pouco discutido, no entanto, são os direitos sociais do idoso. A América Latina perpassa por situações de instabilidade diante de um sistema de direitos fragilizados, isto é, “tensões sobre as demandas sociais” (SILVA, 2009), e a redução do Estado e de sua capacidade de dar respostas a essas demandas.

Dentre elas está a retração estatal, transferência do dever de cuidar do idoso para a entidade família, bem como a privatização de serviços de saúde e previdência, ou seja, o reconhecimento formal de garantias cidadãs não se faz acompanhar de sua efetiva implementação (SILVA, 2009).

Embora a legislação brasileira voltada aos cuidados da pessoa idosa esteja avançando, a prática ainda é insatisfatória. As políticas públicas voltadas para o envelhecimento ainda são frágeis e insuficientes, tornando o sistema público ineficaz no exercício de suas atribuições com resolutividade e plenitude. Essa situação contribui para a transferência do papel da seguridade social para as famílias, resultando na chamada reprivatização da velhice.

Dessa forma, Santos e Silva (2013) defendem a necessidade de recuperação, na prática, das funções e das atribuições do Estado, da sociedade, da comunidade e, inclusive, da própria família; ações que garantam apoio necessário ao desenvolvimento de atividades de proteção e assistência voltadas à população idosa.

O Brasil não está preparado para tal fenômeno, e por isso ocorre essa transferência da responsabilidade do papel da seguridade social para a família. Em virtude disso, os idosos se encontram dependentes ou fragilizados, e as famílias, carentes de uma rede de suporte social mais efetiva, que poderia ser viabilizada por políticas públicas mais direcionadas às demandas dessa parcela significativa da população.

Em consonância com isso, Santos e Silva (2013, p. 238) afirmam:

A divisão de responsabilidades entre o Estado, a sociedade e a família é algo bem elaborado no discurso político e legislativo; porém, mal executado na prática. Na realidade, o que se percebe é: o Estado se desonerando da sua responsabilidade em oferecer uma assistência pública qualificada e competente; uma sociedade que anula os idosos que não se enquadram no modelo pautado na autonomia e independência; e o encaminhamento das responsabilidades sobre a saúde e doença dos idosos na esfera individual e privada.

O que se pode concluir é que o envelhecimento populacional já está provocando mudanças significativas na sociedade brasileira, o que requer uma constante revisão das políticas públicas direcionadas a esse segmento populacional. Não se trata apenas de garantir uma infraestrutura de saúde, mas de organizar todo um conjunto de medidas envolvendo os aspectos psicossociais, relações de trabalho, estudo e convívio familiar, garantindo assim o bem-estar dos idosos brasileiros, de forma que eles se sintam parte da sociedade e sujeitos de direitos.

No âmbito familiar, são grandes os impactos que resultam do envelhecimento. As famílias passaram a ter mais pessoas idosas, necessitando atendê-las em seus próprios domicílios ou acolhendo-as junto ao grupo familiar, sem que tivessem pessoas disponíveis para esse atendimento permanente.

Foi a partir da Constituição de 1988 que se desencadeou, no Brasil, um processo de ruptura com a ditadura militar, em prol da democracia, no qual se vislumbrou o Brasil como um estado de direito. E as pessoas idosas, juntamente com outros segmentos sociais, tiveram direitos garantidos na forma da lei.

O Estatuto do Idoso, em 2003, veio ratificar o que preconizava a PNI, e afirma que o idoso goza de todos os direitos fundamentais à pessoa humana (Art. 2º) e que o envelhecimento é um direito personalíssimo, e sua proteção, um direito social (Art.8º). Também acrescenta novos dispositivos, cria mecanismos para coibir a discriminação contra as pessoas idosas e prevê penas para crimes de maus-tratos (BRASIL, 2003).

Desse modo, o Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741/2003, é resultado de um processo ativo e participativo de pessoas idosas que buscaram, por cerca de 15 anos, a aprovação de uma legislação abrangente, capaz de criar mecanismos que coibissem a discriminação contra as pessoas idosas e previassem penas para crimes de maus-tratos, além de promover um envelhecimento ativo, por meio da criação e do fortalecimento de espaços de convivência e participação social.

Essa Lei assegura direitos já definidos na Constituição Federal/88 e na Política Nacional do Idoso, buscando proteger a pessoa idosa em situação de risco social e exigir um direcionamento de prioridades das linhas de ação das políticas públicas. Fixa regras que visam garantir a isonomia constitucional e a dignidade da pessoa idosa, buscando suprir suas necessidades, por meio da família, da sociedade e do Estado, assegurando sua liberdade, participação na comunidade e lhes defendendo a dignidade e o bem-estar.

Dentre as principais conquistas obtidas por meio do Estatuto do Idoso, relacionam-se: a garantia de gratuidade nos transportes municipais, intermunicipais e interestaduais a todas as pessoas idosas que recebam até 2 salários mínimos; o direito à percepção de alimentos e à regulação dos planos de saúde; a garantia do pagamento de meia entrada nos eventos culturais; o atendimento preferencial nos serviços de saúde, além de medidas de proteção à pessoa idosa.

Desse modo, o Estatuto do Idoso proporciona maior efetividade à proteção dos maiores de 60 anos, garantindo-lhes o direito à proteção integral, conforme o artigo 2º:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Diante de tais conquistas legais, verifica-se que envelhecer, no século atual, traz valores e significados diferentes dos do século passado, e cada uma dessas conquistas foi alcançada em decorrência de movimentos sociais de pessoas idosas, que realizaram pressões por direitos previdenciários e sociais, almejando uma vida digna.

O envelhecimento populacional é um processo complexo, que não pode ser considerado apenas como uma mudança demográfica, deve ser tratado como uma questão social que exige políticas e programas sociais eficazes para o idoso, bem como estratégias para incentivar a participação da sociedade e dos idosos, para a efetivação das políticas e dos direitos sociais desse contingente populacional.

Diante disso, as políticas públicas devem oferecer ao segmento idoso, entre outras, a oportunidade da erradicação do analfabetismo em perspectiva mais ampla, que inclua o domínio de instrumentos básicos para formação de uma sociedade letrada, capaz de efetuar as operações matemáticas elementares, da compreensão histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial, da formação da sociedade brasileira e da preparação para o exercício da cidadania (SOUZA, 1999).

Entretanto, tratar sobre a velhice no Brasil não é tarefa fácil. Há uma diversidade de discursos e perspectivas em torno do ser envelhecendo. A gerontologia destaca a existência de uma imagem negativa do velho, construída socialmente como uma pessoa sem significado, numa imagem de abandono, solidão e/ou tendo um papel menor, tanto na família como na sociedade. Com vistas a sensibilizar o poder público para a importância de estudos e da adoção de políticas públicas voltadas para um envelhecimento populacional bem-sucedido, a mídia apresenta a imagem de um idoso ativo, capaz de oferecer respostas criativas, de manutenção do corpo, de qualidade de vida, visando ao fortalecimento de um mercado consumidor que concorre para mascarar a chegada à velhice e a não aceitação das limitações naturais advindas desse envelhecer.

A imagem midiática das pessoas idosas aponta para o combate ao envelhecimento, que deve ser iniciado em fases prematuras da vida. Os idosos são invariavelmente apresentados como indivíduos independentes dos filhos e parentes, como seres ativos, capazes de encontrar uma série de atividades novas e atraentes nessa etapa da vida.

A velhice nas revistas não é, portanto, fase mais dramática na vida, nem o momento em que o velho é relegado ao abandono, ao desprezo e ao desdém. As revistas tratam de criar um novo ator, definindo um novo mercado de consumo em que a promessa da eterna juventude é subtexto através do qual novo vestiário, novas formas de lazer e de relação com o corpo, com a família e com os amigos são oferecidos. Não há espaço para imagens de doença, de decadência física e de dependência como destino dos que envelhecem. Mais do que definir a última etapa da vida, trata-se de impor estilos de vida, criando uma série de regras e de comportamentos e de consumo de bens (DEBERT, 2012, p. 212).

Desse modo, o envelhecimento populacional no Brasil é descrito de várias formas, mas, invariavelmente, enfatizando que constitui um problema grave, que afeta toda a sociedade, perdendo seu caráter de conquista, pelo aumento da expectativa de vida, sendo entendido como risco e apontado como motivador para uma reforma previdenciária, por exemplo.

A análise dos custos sociais do aumento da proporção de idosos, em relação à população apta a sustentá-lo, traz à baila uma questão raramente cogitada no Brasil. Em nome da solidariedade entre as gerações, a mídia, por meio dos jornais, revistas e informativos, sugere que se os idosos podem ser mais saudáveis e mais longevos, deveriam manter-se produtivos por mais tempo, desonerando os mais jovens (NERI, 2006).

Nesse ponto, precisamente, a argumentação se volta para o indivíduo idoso como único responsável pelo caos econômico e social, ao garantir sua qualidade de vida em detrimento do papel importante desempenhado pelo Estado, por meio de políticas públicas capazes de proporcionar melhores condições de vida para a pessoa idosa e diminuição da desigualdade social.

Para Berzins (2003), o envelhecimento não é problema; é, sim, vitória. Problema será se as nações desenvolvidas ou em desenvolvimento não elaborarem e executarem políticas e programas para promoverem um envelhecimento digno e sustentável, e que contemple as necessidades do grupo etário das pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. As políticas e programas oficiais devem contemplar os direitos, as necessidades, as preferências e a capacidade dos idosos, reconhecendo a importância das experiências individuais dos sujeitos idosos. O desafio é e será incluir, na agenda de desenvolvimento socioeconômico dos países, políticas para promover um envelhecimento ativo, possibilitando qualidade aos anos adicionados à vida.

Considerando-se a relevância do processo de envelhecimento populacional na realidade brasileira, reconhece-se, de acordo com Camarano (1999, p. 20-21), que esse “traz novos desafios, sobretudo à transferência de recursos para atender as especificidades desse

segmento da população”. Nesta perspectiva, podemos citar o aumento das demandas pelos serviços de saúde, de assistência social e de educação.

De modo incontestável, o envelhecimento populacional é um processo complexo que não pode ser considerado apenas como uma mudança demográfica, deve ser tratado como uma questão social que exige políticas e programas sociais eficazes para o idoso, bem como estratégias para incentivar a participação da sociedade e dos idosos, para a efetivação das políticas e dos direitos sociais desse contingente populacional.

O aumento da população idosa pode ser considerado como uma das formas de expressão da questão social, ao implicar graves e multifacetados problemas que repercutem social, política e economicamente no âmbito da vida privada, na vida dos idosos e da família, e no âmbito da vida pública, através da formulação de políticas públicas que tratam do assunto.

Assim, os espaços futuros para a população idosa brasileira dependerão exclusivamente do desenvolvimento de uma política social mais justa, que produza uma melhor distribuição da riqueza e possibilite o acesso aos bens e serviços das comunidades. As ações deverão ser focadas em um envelhecimento mais ativo, estimulando a autonomia e a independência do idoso.

Mesmo insuficientes, as políticas que se configuram na contemporaneidade apontam para um quadro que diz que é chegada a hora de um olhar mais atento às possibilidades de inserção social e profissional da pessoa idosa, fugindo da compaixão, da rejeição e das ações pontuais e benevolentes, que deixam o idoso ainda mais dependente, e se aproximando dos princípios da participação social e da autonomia.

Diante disso, mesmo reconhecendo os avanços na área da formulação de políticas sociais, verifica-se o desmonte de direitos, e a interferência estatal vem limitando a sua área de abrangência à concessão dos mínimos sociais, onde a sociedade é convidada, na condição de parceiro, a intervir nas expressões da questão social de forma solidária e benevolente.

[...] Assim, se a participação nos espaços paritários está orientada pela ideia da partilha do poder de decisão e constitui uma demanda dos próprios movimentos sociais e outros setores da sociedade civil quando da elaboração da Constituição de 1988, uma outra concepção de participação emerge com a implementação do projeto neoliberal. Nesta, a participação está vinculada a nova tarefa da sociedade civil: assumir as tarefas deixadas de lado pelo enxugamento e consequente desresponsabilização do estado (DAGNINO, 2006, p. 4).

Vê-se que a autora observa a fragmentação temática dos espaços de participação no interior da trama burocrática e os impactos disso sobre as estratégias de ação dos movimentos. Apesar do contexto apresentado, não se pode negar que ao longo das últimas décadas o Brasil experimentou um nítido processo de articulação democrática, no qual os cidadãos foram convidados a incluir-se na vida pública e política, por meio dos diversos mecanismos de gestão criados com o objetivo de articular a sociedade civil e o poder público, quais sejam, os conselhos de políticas, os orçamentos participativos, os fóruns de discussão, as audiências públicas, entre outros.

A participação política evoluiu historicamente como uma bandeira a promover uma espécie de invasão do Estado pela sociedade. Classes, grupos e indivíduos deveriam participar para introduzir a marca de suas ideias e de seus interesses no centro que organiza a vida coletiva, buscando, desse modo, crescer precisamente enquanto grupo, classe ou indivíduo. Dever-se-ia participar, também, para fazer com que certas ideias e interesses prevalecessem, influenciassem a vida coletiva ou dirigissem outras ideias e outros interesses (NOGUEIRA, 2005).

A Constituição Federal de 1988 não apenas afirmou a extensão de direitos, mas consagrou a participação direta da população no exercício do poder, criando espaços de participação paritária do Estado e da sociedade civil, destinados a formular políticas públicas em várias áreas, como os conselhos gestores de políticas públicas, transformando o ambiente político no qual os governos deveriam passar a operar desde então (DAGNINO, 2006).

Foi a partir da década de 90 que se instituiu uma série de reformas constitucionais que enfatizaram os instrumentos da democracia direta e deram oportunidade à participação cidadã na administração pública. Evidenciou-se que a descentralização participativa pouco avançava. Os conselhos, com os quais se imaginava aperfeiçoar a gestão das políticas descentralizadas, em poucos casos funcionavam, cortados por discontinuidades e bloqueios variados. As formas e os ritmos da descentralização variaram muito, assim como variou bastante o modo como ela foi implantada e funcionou em cada região do país, e em cada área das políticas sociais (NOGUEIRA, 2005).

Segundo Nogueira (2005), a Constituição brasileira de 1988, na qual ressoam claramente as vibrações da luta contra a ditadura militar e em que existem importantes elementos de democracia participativa (como o instituto da iniciativa popular e a participação da comunidade na formulação dos planos diretores das cidades), ajudou paradoxalmente a acelerar essa conversão, por intermédio do preceito que patrocina todo o título da ordem social: a descentralização participativa.

A partir de então, a gestão administrativa das grandes políticas da seguridade social (educação, saúde, assistência social) passou a ser definida, com base no artigo 194, VIII, da Constituição de 1988, como tendo “caráter democrático e descentralizado, com a participação da comunidade, em especial, de trabalhadores, empresários e aposentados” (BRASIL, 1988).

Em um Estado democrático de direito, as políticas públicas e legislações devem ser formuladas de acordo com as solicitações e necessidades da população idosa, que deve participar ativamente de todo o processo de formulação e implementação das mesmas, a fim de que seja possível avançar na adoção de práticas libertadoras e garantidoras de direitos, tais como as ações na área educacional, que por vezes são tratadas de forma secundária, ao destinarem ações para esse segmento populacional.

3 EDUCAÇÃO E ENVELHECIMENTO

3.1 DIREITO À EDUCAÇÃO: um direito de todos?

O significado estratégico da política educacional, do ponto de vista das requisições do capital, em sua essência, não se alterou, tendo em vista que ainda cumpre funções importantes nos processos de produção de consensos em tempos de crise de capital e de necessidade de recomposição das taxas de acumulação, particularmente em decorrência dos aportes conceituais, diagnósticos e investimentos capitaneados pelos organismos multilaterais, pelas conferências mundiais sobre educação e pela transposição da pedagogia empresarial para o campo educacional. Esse quadro revela como a educação hoje se inscreve em um amplo processo de desumanização, a serviço da barbárie, assumindo uma feição moderna.

A política educacional não se estrutura como forma de assegurar modos autônomos de pensar e agir (CFESS, 2012). Mas se reveste, hoje, sob a marca das inversões, que são necessárias à reprodução do sistema metabólico do capital, em um processo de ampliação das formas de acesso e permanência em diferentes níveis e modalidades educacionais: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissional e tecnológica, educação de jovens e adultos, educação especial e educação superior, a partir do desenvolvimento de programas assistenciais, incentivo à contratação de crédito e forte transferência de recursos do fundo público para a burguesia educacional. Ações que soam, para muitos, como “mudanças históricas” na educação brasileira e que incidem sobre a ampliação das possibilidades de contratação de assistentes sociais para a operacionalização técnica de programas assistenciais e difusão ideológica dos paradigmas que sustentam a ideia de educação “inclusiva” e “cidadã” (CFESS, 2012).

O reconhecimento da questão social como objeto de estudo no campo escolar pressupõe compreender como as expressões da questão social se expressam no cotidiano. Dessa forma:

A ampliação exponencial das desigualdades de classe, densas de disparidades de gênero, etnia, geração e desigual distribuição territorial radicaliza a questão social em suas múltiplas expressões coletivas inscritas na vida dos sujeitos, densa de tensões entre o consentimento e rebeldia [...] (IAMAMOTO, 2009, p. 343).

A política da educação constitui uma das respostas às expressões da questão social, uma vez que se manifesta como um espaço de contradição, com incidência sobre a pobreza, a

exclusão e a subalternidade. Resulta de formas historicamente determinadas de enfrentamento às contradições que particularizam a sociedade capitalista pelas classes sociais e pelo Estado, e conformam ações institucionalizadas, em resposta ao acirramento da questão social.

A política de educação constitui uma estratégia de intervenção do Estado, a partir da qual o capital procura assegurar as condições necessárias à sua reprodução, mas também resulta da luta política da classe trabalhadora em dar direção aos seus processos de formação, convertendo-se em um campo de embates de projetos educacionais distintos, em processos contraditórios de negação e reconhecimento de direitos sociais. A trajetória da política educacional no Brasil evidencia como as desigualdades sociais são reproduzidas a partir dos processos que restringiram, expulsaram e hoje buscam “incluir” na educação escolarizada, largos contingentes da classe trabalhadora (CFESS, 2012).

A educação organizada sob a forma de política pública se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista. A partir das lutas sociais, em especial da classe trabalhadora pelo reconhecimento de seus direitos sociais, tornou-se também condição importante nos processos de produção de uma consciência própria, autônoma, por parte desta própria classe e de suas frações. Um território disputado pelas classes sociais fundamentais, cujas lutas se expressam em diferentes contornos e processos que a política educacional assumiu ao longo da história. Deste modo, compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais instáveis, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir de sua singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira (ALMEIDA, 2011, p. 12).

São constantes, nas campanhas políticas e programas de governo, temas que envolvem a inclusão, a erradicação da fome e da miséria, o acesso à educação, dentre outros aspectos que refletem a realidade de desigualdades sociais que atinge a maior parcela da população brasileira. Propagandas com slogans como “Brasil: um país de todos”, “Brasil, país rico é país sem pobreza” e “Aqui tem Brasil Alfabetizado”, são alguns exemplos de uma nova tendência do governo federal que busca, através principalmente da ampliação do acesso à educação, da permanência dos estudantes na escola, bem como de uma efetiva aprendizagem nos sistemas de ensino, consolidar políticas públicas de melhoria de vida para os brasileiros, promovendo o desenvolvimento da Nação.

O acesso à educação é considerado um fator de crescimento, de aquisição de conhecimento, de interação social, proporcionando novas descobertas e vivências que são

elementos essenciais à preservação e à manutenção de uma vida mais produtiva, saudável e participativa socialmente (PANTAROLO, 2008).

A autora aponta também que a educação é uma ferramenta importante para a mudança no universo das políticas públicas que não privilegiam a pessoa idosa:

Indubitavelmente, a educação não é privilégio apenas das gerações mais jovens, ao contrário, é um direito de todos, é um instrumento maior no combate às barreiras sociais, na promoção de uma verdadeira cidadania, no desenvolvimento de uma educação que prepare as gerações mais jovens para bem conviver com os mais velhos e a informar sobre sua futura velhice (PANTAROLO, op. cit., p. 6).

Entretanto, o discurso no qual a educação assume um caráter de direito de todos, configura-se como algo recente. Sobre as concepções que permearam o sistema educacional brasileiro, desde seu surgimento até as mudanças nele ocorridas no decorrer dos anos, Lombardi (2008), em entrevista ao *Jornal da UNICAMP*, explica que a educação brasileira sempre foi influenciada pelos interesses político-econômicos de cada época, confundindo-se a história da educação com a própria história do desenvolvimento do país (LOMBARDI *apud* SOUSA, 2008).

Saviani (2008), resgatando o nascimento das instituições educativas, explica que elas surgem num momento histórico de rompimento do modo de produção comunal (o comunismo primitivo), o que dá origem às sociedades de classes. Por seu turno, o surgimento da escola, no ano de 3.238 a.C., nas civilizações suméria e egípcia, já vem marcado por uma divisão quanto ao acesso e ao tipo de educação direcionado a cada classe social, o que no decorrer dos anos, acaba por contribuir para o acirramento das desigualdades sociais.

No Brasil, o processo de implantação da educação e das escolas não foi diferente, de forma que, de acordo com Ghiraldelhi Júnior (2006), a educação brasileira surge, ainda no período colonial, por volta de 1549, sendo realizada pelos jesuítas e destinada ao “ensino do ler e escrever” para índios, mestiços e a parcela mais pobre da população, enquanto que os brasileiros pertencentes às famílias abastadas tinham preceptores para estudos iniciais, ingressando, em seguida, nas escolas da época, as religiosas, e, por fim, concluía os estudos na Europa.

Saviani (2008) resume o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro como tendo ocorrido após o período jesuítico, numa segunda etapa, de 1759 a 1827, caracterizada pelas “Aulas Régias” instituídas pela reforma pombalina, que busca a criação de uma escola pública estatal inspirada nas ideias iluministas. De 1827 a 1890, tem-se uma série de iniciativas, descontínuas e intermitentes, de considerar-se a educação uma responsabilidade

do governo imperial e das províncias. Nos anos de 1890 a 1931, tem-se a criação das escolas primárias nos estados, através da formação de grupos escolares. Entre 1931 e 1961, ocorre a regulamentação das instituições primárias, secundárias e superiores, em nível nacional. Por fim, de 1961 aos dias de hoje, tem-se o desenvolvimento de uma regulamentação da educação nacional que inclui as instituições públicas municipais, estaduais e federais, bem como a rede privada de ensino, todas concebidas através de uma visão produtivista de escola.

Cabral Neto (2004) explica que só a partir da década de 80, num cenário pós-ditadura, houve um redirecionamento da política educacional, que passou a ser definida também como compromisso com a formação da consciência crítica e com a participação política. Isso porque durante a ditadura, vários direitos civis e políticos foram violados, o que levou, após o período de abertura política, ao fortalecimento de debates sobre direitos humanos, incorporando-se a essa discussão a defesa dos direitos sociais (saúde, habitação e educação).

Essa realidade veio a culminar, a partir de então, na construção de diversas produções legislativas que versam sobre a educação, como a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), o Programa de Direitos Humanos (1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1997), dentre outros.

Dentre as contribuições de destaque da nova Constituição de 1988, ressalta-se seu Art. 205, que versa sobre o tema educação:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

A partir dessa perspectiva, Cury (2002) esclarece que o próprio conceito de educação básica, diante da Constituição de 88, ganha ares novos, sendo que a visão da educação passa a ter uma significação diferente. O autor ressalta que a Constituição Federal de 1988, no capítulo próprio da educação, criou as condições para que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96, assegurasse a possibilidade de o Estado e os municípios constituírem um sistema único de educação básica, de forma que esse seria um nível da educação nacional articulado em 3 etapas de ensino (infantil, fundamental e ensino médio) que, juntas, conforme o Art. 22 da LDB, teriam a “finalidade de desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996).

Em contrapartida a esse movimento, é possível encontrar, ainda nos dias contemporâneos, resquícios dessa história de divisões no universo educacional do Brasil. No

ano de 2008, como mostra o Relatório de Monitoramento de Educação para Todos – Brasil, o país se encontra na 76ª posição, entre 129 países, no ranking referente ao alcance de metas da educação básica, que incluem desde a universalização do ensino primário, até a alfabetização de adultos, paridade entre sexos e qualidade da educação. As referidas metas fazem parte do Programa Educação para Todos, da Unesco, estabelecido por 164 países signatários da Conferência Mundial de Educação, que ocorreu em Dacar (Senegal), no ano 2000, sendo desenvolvidos, periodicamente, relatórios que analisam o cumprimento, até o ano 2015, do proposto pelo programa.

Ainda segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad (2008) realizada pelo IBGE, pode-se perceber que o contingente de pretos e pardos, que foram por anos escravizados e excluídos, é mais desfavorecido em relação ao contingente de brancos. No referido ano, 10% da população residente no Brasil, com mais de 15 anos, foi considerada analfabeta, sendo a taxa de analfabetismo dos homens brancos acima de 15 anos de 6,0%; e das mulheres brancas, de 6,4%, enquanto que o analfabetismo dos homens pretos e pardos foi de 14% e das mulheres pretas e pardas de 13,2% (BRASIL, 2008).

Mais recentemente, assumindo essa dívida histórica com diversos grupos que desde a origem do sistema educacional brasileiro foram excluídos do processo de acesso ao direito básico à educação e ao desenvolvimento de suas potencialidades, bem como diante dessa nova compreensão das instituições de ensino como espaços de inclusão, temos a criação de diversos dispositivos legais que buscam ofertar oportunidades de diminuir tais disparidades.

Dentre elas, Cury (2002) destaca o Programa Bolsa-Escola, criado pela Medida Provisória nº 2.140, de 13 de fevereiro de 2001, aprovado pelo Congresso Nacional em 27 de março de 2001, e sancionado pelo presidente da República, por meio da Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001. Esse programa é descrito pelo autor como uma estratégia compensatória de combate à pobreza, através do recebimento do benefício financeiro mensal, pelo qual as famílias em situação de vulnerabilidade social constatada, devem manter suas crianças na escola, como contrapartida para o recebimento da bolsa.

Ainda do ponto de vista de programas compensatórios, Morigi (2012) descreve outra mudança no ensino público, desta feita, advinda da criação da Educação de Jovens e Adultos (EJA), que tinha por objetivo proporcionar o retorno de parcela da população que, por questões diversas, estava afastada da escola, e não pôde alcançar as séries correspondentes a sua faixa etária, durante o período regular de ensino. Sobre esse programa, são duras as críticas, que segundo o autor, devem-se à ausência de políticas do poder público que

configurem essa modalidade numa prática eficaz. Por conta disso, o EJA assume um papel meramente compensador, apenas substituindo o antigo Supletivo.

Na educação de Jovens e Adultos (EJA) - o professor que “não está dando certo”, que está estressado demais, vai dar aula à noite, na periferia, para a EJA. Há um descrédito nas instâncias do governo. O aluno do noturno e o professor do noturno se deslegitimam mutuamente; o aluno ao esperar encontrar facilidades e tratamento diferenciado, muitas vezes assumindo uma personalidade de “coitadismo”, alegando que trabalhou o dia inteiro, tem de sustentar família e não pode ser cobrado fortemente, com a ameaça de se afastar, evadir, caso entenda haver rigor demais dos professores (MORIGI, 2012, p. 35).

A Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), por sua vez, vem assegurar o acesso às universidades federais e a 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo metade das vagas destinadas a estudantes de escolas públicas, com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita, e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio, e/ou que sejam pretos, pardos e indígenas.

Além da lei de cotas, outro dispositivo que vem somar-se às políticas de elevação de escolaridade é o Estatuto do Idoso (Lei 10741/2003), cujo público-alvo passa por um crescimento, como mostram dados do Ipea (2012), ao constatar que em 1940, a população idosa representava 4,1% da população total brasileira, e em 2011, passou a representar 12,1%. O contingente, em valores absolutos, aumentou de 1,7 milhão para cerca de 23,5 milhões no mesmo período. Por outro lado, diminuiu a proporção da população jovem. A população menor de 20 anos passou a apresentar uma diminuição no seu contingente em termos absolutos e relativos.

Dentre os direitos conquistados a partir do Estatuto do Idoso, ressalta-se o direito à educação, cujo objetivo é inserir as pessoas idosas nos espaços educacionais, oferecendo-lhes condições de acesso e permanência, além de oportunidade de educação profissional e tecnológica, visando ao retorno e/ou permanência no mundo do trabalho, como afirmam os artigos 20 e 21.

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna (BRASIL, 2003).

Os dados em torno da política de educação de pessoas idosas não são animadores. A pesquisa “Idosos no Brasil - vivências, desafios e expectativas na terceira idade”, fruto de uma iniciativa da Fundação Perseu Abramo, em parceria com o Serviço Social do Comércio de São Paulo, percebeu que no plano da educação, quase metade dos brasileiros idosos demanda a possibilidade de voltar a estudar – seja em busca de alguma formação ocupacional técnica, ou mesmo algum curso de nível superior, seja meramente para dar continuidade ao ensino formal, precocemente interrompido ou sequer iniciado (NERI, 2007).

Diante desses novos desafios educacionais que se configuraram com as mudanças sociais ocorridas através do tempo, Pacheco (2010) registra que ainda em 2010, foram previstas diversas ações do governo federal, no sentido de incrementar o cenário educacional, como o investimento de R\$ 4 bilhões na educação pública, da modalidade infantil ao ensino médio, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Quanto à educação superior, destacou-se a abertura de 60 mil vagas públicas para a Universidade Aberta do Brasil (UAB), através da oferta de cursos superiores a distância, assim como o Programa Universidade para Todos (ProUni), que concedeu em torno de 300 mil bolsas e estava em expansão, possibilitando ingresso nas universidades, de públicos antes excluídos, advindos de classes socioeconômicas desfavorecidas, e também componentes de grupos étnicos negros e pardos.

Já sobre políticas públicas voltadas para o acolhimento de grupos diversos, ressalta-se a ampliação de vagas nas universidades federais brasileiras, a partir da implantação de vários novos *campi* universitários, bem como da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que passou a contar com 214 novas escolas. Criou-se, ainda, a estrutura dos novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que, dentre outros programas, também foram incumbidos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), que visa a acolher sujeitos até então excluídos dos sistemas de ensino, oferecendo-lhes oportunidade de formação integral.

Dados recentes divulgados na solenidade de lançamento da edição brasileira do “Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos 2013-2014”, mostram que o Brasil tem avançado quanto ao cumprimento das metas estabelecidas até 2015, já que do ponto de vista da qualidade, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb),

indicador utilizado pelo governo brasileiro para aferir a qualidade do ensino em escolas nas redes pública e privada, teve todas as metas atingidas em 2011. Quanto à Infância, foi destacado que entre 2000 e 2011, a taxa de frequência às creches, para crianças entre zero e três anos, mais que duplicou: passou de 9,4% para 20,8%, tendo a quantidade de creches na rede pública crescido também. Sobre a educação primária universal, a taxa de frequência à escola, da população entre 6 e 14 anos, chegou a 98,2%, em 2012. Sobre o índice de analfabetismo, ao longo de sete décadas, o Brasil reduziu a taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos para 9,6% em 2010, e, mais recentemente, para 8,6% (12,9 milhões de brasileiros). Sobre a distribuição de matrículas por gênero, em 2011 se obteve um equilíbrio na quantidade de matrículas em todas as etapas da educação básica e no ensino superior, sendo que essa modalidade de ensino e o último ano do ensino médio registraram mais de 50% de matrículas de mulheres (MEC, 2014).

Apesar de apresentar avanços, o 11º Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, classifica o Brasil na oitava posição no ranking dos dez países com maior taxa de analfabetismo, que respondem por 72% da população mundial de analfabetos. Entre eles estão o Brasil, a Índia, a China e a Etiópia. O público com 60 anos ou mais apresentou a taxa de analfabetismo de 24,4% em 2010, número que aponta uma possível carência de mais atenção quanto a políticas de inclusão educacional para essa faixa etária, principalmente se considerarmos o crescente processo de envelhecimento populacional brasileiro.

Diante de tantos investimentos educacionais anteriormente relatados, em paralelo com os números supracitados sobre a educação brasileira, levantam-se questionamentos diversos: por que ainda estamos entre os dez países com maior taxa de analfabetismo? Vamos, até 2015, atingir a meta de 6,7% de analfabetismo estabelecida pelo programa Educação para Todos? Até que ponto a educação vem realmente sendo um direito de todos?

Sobre questionamentos dessa natureza, Morigi (2012) coloca que a escola de qualidade se torna discurso bastante presente na fala de governantes, mas requer uma análise mais ampla sobre que escola de qualidade é essa, e a quem se destina a educação, dentro das perspectivas do capitalismo neoliberal que vivenciamos na sociedade atual. Pois se o discurso neoliberal coloca o ensino como instrumento de preparação do aluno para a competitividade do mercado de trabalho, a educação assume, assim, um caráter excludente e mercadológico.

Saviani (2002) se fundamenta em Marx e reforça que a história moderna e contemporânea é dominada pelo capital, de forma que é necessário compreender o movimento do capital para, então, compreender a história da sociedade contemporânea, bem como da educação atual. E explica que os trabalhadores foram, por muito tempo, desapropriados do

saber sobre o conjunto dos processos de produção e através de práticas, como o taylorismo, que propunha a divisão do trabalho de forma parcelada. O saber é apropriado pelos setores dominantes, sendo os trabalhadores educados em doses homeopáticas, recebendo apenas o mínimo necessário de instrução para serem produtivos, para fazerem crescer o capital.

Sobre essa visão, Morigi (2012), citando Enguita (1989), explica que embora a escola tenha surgido antes do capitalismo e da indústria, tanto ela quanto a organização do trabalho foram variantes importantes no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista, ao passo que houve uma diferenciação quanto à qualificação dos postos de trabalho e a qualificação dos trabalhadores.

Diante dessa realidade, Saviani (2005, p. 256-257) salienta que:

Está aí o desafio fundamental posto para a educação pública na sociedade de classe por antonomásia representada pela sociedade capitalista, isto é, a sociedade na qual vivemos. O desenvolvimento da educação e, especialmente, da escola pública, entra em contradição com as exigências inerentes à sociedade de classes de tipo capitalista. Esta, ao mesmo tempo em que exige a universalização da forma escolar de educação, não a pode realizar plenamente, porque isso implicaria a sua superação. Com efeito, o acesso de todos, em igualdade de condições às escolas públicas organizadas com o mesmo padrão de qualidade, viabilizaria a apropriação do saber por parte dos trabalhadores. Mas a sociedade capitalista se funda exatamente na apropriação privada dos meios de produção. Assim, o saber, como força produtiva independente do trabalhador, define-se como propriedade privada do capitalista. O trabalhador, não sendo proprietário de meios de produção, mas apenas de sua força de trabalho não pode, portanto, se apropriar do saber. Assim, a escola pública, concebida como instituição popular destinada, portanto, a garantir a todos o acesso ao saber, entra em contradição com a sociedade capitalista.

Mais especificamente sobre o modelo de desenvolvimento socioeconômico no Brasil, o que se encontra é um histórico de dependência econômica externa, com origem nas exportações agroindustrial, agropecuária e de matérias-primas, e na importação acrítica das tecnologias produzidas em países mais desenvolvidos. Isso acarretou na dificuldade de alcançar um modelo de desenvolvimento próprio, com vistas à melhoria da realidade econômica e social nacional e, por fim, na oferta de mecanismos de inclusão precários para a grande parcela da população que vive em condições desfavoráveis (MEC, 2007).

No caso dos filhos da classe operária, a escola pública, em geral, não consegue assegurar *in totum* essa “educação científica”, dificultando, na prática, que seus egressos alcancem uma formação humana integral ou continuem os estudos na educação superior. Os motivos desse “não alcançar” muitas vezes não são inerentes ao sistema de ensino, mas a uma série de determinantes sociais e econômicos que reforçam as condições de desfavorecidos com que os jovens se defrontam cotidianamente. Dessa

forma, lhes resta, quando muito, a formação profissional de caráter meramente instrumental em uma escola patronal ou privada, para um posto de trabalho. Outra possibilidade desses coletivos juvenis é a tentativa de ingresso em uma instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que historicamente atua como referência em vários aspectos que constituem a formação integral. Entretanto, isso não é fácil, já que são organizações cuja concorrência para ingresso, muito elevada, confronta-se com a quantidade de vagas, sempre muito menor do que a demanda (MEC, 2007, p. 19).

Apesar dessa problemática de dimensões e raízes profundas, acena-se que com a mudança de paradigmas sobre a educação, torna-se urgente e essencial a busca por novas estratégias e políticas que venham possibilitar a formação integral dos sujeitos, de forma menos excludente.

Isso porque, como descreve Souza (2012), se antes o modelo dominante de paradigma educacional pregava que só as formas de conhecimento baseadas em princípios epistemológicos e metodológicos, obtidas na observação científica sistemática, rigorosa e controlável dos fenômenos (quantificação), negando experiências imediatas e do senso comum, eram consideradas uma verdade universal, mais recentemente, tem-se o início de uma ruptura com esse paradigma. Surge, assim, a partir da Teoria da Relatividade, de Einstein, e da mecânica quântica, uma nova visão, chamada emergente, na qual o reconhecimento da relatividade nos conhecimentos possibilita a compreensão da ciência, através de uma conexão entre ciências naturais e sociais, onde ambas têm relevância.

A partir do paradigma emergente, Souza (2012) acrescenta que um novo currículo deve surgir, rompendo com o tradicional, onde a situação existencial das pessoas é excluída do processo de aprender. Tomam-se, assim, as experiências prévias dos alunos, instrumentos geradores de temas significativos para o processo de aprendizagem, e ressalta-se que a transformação se inicia pela própria formação do professor, que precisa reavaliar seu papel como mero repassador do conhecimento formal aos alunos, que devem receber passivamente esse saber.

Acreditamos que, para atingirmos o objetivo de formarmos cidadãos autônomos e cabeças pensantes devemos rever nossos conceitos e nos perguntarmos sempre qual o objetivo com tal conteúdo, em que contribuirá para meu aluno, em que realidade ele está inserido, qual o nosso papel como educador, será que somos meros transmissores? Devemos defender nossas ideias, mas estimulá-los a defender as suas também. Não falarmos uma coisa e fazermos outra, fundados no discurso da competência, onde somente o saber científico tem valor. Como se o educando não fosse capaz de criar, de chegar a conclusões sem se fundar em discursos prontos. O educador e o educando devem ser sujeitos do processo em que cresçam juntos, que descubram e aprendam juntos (SOUZA, 2012, p. 49).

Se por um lado, constitui um grande desafio fazer políticas públicas efetivas que promovam o acesso e a permanência a uma educação integral para membros dos grupos não elitistas, por outro, cabe refletir que embora a educação tenha desempenhado um papel estratégico no desenvolvimento econômico de todas as nações hoje consideradas mais desenvolvidas, por si só não irá promover desenvolvimento, trabalho e renda. Para tanto, precisa-se de um conjunto de políticas que atuem de forma articulada e complementar à educação, para que se possam alcançar resultados expressivos (MEC, 2007).

O tempo das políticas e a realidade histórica da educação no país exigem concomitância de ações de curto, médio e longo prazos, para atender ao horizonte constitucional da universalização do acesso à educação básica até o nível médio.

Frigotto (2005) nomeia como “políticas de inserção”, as ações imediatas, que não podem esperar, devido à dívida histórica do Estado brasileiro com a sociedade; e como “políticas de integração”, as que se projetam a médio e longo prazos, reinstituindo o pensar prospectivo, com visão de futuro e de incorporação do direito para as gerações vindouras. A formulação, portanto, de políticas públicas, exige, com frequência, a concomitância de variadas formas de intervenção, o que muitas vezes resulta na visão, por parte da sociedade, de fragmentação de ações e de redundância de objetivos em diversos campos de atuação governamental (MEC, 2007).

Sobre a visão acima relatada, muitas polêmicas surgem, no que diz respeito às mais recentes políticas de governo, na busca da superação dessas desigualdades. Questionamentos sobre a utilização de benefícios financeiros concedidos através de programas, como Bolsa Família, como forma de alavancar votos, assim como críticas acerca do sistema de cotas, como uma forma de mascarar a ausência de investimentos na educação pública e básica, são recorrentes na sociedade brasileira. Entretanto, grupos defensores das referidas políticas descrevem essas alegações como fruto de discursos capitalistas neoliberais que foram historicamente enraizados nas concepções educacionais das instituições de ensino, deflagrando um ciclo de formação de profissionais reprodutores de discursos excludentes.

Assim, a educação se torna, mais uma vez, um fator de maior relevância para a superação destes modelos conservadores de compreensão das relações sociais, na busca de assegurar os direitos humanos básicos e o acesso à cidadania para as grandes massas populacionais que historicamente vêm sendo marginalizadas desse processo.

3.2 A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA DE ACESSO À CIDADANIA DAS PESSOAS IDOSAS

É consenso, em todas as correntes políticas, que não há cidadania plena sem uma educação de qualidade. Só ela forma cidadãos conscientes dos seus direitos civis, aptos para exercer seus direitos políticos e que cobrem o respeito aos seus direitos sociais. Essa é a receita para a tão almejada qualidade de vida no país.

Considerando-se que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica”, cabe entender a educação como um instrumento de luta. Luta para estabelecer uma nova relação hegemônica que permita construir um bloco histórico sob a direção da classe fundamental dominada da sociedade capitalista – o proletariado. Mas o proletariado não pode se erigir em força hegemônica, sem a elevação do nível cultural das massas. Destaca-se aqui a importância fundamental da educação... [...] (SAVIANI, 1980, p. 11).

O exercício da cidadania depende de aprendizagens desenvolvidas em diferentes espaços sociais, por ações educacionais e socializadoras que propiciem a aquisição de informações e o desenvolvimento de habilidades necessárias para reconhecer, elaborar, cumprir e recompor deveres, assim como para construir e compartilhar movimentos de luta em defesa dos direitos humanos. A educação para a cidadania se faz necessária, dada a relevância de sua função para assegurar o direito à vida e outros direitos humanos fundamentais, como saúde, moradia, transporte, trabalho, assistência social, lazer, além da própria educação.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, preconiza que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, e que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Desse modo, a educação é um dos principais eixos de sustentação de um país, quando se almeja o desenvolvimento econômico e a redução dos problemas sociais. No Brasil, pensar políticas públicas que garantam o atendimento às demandas da população para a inserção no mundo do trabalho tem sido um dos principais desafios de profissionais e governos que enxergam, na política de educação, a alternativa segura de emancipação humana.

Sob esse prisma, cumpre destacar que os espaços formais de aprendizagem devem constituir espaços inclusivos de pessoas de diferentes faixas etárias, que buscam desde a iniciação escolar, alfabetização, qualificação profissional, até a certificação de saberes adquiridos ao longo da trajetória de vida e de trabalho.

A valorização dos saberes da experiência foi pontuada por Freire (1987), quando buscou explicitar a relevância de tal conhecimento no processo de formação-atuação profissional, bem como no processo de organização da aprendizagem com os educandos. Ao referir-se à dimensão da funcionalidade das aprendizagens dos estudantes trabalhadores, Ribeiro (1999) destaca que embora a escola não possa vincular-se diretamente ao mercado de trabalho, ela não pode negligenciar tal realidade na vida dos estudantes. Numa abordagem crítica, a escola, especialmente nessa modalidade, tende a fazer aproximações entre formação geral e formação profissional, na tentativa de potencializar uma melhor qualidade de vida, desenvolvendo ações de cidadania, contribuindo para o aperfeiçoamento de relações de convivência social e familiar.

O mundo do trabalho está sendo desenhado a partir do desenvolvimento e emprego de tecnologias complexas, agregadas à produção e à gestão. Com base nessas mudanças, exigem-se dos trabalhadores níveis de escolaridade e qualificação cada vez mais elevados. Dessa forma, no Brasil, como em outros países, quanto maior o número de anos de escolaridade de um indivíduo, maior a sua possibilidade de ingresso e permanência no mundo do trabalho, assim como uma melhor remuneração e ascensão social (BRASIL, 2010).

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), cerca de 14.160.729 dos brasileiros até 15 anos têm até 3 anos de estudos, enquanto aqueles com idade superior a 17, com no máximo 7 anos de estudos, chegam a 31.826.855 (BRASIL, 2008). Mas se verifica que a demanda pelo ensino fundamental, incluindo os analfabetos, chega a 60.235.079, ratificando a tese de que a falta de qualificação para o mundo do trabalho tem sido o principal fator que leva os trabalhadores a serem inseridos no mercado informal, com baixa remuneração, sem garantias trabalhistas e/ou dependendo de programas sociais e benefícios da assistência social, ficando à margem do mercado competitivo de empregos e do processo de inovação tecnológica e econômica do país.

Diante disso, convém realizar uma discussão em torno da cidadania. O termo “cidadania” tem origem etimológica no latim *civitas*, que significa "cidade". Entende-se como a garantia do pertencimento de um indivíduo a uma determinada comunidade politicamente articulada e que lhe atribui uma série de direitos e deveres, sob observância de um amplo arcabouço jurídico. Ao contrário dos direitos humanos – que tendem à universalidade dos direitos do ser humano na sua dignidade –, a cidadania moderna, embora influenciada por aquelas concepções mais antigas, possui um caráter próprio.

A cidadania, na forma como concebemos hoje, está associada ao processo de construção dos direitos que se expressou desde a Declaração dos Direitos do Homem e do

Cidadão, resultante da Revolução Francesa, em 1789. Essa cidadania foi construída no complexo contexto de uma sociedade capitalista na qual o homem é visto como um ser produtor, protagonista e competitivo. Com vistas a acumular riquezas, este homem passa, então, a explorar seu semelhante e a natureza.

A discussão em torno da cidadania propõe realizar uma análise acerca da sua emergência, enquanto aspecto de formação do ser social, vinculado à sociedade capitalista de conhecer a relação existente entre esses fenômenos sociais e seus efeitos, no que se refere ao ensejo à transformação social. Parte-se do pressuposto de que “[...] a cidadania consiste em um instrumento criado pelo capitalismo para compensar a desigualdade social, isto é, a situação em que algumas acumulam riquezas [...] enquanto outro não” (VIEIRA, 2001, p. 3).

Para Tonet (2005), a cidadania é o momento da totalidade constituinte do ser social e para que se possa apreender a sua verdadeira natureza e a função que ela cumpre na reprodução do ser social, é necessário buscar sua gênese histórico-ontológica. O incurso em sua trajetória histórica é, portanto, legítimo, e permitirá um conhecimento holístico do tema, a partir do aprofundamento do universo compreensivo do mesmo.

A ampliação do *status* de cidadania não decorreu do reconhecimento dos indivíduos enquanto cidadãos, mas em resposta ao sistema produtivo que emergia. A expansão da compreensão da cidadania, a partir do século XVIII, refere-se, sim, à extensão aos demais segmentos da sociedade, mas o sistema de classes que confere o *status*, não foi afetado, ele foi, na verdade, tornado menos vulnerável ao ataque das classes trabalhadoras, que não visualizavam a distinção entre os grupos sociais, como ocorria no modelo de sociedade anterior à emergência do capitalismo (MARSHALL, 1967).

O conjunto desses direitos – civis, políticos e sociais – compõe o conteúdo da cidadania. Apesar de surgirem em períodos distintos, eles se encontram intimamente relacionados e precisam existir em conjunto, para que se possa considerar a possibilidade real de existência da cidadania. Não há participação política sem liberdade de expressão e competência política, bem como não há competência sem um conjunto de políticas de educação, qualitativas, que sejam capazes de adotar os indivíduos de consciência crítica (FREIRE, 2011).

Para Marshal (1967, p. 62), a cidadania só deve ser considerada plena se for dotada dos três tipos de direito:

Civil: direitos inerentes à liberdade individual, liberdade de expressão e de pensamento; direito de propriedade e de conclusão de contratos; direito à justiça; que foi instituída no século XVII;

Político: direito de participação no exercício do poder político, como eleito ou eleitor, no conjunto das instituições de autoridade pública, constituída no século 19;

Social: conjunto de direitos relativos ao bem-estar econômico e social, desde a segurança até ao direito de partilhar do nível de vida, segundo os padrões prevalentes na sociedade, que são conquistas do século XX.

Marshall (1967) considerava que os direitos sociais deveriam estar vinculados a políticas educacionais capazes de dotar os indivíduos de inteligência suficiente para usufruir os demais direitos, principalmente o direito civil. Ele explica que “[...] os direitos civis se destinam a ser utilizados por pessoas inteligentes e de bom senso, que aprenderam a ler e escrever [...]” (MARSHALL, 1967, p. 73).

A educação, na análise de Marshall (1967), enquanto direito social que “molda o adulto” em perspectiva, dota-o de liberdade e consciência crítica para existir, segundo a sua capacidade de escolha. Para o autor, o direito social é relativo ao dever do estado em fornecer uma educação básica para todas as crianças, educação que seja capaz de prover aos sujeitos adultos a possibilidade de conquistar, por si só, os demais direitos que compõem o conjunto da cidadania.

A vinculação da Educação à construção da cidadania, enquanto sujeito que se reconhece como portador de direitos, e que seja capaz, principalmente, de perceber o processo social que origina as características da sua existência em um determinado contexto social, é uma das concepções que é mais difundida, quando discute a perspectiva educacional.

A análise de Marshall (op. cit.) parte de três derivações particulares do conceito de cidadania, quais sejam, os elementos civil, político e social. O direito civil está relacionado ao exercício da liberdade individual e suas variantes, como a liberdade de ir e vir, de imprensa, pensamento e fé, bem como o direito à propriedade, de concluir contratos válidos e à justiça. Assim, as instituições que se vinculam aos direitos civis, em função da possibilidade que apresenta o indivíduo de afirmar seus próprios direitos em termos de igualdade com os demais, e devido ao encaminhamento processual, são os tribunais de justiça. O direito político, por outro lado, remete à possibilidade de participar no exercício do poder político, seja como membro eleito de um dos organismos integrantes do Estado, ou como seu eleitor. Desta forma, tem, como instituições correspondentes, o parlamento e os conselhos do governo local. Já o elemento social, por fim, refere-se “a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança, ao direito de participar [...] na herança social e levar a vida de um ser civilizado, de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade”

(MARSHAL, op. cit. p.42). A ele estão relacionados o sistema educacional e os serviços sociais.

A questão da educação é particularmente destacada por Marshall (1967), quando defende a educação primária obrigatória como condição fundamental para o desenvolvimento da cidadania. E aí mora outra diferença essencial entre a formação da cidadania no Brasil e na Inglaterra. Enquanto no país europeu já havia preocupação com a educação primária universal desde o século XIX, no Brasil, essa questão sempre foi negligenciada. E mesmo hoje, quando conseguimos colocar praticamente todas as crianças na escola, não conseguimos oferecer uma formação de qualidade, chegando ao ponto de formar analfabetos funcionais no Ensino Médio.

O processo de evolução da cidadania originou, segundo Marshal (1967), duas consequências importantes. Primeiramente, a separação funcional permitiu que cada um dos direitos seguisse seu caminho, figurando-se como elementos estranhos entre si. “O divórcio entre eles era tão completo que é possível [...] atribuir o período de formação da vida de cada um a um século diferente – os direitos civis ao século XVIII, os políticos ao XIX, e os sociais ao XX” (MARSHAL, op. cit., p. 66). Esses períodos devem ser relativizados, evidentemente, pois há entrelaçamento, principalmente entre os dois últimos. Em segundo lugar, houve um distanciamento das instituições, com relação aos grupos sociais que elas buscavam servir, em função do seu novo caráter nacional, decorrendo daí a necessidade de se reconstruir o mecanismo de acesso a elas: cada um dos direitos se ligava à instituição cujo mecanismo de acesso foi restituído ao longo dos séculos, mais ou menos rapidamente, reforçando o “completo divórcio” ao qual Marshall (op. cit.) se referia anteriormente.

A distinção entre cidadania ou “status”, e classe social, é outro elemento essencial na formulação de Marshal (op. cit.). A primeira “é um ‘status’ concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o ‘status’ são iguais, com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao ‘status’”. Quer dizer, a cidadania é a relação do indivíduo com o Estado, a partir da qual são conferidos direitos individuais, num movimento em direção à igualdade material ou à cidadania ideal. A classe social, por outro lado, “é um sistema de desigualdade”. Relaciona-se com a inserção do indivíduo no mercado de trabalho e, num marco liberal, sua existência é desejável – seja para recompensar o trabalho realizado ou como incentivo para o desenvolvimento. Assim, é possível assegurar que a classe social é fundada nas desigualdades econômicas dos indivíduos, ao mesmo tempo em que subsiste como uma reprodutora de desigualdades sociais.

Ao destacar-se a necessidade do estabelecimento de direitos iguais, numa sociedade desigual, e para grupos específicos, coloca-se uma questão fundamental, que articula cidadania com democracia.

A conquista da cidadania requer constante aperfeiçoamento, para que o interesse coletivo atinja um estágio aceitável, como afirma Vieira (1998, p. 40):

A cidadania, definida pelos princípios da democracia, constitui-se na criação de espaços sociais de luta – movimentos sociais – e na definição de instituições permanentes para a expressão política (partidos, órgãos públicos), significando necessariamente conquista e consolidação social e política. A cidadania passiva, outorgada pelo Estado, se diferencia da cidadania ativa, na qual o cidadão, portador de direitos e deveres, é essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política.

O processo de efetivação da cidadania das pessoas idosas está relacionado com a história social e política do país e com as trajetórias socioeconômicas e familiares vinculadas à desigualdade social. É evidente que a qualidade de vida futura de um cidadão é determinada por sua capacidade e pelas oportunidades que lhe são oferecidas, quanto à educação, à saúde e ao trabalho, aspectos, portanto, de ordem pessoal, e dependentes das ações coletivas promovidas pela administração pública.

Uma importante discussão se refere à determinação da PNI, de que as pessoas idosas devem participar ativamente da formulação das políticas que as afetem, através de suas organizações representativas. Essa é uma proposição que tem sido divulgada amplamente, com o fim de possibilitar o protagonismo desse segmento populacional. Assim, além de sua interferência no campo da participação social, a pessoa idosa vem, com os conselhos, ocupar novos papéis sociais e protagonizar um novo olhar acerca do envelhecimento e do ser envelhecendo.

A assimilação de novos conhecimentos tem provocado mudanças na maneira de pensar a educação dos que estão envelhecendo e a oferta de serviços na área do ensino, da profissionalização e do trabalho, e de como tem acompanhado esse ritmo. Ocorre uma grande transformação no idoso, quando ele tem acesso ao saber. Mas é importante atentar que somente a informação não muda ninguém. É preciso discutir situações problematizadoras de reais necessidades de sua vivência, para que reflita, pondere, aprenda a analisar e encontrar soluções. E isso deve ser realizado em conjunto com outros idosos e professores, criando uma dinâmica em que se discute vida e possibilidades de mudanças. Somente assim haverá uma reforma no seu pensamento (LIMA, 2001).

O princípio da aprendizagem incessante é atender à curiosidade acerca do mundo, ressignificando conhecimentos já sistematizados, sobretudo no mundo contemporâneo, que demanda continuamente novos conhecimentos, saberes e habilidades (POZO, 2002); um desafio para as pessoas idosas, cuja concepção de aprendizagem, em geral, está associada à memorização.

Para Paulo Freire (1997), a aprendizagem ocorre quando as pessoas vão se transformando em sujeitos reais do processo de aprender e participam ativamente de todas as suas etapas. Esse processo, na perspectiva da emancipação, leva em conta não apenas aspectos formais, como métodos e instrumentos de avaliação, mas também o aspecto político, ou seja, a intencionalidade com que a aprendizagem se realiza, o que significa que os estudantes se tornaram sujeitos de seu destino.

Independente da idade, a educação é um processo inacabado que, portanto, perdura por toda a vida. Ensinar a pessoa idosa é promover a compreensão de que essa etapa é mais uma de crescimento pessoal, de mudanças, inclusive do modo de viver a velhice, cheia de experiências, que desenvolvem novos olhares sobre a vida.

É um dos grandes desafios das políticas públicas de atendimento à pessoa idosa é a promoção da inclusão desse público nas políticas de acesso à educação. Dados importantes sobre escolarização, segundo a pesquisa realizada em maio de 2006, pela Fundação Perseu Abramo (NERI, 2007), refletem que a população idosa é menos escolarizada que as gerações mais jovens, sendo significativo o número de idosos que se declaram analfabetos e daqueles que dizem ter dificuldades para ler e escrever. Assim, dificilmente a população mais velha é atingida pelas políticas atuais de educação, e tem baixa taxa de superação do analfabetismo.

3.3 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ATENDIMENTO À PESSOA IDOSA NO BRASIL

Dados da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo apontam que 18% dos idosos nunca foram à escola, 71% tinham o ensino fundamental, 7% tinham o ensino médio e somente 4% dos idosos mencionaram o curso superior como seu grau de escolaridade; contudo, apenas 3% desses chegaram ao final. A pesquisa também permite acompanhar os dados relativos à relação escolaridade x renda entre idosos. É nítido o contraste na relação entre nível de renda e o nível de escolaridade dos idosos: daqueles que ganham mais de 10 salários mínimos, 46% frequentaram curso superior, 21% fizeram o ensino médio e 15% fizeram pós-graduação, contra 32% que somente fizeram o ensino fundamental. Os que nunca

foram à escola e os que tinham o curso primário completo ou incompleto são os de rendimentos mais baixos. A porcentagem de idosos com o nível superior e médio, com os mais baixos rendimentos da distribuição, constitui uma expressiva minoria. Assim, é baixo o nível de escolaridade dos idosos de modo geral (NERI, 2007).

Há a urgência na adoção de políticas públicas eficientes, capazes de dar respostas às demandas desse segmento populacional, pois ainda são insuficientes, e um dos grandes desafios é a promoção da inclusão de pessoas idosas nas políticas de acesso à educação. Dados importantes sobre escolarização, segundo a pesquisa realizada em maio de 2006, pela Fundação Perseu Abramo, refletem que a população idosa é menos escolarizada que as gerações mais jovens, sendo significativo o número de idosos que se declaram analfabetos e daqueles que dizem ter dificuldades para ler e escrever (NERI, 2007). Assim, dificilmente a população mais velha é atingida pelas políticas atuais de educação, e tem baixa taxa de superação do analfabetismo.

A baixa escolaridade limita, nas pessoas idosas, o usufruto de bens e produtos culturais e a defesa dos próprios direitos, constituindo-se como um dos principais fatores de exclusão social. Diante disso, as políticas públicas de educação devem oferecer ao segmento idoso a oportunidade da erradicação do analfabetismo em perspectiva mais ampla, que inclua o domínio de instrumentos básicos das operações matemáticas elementares, da compreensão histórica da sociedade humana, da diversidade do espaço físico e político mundial, da formação da sociedade brasileira e da preparação para o exercício da cidadania (SOUZA, 1999).

Entende-se que a formulação e a implementação de políticas públicas não são determinadas apenas pelas necessidades existentes, mas são construídas por processos mediados socialmente. Assim, é importante analisar a maneira como os envolvidos nesses processos articulam e participam dessas políticas em determinados espaços sociais.

Quando se pensa em políticas públicas dirigidas às pessoas idosas, destaca-se a importância da educação como forma de aumentar as possibilidades dos indivíduos ampliarem o nível de consciência crítica para o exercício pleno da cidadania, pleiteando seus direitos e cumprindo suas responsabilidades. O sistema educativo, portanto, deve voltar-se para a democratização como um todo, de modo que as pessoas de todas as idades tenham acesso a ele (PONTAROLO, 2008).

Segundo Minayo (2000), a politização dos idosos, especialmente dos mais escolarizados, associada aos ideais dos tempos pós-industriais, trouxe à pauta algumas questões culturais que favorecem um novo modo de pensar e agir no âmbito do

envelhecimento que, de algum modo, tem influenciado as políticas públicas e os direitos dos idosos. A primeira foi a quebra da centralidade do trabalho, como valor maior na visão de mundo da sociedade (aspecto dominante na sociedade industrial), o que permitiu ao idoso construir sua identidade numa ótica não de trabalho, mas de utilidade e sentido da vida; a segunda é o pluralismo de ideias, de comportamento e de atividades, como valor, quebrando estereótipos ideológicos e comportamentais; a terceira é a valorização da subjetividade como um plano importante a ser incluído em todos os níveis da vida, da ciência e das políticas.

As políticas de educação propostas para as pessoas idosas devem estar de acordo com as peculiaridades deste público, com vistas a atraí-lo e levá-lo a permanecer em plena atividade intelectual. Os cientistas acreditam que na ausência de doença, o envelhecimento em si, não leva ao declínio ou perda das atividades cognitivas e intelectuais. Para Lima (2001), não há perda maciça, mas uma diminuição do ritmo: da velocidade do processamento das informações, mas a precisão da memória e a fluência verbal não diminuem com a idade. Desse modo, as pessoas devem permanecer ativas, com ampla utilização do cérebro, e dar novo sentido às suas vidas, pois foi provado que seres humanos idosos que se exercitam têm melhor desempenho nos testes de função cognitiva.

Urge a necessidade de conscientização e de união de esforços das pessoas leigas, dos políticos, dos familiares, de todos os especialistas que trabalham com o idoso para mudar o olhar sobre ele. Um olhar de crença nas possibilidades de inserção social, profissional, de ser útil e não de compaixão e rejeição por não acreditar que o idoso possa ter uma velhice participativa, atuante e feliz (LIMA, 2001, p. 22).

Cada vez mais as pessoas idosas estão rejeitando as representações negativas em torno do ser envelhescente, vencendo os preconceitos e buscando novos espaços e novas formas de participação social. Desse modo, os espaços formais de saberes se constituem em um dos principais caminhos adotados por pessoas idosas em busca do conhecimento, do lazer e da convivência social.

Sob a influência das mudanças demográficas e comportamentais que foram planejados os cursos de extensão cultural destinados à terceira idade, dentro das instituições brasileiras de ensino superior, seguindo o exemplo pioneiro lançado na França, pelo professor Pierre Vellas, na Universidade de Toulouse, no início dos anos 70, alastrando-se por todo o mundo (NETTO, 2001).

As atividades realizadas pela Universidade de Ciências Sociais de Toulouse, no sudoeste da França, foram dirigidas, em especial, a uma população que viveu as duas Guerras Mundiais e que, na época da criação da universidade, estavam vivendo seu tempo livre de

forma ativa e dispunham de uma esperança de vida maior e qualidade de vida melhor que as das gerações anteriores (PONTAROLO, 2008).

Os cursos das Universidades Abertas apresentam uma proposta pedagógica que procura trabalhar e desenvolver o conceito de educação permanente, voltando-se para a atualização, valores e atitudes das pessoas maduras, tanto no que diz respeito as suas atividades sociais, culturais, políticas e individuais, como coletivas, incentivando o exercício da cidadania.

Dentro de tal abordagem, os projetos se desenvolvem:

Quer pelo prisma que possibilita a integração social dessas pessoas num mundo em constante transformação, como pela vertente que lhes possibilita participação ativa nesse mundo em revolução tão rápida que torna permanentemente instável seu equilíbrio. Mas, ao mesmo tempo, é dada ênfase à ideia de que na maturidade as pessoas carregam, nelas mesmas, a capacidade de se superarem, de renovarem a sociedade e também a si próprias (NETTO, 2001, p. 51).

Desse modo, as Universidades Abertas passaram a significar uma oportunidade sem igual para o reencontro ou a redescoberta de seu potencial, de se perceberem como seres humanos que deviam e podiam valorizar-se (NETTO, 2001) como cidadãos ativos e participantes, recuperando sua autoestima, resgatando sua autoimagem e mostrando aos seus familiares, e à sociedade como um todo, a capacidade de pensar e agir por si mesmos e, sobretudo, ir à luta por seus direitos e conquistas de novos objetos e metas. A educação, segundo Marshall (1967), é o direito e dever que o indivíduo tem de se qualificar para a construção de uma sociedade organizada. Ela ultrapassa, portanto, os aspectos individuais e atinge a dimensão social.

Entre os problemas educacionais que afetam a pessoa idosa no Brasil, destaca-se também o analfabetismo. Segundo Nóbrega (2006), um dos mais complexos e alarmantes, apesar do debate contínuo que há em torno desse tema, na tentativa de minimizar esse problema, e das ações que vêm sendo desenvolvidas há décadas, tais como o Método Paulo Freire (1962), Cruzada ABC (1966), Mobral (1967), “Alfabetização Solidária” (1997), “Programa Brasil Alfabetizado” (2003), entre outros. No entanto, ainda não se tem chegado a uma solução empírica, posto que envolve, diretamente, diversos interesses políticos, econômicos e culturais.

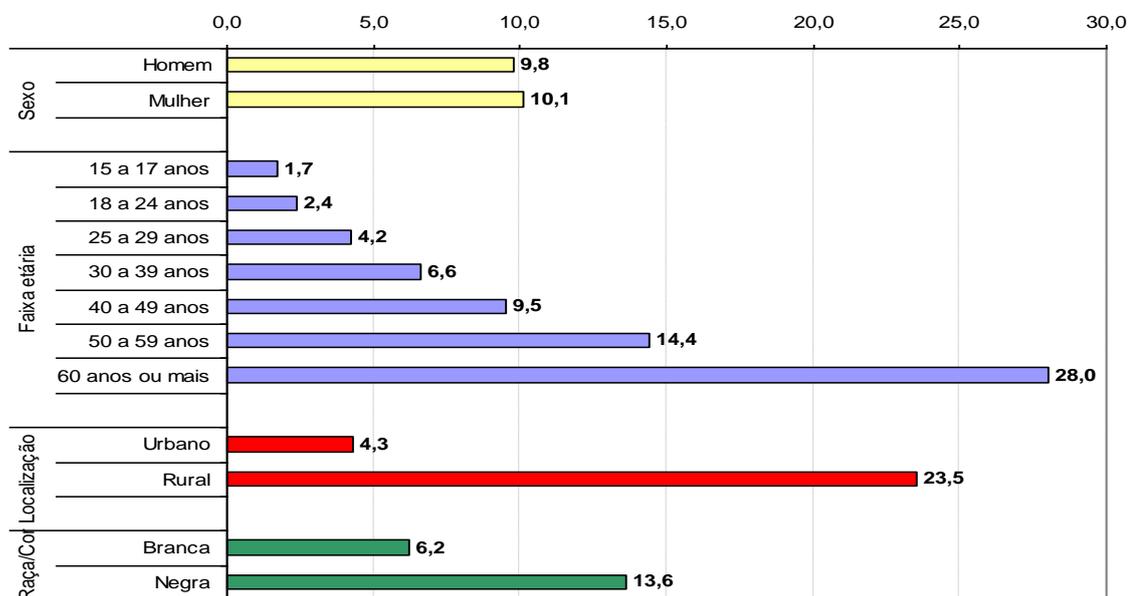
Como forma de enfrentamento à questão do analfabetismo e como estratégia de alcance do público idoso, vem sendo executado, desde 2003, no governo Lula, o Programa Brasil Alfabetizado, realizado pelo MEC e voltado para a alfabetização de jovens, adultos e

idosos. O programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade. O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo que 90% desses se localizam na região Nordeste (BRASIL, 2009).

O analfabetismo presente no Brasil é maior no caso das mulheres; 48% das mulheres contra 40% dos homens se declararam analfabetas, no censo do IBGE de 2000. Em consequência disso, as mulheres idosas estão mais expostas às dificuldades advindas da falta de escolaridade, na busca de melhores condições de existência e sobrevivência.

O quadro a seguir apresenta os dados da Pnad (2008) referentes à taxa de analfabetismo das pessoas com idade a partir de 15 anos, divididos em grupos específicos, e colabora para a compreensão acerca da divisão do analfabetismo por sexo, faixa etária, raça e localização da moradia. Vale destacar que a taxa de analfabetismo aumenta proporcionalmente ao aumento dos anos de vida da população brasileira, evidenciado a concentração de analfabetismo entre a população idosa.

Gráfico 2 - Panorama da alfabetização no Brasil – Taxa de analfabetismo – pessoas com 15 anos ou mais, categorias específicas, Brasil (2008)



Fonte: IBGE/PNAD 2008

Diante desse panorama, o Estatuto do Idoso, em seu artigo 25, responsabiliza o Poder Público pela criação de Universidades Abertas à Terceira Idade, e o incentivo à publicação de livros com conteúdo e padrão editorial adequado à pessoa idosa. Mas as iniciativas públicas ainda são insuficientes para atender toda a demanda que busca por esse serviço, concentrando

sua oferta nos municípios de maior porte. As políticas educacionais formais atendem preferencialmente as crianças e os adolescentes, reforçando uma visão estigmatizante do envelhecimento e reproduzindo o apego ao novo.

As políticas voltadas a esse público estão mais presentes na área da Assistência Social, com uma visão reducionista e caritativa, com vistas ao atendimento dos mínimos sociais, e na área da Saúde, em que prevalecem as ações curativas e imediatistas. No contexto educacional, as políticas públicas previstas nas legislações específicas a esse público, conformam-se nas ações voltadas ao público jovem e adulto. Não há a incidência de programas específicos e as pessoas idosas são acomodadas nos programas de alfabetização de adultos, não respondendo às necessidades peculiares da pessoa idosa.

Uma iniciativa importante a ser destacada são os projetos permanentes desenvolvidos na área educacional pelo Serviço Social do Comércio – Sesc, por meio das Escolas Abertas para a Terceira Idade do Sesc, que surgiram no início da década de 1970, com a finalidade de proporcionar aos idosos, informações sobre o envelhecimento, preparação para a aposentadoria e atualização cultural.

4 A REDE NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

4.1 O INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ: conhecendo o contexto da educação profissional

Os Institutos Federais foram criados a partir das novas concepções sobre a educação e o sistema escolar e de ensino. A escola, principal representante do sistema escolar, hoje é concebida como uma instituição especializada para promover a educação, o desenvolvimento cognitivo-intelectual, psicoemocional e social do seu público-alvo, incluindo a formação para a cidadania e a responsabilidade social.

No entanto, como foi retratado no capítulo 2, esta concepção sobre a escola e a educação nem sempre foi uma realidade presente no Brasil. Na discussão anterior, foi observado, ao se focalizar a história do país, marcada pela dominação e extermínio dos povos nativos, processos de aculturação e conjunturas político-econômicas nas quais a classe dirigente do país é composta por grupos elitistas detentores das riquezas, enquanto que as grandes massas desfavorecidas são exploradas por esta elite, a formação de um ciclo de segregação que se manifesta também no acesso à educação.

Ciclo esse caracterizado pela oferta de uma educação básica e profissionalizante para as classes menos favorecidas, para alcançar uma mão de obra rápida e barata para o mercado de trabalho e uma educação superior para aqueles de classes abastadas, que primeiro iriam desenvolver suas potencialidades, conhecer culturas diversas e só então, após uma formação mais ampla, iriam estar aptos para o exercício profissional (SOUSA, 2008).

É neste contexto de divisão entre classes que surge a educação profissional brasileira, em 23 de setembro de 1909, a partir da criação de um conjunto de Escolas de Aprendizes Artífices, durante a República Velha, período de ascensão da elite cafeeira e pré-industrialização, através do Decreto nº 7.566, assinado pelo então presidente, Nilo Peçanha, com a finalidade de promover meios de sobrevivência para as classes proletárias, através da aprendizagem de um ofício (BRASIL, 2008).

A partir de 1930 a 1945, concretiza-se o período de industrialização brasileira, o que segundo Ghiraldehi Júnior (2006), leva à exigência de uma mão de obra mais escolarizada e, por consequência, a uma estruturação de um sistema de ensino no Brasil.

Nesse contexto, as Escolas de Aprendizes Artífices passam a ofertar formação profissional equivalente ao ensino secundário, sendo transformadas, em 1942, em Escolas Industriais e Técnicas. Outra inovação do período se deve ao fato de que os estudantes dessas

escolas industriais, ao terminarem o curso técnico poderiam avançar para o ensino superior, em áreas afins ao curso de formação (BRASIL, 2008).

Com a ascensão da indústria automobilística em território nacional e investimentos na produção de energia, transporte, entre outros, a formação profissional ganha destaque, o que leva à transformação das Escolas Industriais e Técnicas em Escolas Técnicas Federais, caracterizadas por serem autarquias que possuem autonomia didática e de gestão (BRASIL, 2008).

A educação profissional atinge um crescimento exponencial na década de 70, a partir do I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (PNDE), de 1971, que dentre outras medidas, previa a implantação de corredores de transportes, programa petroquímico e programa de comunicações, favorecendo assim a implantação de cursos técnicos nas respectivas áreas. Além disso, no mesmo ano, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, nº 5.692, diante da crescente necessidade de profissionais, modifica o currículo do na época chamado segundo grau, para técnico profissional, fazendo com que as escolas técnicas passem a ter mais matrículas e abertura de novos cursos (BRASIL, 2008).

Morigi (2012) coloca que com a Lei 5.692/71, para incluir os conteúdos técnicos se fez necessária a diminuição da carga horária das disciplinas tradicionais nos novos currículos e, além disso, muitas escolas não dispunham de estrutura para realização de cursos que exigiam manipulação de instrumentos, sendo, assim, obrigadas a oferecer cursos como contabilidade e administração, que eram pouco atrativos para os alunos na época. Esse cenário resultou na migração de estudantes de classe média para instituições privadas de ensino, que ofereciam ensino regular e assim proporcionavam maiores oportunidades de uma formação voltada para o ingresso ao ensino superior, o que contribuiu para o esvaziamento das escolas técnicas, que passavam a ter cada vez menos cursos ocupacionais.

Devido a mudanças nos padrões de produção nos estados do Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro, em 1978 surge a necessidade de elevar o nível de formação, equiparando-se, no âmbito da educação superior, aos centros universitários, em áreas como engenharia de operação, transformando as Escolas Técnicas Federais dos estados anteriormente mencionados, em Centros Federais de Educação Tecnológica (BRASIL, 2008).

Na década de 80 até metade de 90, o cenário econômico-político sofre mudanças em nível mundial, sendo marcado pela globalização e avanços tecnológicos relacionados às telecomunicações, microeletrônica e informática. Com essas mudanças, ocorrem transformações também nos processos de produção, métodos de gestão e manutenção, abalando economias no mundo todo, inclusive no Brasil, onde houve uma diminuição do

crescimento econômico, aumento da inflação, influenciando a retração da formação, em caráter de urgência, de técnicos (BRASIL, 2008).

Ainda em 1982, Moraes (2002) descreve que há revogação e promulgação da Lei 7.044/82, na qual falhas relacionadas à obrigatoriedade da profissionalização no 2º grau foram erradicadas e o termo “qualificação para o trabalho” é substituído por “preparação para o trabalho”.

Silva (2009) explica que durante a década de 90, várias outras escolas técnicas e agrotécnicas federais se tornam Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), formando, através da lei nº 8.984, o Sistema Nacional de Educação Tecnológica. Este processo de transformações é efetivado em 1999, após a LDB 9.394, de dezembro de 1996, no qual a educação profissional passou a abarcar três níveis de educação: básico, técnico e tecnólogo (BRASIL, 2008).

Ainda segundo Silva (2009), em 1998 houve a proibição da abertura de novas escolas federais, bem como outras restrições curriculares que levaram os Cefets a uma oferta de cursos superiores e ensino médio regular, em detrimento de cursos técnicos que ficavam relegados à responsabilidade dos estados e da iniciativa privada. Já em 2004, a então rede federal de educação tecnológica passa por uma reorientação das políticas para educação profissional, voltando, através do decreto nº 5.154/04, a ofertar cursos técnicos integrados com o ensino médio, ou ainda nas modalidades concomitantes e subsequentes; e em 2005, há a modificação da lei que proibia a expansão das escolas federais, permitindo a expansão de 244 para 366 unidades em 2010, contribuindo assim para discussões sobre o papel dessa rede federal de educação tecnológica no desenvolvimento social do país.

Diante dessa realidade, surge, em 29/12/2008, a lei 11.892, que cria, no âmbito do Ministério da Educação, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, através da transformação dos Cefets, Escolas Agrotécnicas, bem como Escolas Técnicas que compunham a rede federal de educação profissional.

De acordo com Pacheco (2010), os institutos federais são pluricurriculares e multicampi, surgem como uma inovação na área educacional, ao passo que apresentando inicialmente 38 instituições, com 314 *campi* em todo o território nacional, e podem atuar em todos os níveis e modalidades da educação profissional, ofertando 50% de suas vagas na modalidade técnica integrada ao ensino médio, 20% de vagas em licenciaturas e graduações tecnológicas, disponibilizando, ainda, especializações, mestrados e doutorados. Seus cursos devem ser definidos através de audiências públicas e pesquisa junto às representações sociais,

de forma a promover o desenvolvimento de suas regiões e identificar os problemas locais, bem como elaborar soluções práticas que privilegiem o bem social.

O foco dos institutos federais é a promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e geração de novas tecnologias. Estas instituições devem responder, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e de suporte aos arranjos produtivos locais (SILVA, 2009).

Dentre os novos institutos criados em 2008, encontra-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), que funciona como uma autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (FÉLIX, 2012).

Moraes (2002) relata que seguindo os passos das demais instituições, a história do IFPI remonta a 1910, quando foi instalada a Escola de Aprendizes Artífices do Piauí, anteriormente chamada de Casa de Educandos Artífices. Essa funcionava em condições bastante precárias, e era frequentada pelas camadas mais humildes da população, que muitas vezes, por dificuldades financeiras, não chegavam a concluir os cursos, pois precisavam ingressar no mercado de trabalho muito cedo. Outro desafio neste período, devia-se ao fato da carência de professores e mestres especializados, aliado à realidade que, no Piauí, não havia indústrias, o que levava muitos alunos a não poderem aplicar seus conhecimentos na prática, ou mesmo conseguir um emprego na área de seus cursos.

O autor supracitado descreve que em 1937, a escola passa a chamar-se Liceu Industrial do Piauí, e tem por principal marco a construção da sede própria da Escola, na Rua Paissandu, onde funciona atualmente a Reitoria e o *Campus* Teresina Central. Em 1943, passa a chamar-se Escola Industrial de Teresina; e em 1966, com a implantação do ensino de 2º grau nas áreas de Edificações e Estradas, é denominada Escola Industrial Federal do Piauí. Um ano depois, através de portaria de 06/07/1967, transforma-se em Escola Técnica Federal.

Em 1994, foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí (Cefet/PI), pela lei 8.948/94. Nesse mesmo ano, o Cefet/PI se expandiu, com a criação da Unidade de Ensino Descentralizada de Floriano-PI (Uned), projetada com amplas condições para o desenvolvimento de uma educação tecnológica de qualidade. Em 2008, essa Unidade ganhou o *status* de *Campus*, para adequar-se às legislações vigentes e ampliar o seu alcance nas demais áreas de formação.

Atualmente, contabilizam-se 11 *Campi* em funcionamento no IFPI, sendo a Reitoria em Teresina, capital do Estado do Piauí. Em dezembro de 2009, o instituto contava com 5

Campi em funcionamento: 2 em Teresina, 1 em Floriano, 1 em Picos e 1 em Parnaíba. Em 2010, foram implantados seis novos *campi*, nas seguintes cidades: Angical, Corrente, Paulistana, Piripiri, São Raimundo Nonato e Uruçuí. Atualmente, encontram-se 6 sendo construídos: Cocal, São João do Piauí, Pedro II, Valença, Campo Maior e Oeiras; e as várias unidades remotas para a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), nos municípios de Altos, Alegrete, Campo Maior, Inhumas, Piracuruca, Porto, Regeneração, São Francisco de Assis, São José do Divino, São João do Piauí, São Pedro e Teresina.

O IFPI oferta educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino: técnico integrado ao médio, técnico concomitante ou subsequente, tecnológico, superior, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), Educação a Distância (EaD) e pós-graduações, além de diversos programas governamentais de profissionalização: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), Certific e Mulheres Mil. Assumindo, nesse ínterim, o papel de política pública, já que dentre outras diretrizes de funcionamento dos institutos, esses devem também “possibilitar aos trabalhadores a formação continuada ao longo da vida, reconhecendo competências profissionais e saberes adquiridos informalmente em suas vivências, conjugando com aqueles presentes nos currículos formais” (SILVA, 2009).

A implantação de programas como o Mulheres Mil, que visam a qualificação de mulheres carentes, com baixa escolarização, entre 18 a 60 anos, são iniciativas que permitem aos institutos federais um caráter verdadeiramente de política pública, ao passo que através destes novos arranjos de ensino, possibilitam mais que um aumento de escolarização, mas, também, um resgate da autoestima destas mulheres que, historicamente, enfrentaram diversas formas de exclusão, que dificultaram o acesso dessas ao universo cultural e de construção de saberes que se encontram hoje nas escolas, bem como a transformação dessas em multiplicadoras de saberes e empreendedoras, contribuindo para o desenvolvimento das comunidades das quais fazem parte (SETEC/MEC, 2012).

Quanto às finalidades, características e objetivos, o IFPI tem por finalidades precípua, a geração, o desenvolvimento, a transmissão e a aplicação de conhecimentos, por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, compreendidos de forma integrada na educação e na formação técnico-profissional dos cidadãos, bem como na difusão da cultura e da criação filosófica, artística e tecnológica.

De acordo com o artigo 6º da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o IFPI tem por finalidade:

- I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;
- II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

Desse modo, cabe perceber o quanto são plurais, dinâmicas e complexas as áreas de atuação do IFPI, que busca atender os mais diversos públicos em suas mais variadas necessidades, instituindo a política pública da educação, com vistas a possibilitar a inclusão social da classe trabalhadora que, historicamente, manteve-se afastada desses espaços de formação profissional.

4.2 O PROGRAMA INTERINSTITUCIONAL DE CERTIFICAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA - PROGRAMA CERTIFIC: implantação e etapas do processo

Os primeiros passos para a certificação profissional no Brasil datam, de acordo com Alexim (2006 *apud* URBANO e PEREIRA, 2013), da década de 1970, através do projeto 128, do Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional (Cinterfor-OIT). Resultado de uma parceria com o Ministério do Trabalho. Esse tinha por objetivo atestar conhecimentos adquiridos na experiência de trabalho e/ou processos sistemáticos de qualificação profissional. Entretanto, somente a partir de 1990, que se

verificam diversas entidades preocupadas em desenvolver processos de certificação de pessoas, influenciados por exigências das normas de qualidade ISO 9000, e ambientais ISO 14000.

Já a partir de 2003, inicia-se um debate sobre a organização de um Sistema Nacional de Certificação Profissional, que foi oficialmente criado em 2005, com vista a regular os processos públicos de certificação profissional no Brasil, focando a elevação da escolaridade, a continuidade dos estudos, aliada ao aproveitamento das experiências existentes (URBANO e PEREIRA, 2013).

Apesar disso, Urbano e Pereira (2013) enfatizam que somente em 2009 o governo federal consolida um sistema de reconhecimento de saberes e certificação, com objetivo de atender às exigências sociais, no que tange à elevação de escolaridade da população, sendo instituída a Rede Certific, através da Portaria Interministerial MEC/TEM nº 1.082, de 20/11/2009, dispondo sobre os princípios que a orientam; a nomenclatura e os conceitos adotados; sua composição; seus propósitos e objetivos; a definição do público beneficiário; a estrutura de governança e o processo de acreditação de instituições certificadoras e procedimentos para o reconhecimento de saberes e aproveitamento de estudos.

A Rede CERTIFIC surge a partir de uma ação conjunta dos Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, na prerrogativa de atender ao que estabelece o Art. 41 da Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que menciona que “o conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos” e a Lei nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008, que determina que no âmbito de sua atuação, os Institutos Federais “exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais” (art.2º § 2º). Sob essas bases legais, estrutura-se a Rede CERTIFIC (URBANO e PEREIRA, 2013).

A Rede Certific se apresenta como uma possibilidade de melhoria das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora, de qualquer faixa etária, através do resgate, nas instituições de ensino, do lugar dos trabalhadores, que historicamente estiveram longe dos espaços públicos e gratuitos de profissionalização, através da oferta de ensino para a elevação da escolaridade, aliada às oportunidades de qualificação e formação inicial e continuada.

Ainda de acordo com a Portaria Interministerial nº 1.082, a Rede Certific pode ser descrita como um conjunto de ações cooperadas que visam, em primeira instância, “criar, implementar, regular, avaliar e ofertar gratuitamente, Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada de trabalhadores, jovens e adultos,

e portadores de necessidades específicas, para fins de prosseguimento de estudos e exercício profissional”.

A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada se constituirá numa ação cooperada entre os Institutos Federais, os Cefets, as Escolas Técnicas vinculadas e a Universidade Federal Tecnológica do Paraná, além das demais instituições acreditadas (Brasil, 2010).

Os Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programas Certific, por sua vez, caracterizam-se pela cooperação de pelo menos duas instituições da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, e Instituição Acreditada, que irão definir metodologias avaliativas e de formação, que possibilitarão a identificação, avaliação, reconhecimento e validação de conhecimentos e habilidades aprendidas pelos jovens e adultos, em suas trajetórias de vida e de trabalho (BRASIL 2010).

A certificação profissional e formação inicial e continuada não é uma modalidade de ensino nova no Brasil, mas a articulação dessa modalidade com o ensino fundamental, de forma integrada, é uma experiência recente no cenário da educação profissional. Por isso mesmo, são escassos os trabalhos de pesquisa que verifiquem sua implantação e que identifiquem as especificidades dessa política.

Para tanto, faz-se necessário esclarecer que segundo Portaria Interministerial nº 1082:

A Certificação Profissional é definida como o reconhecimento formal dos saberes – que derivam da Formação Inicial e Continuada e de exames de avaliação – requeridos para o exercício de atividades laborais, obtidos a partir de experiência de vida e trabalho ou pela frequência/participação em programas educacionais ou de qualificação social e profissional, sistematizados ou não (BRASIL, 2009).

A certificação de saberes adquiridos no mundo do trabalho, nas especificidades de cada atividade profissional e na trajetória de vida dos trabalhadores, constitui-se no ponto de partida, na base de sustentação de toda uma concepção de Educação Profissional e Tecnológica que encara a formação profissional como um processo de desenvolvimento integral do ser humano (BRASIL, 2010).

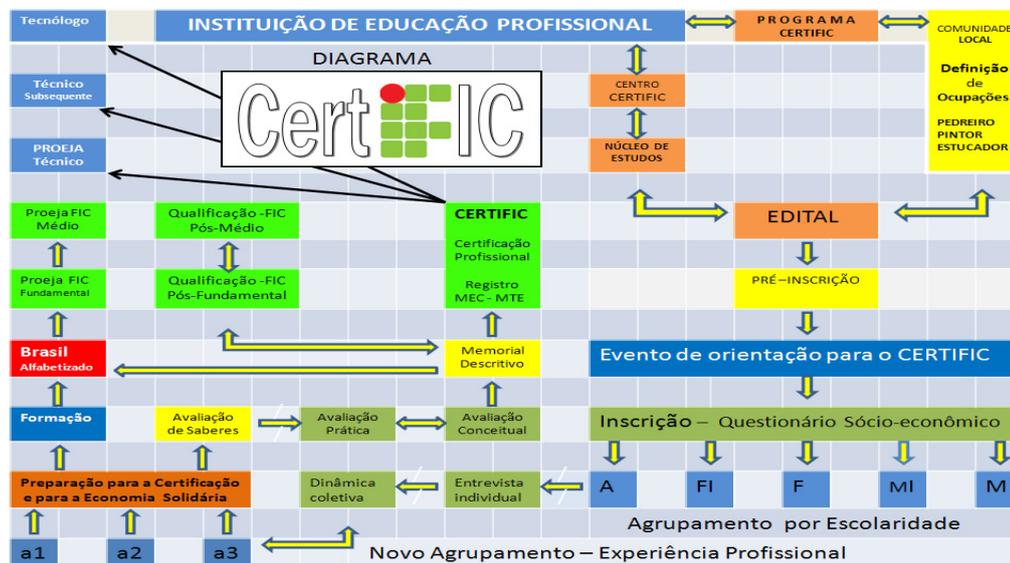
O reconhecimento e a certificação de saberes poderão proporcionar ao trabalhador a acumulação de qualificações, conduzindo a outros níveis, com direito a diplomas de técnico de nível médio ou de curso de graduação tecnológica. Considerando as etapas definidas pelos correspondentes itinerários formativos – estruturação curricular expressa em um projeto de formação que contemple aspectos de natureza científica geral e aplicada a um determinado

campo de atividade profissional, sendo de responsabilidade de uma instituição de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2010).

Os itinerários formativos compreendem seqüências de certificados de Formação Inicial ou Continuada, certificados de qualificação para o trabalho e diplomas de técnico de nível médio ou de curso de graduação tecnológica, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado de estudos. Os itinerários podem ser cumpridos por meio da frequência a cursos e programas educacionais, ou por processos de certificação que permitam identificar e avaliar a equivalência ou equiparação das aprendizagens pertinentes a cada etapa. O itinerário formativo poderá, ainda, ser delineado a partir de etapas com terminalidade, dando direito a certificado de Formação Inicial, de Formação Continuada ou de qualificação para o trabalho, correspondentes às qualificações definidas no Repertório Nacional de Qualificações Certificáveis (BRASIL, 2010).

O itinerário formativo será desenhado individualmente, sob o ponto de vista de aprofundar estudos ou iniciá-los em determinada área, desde a alfabetização até a pós-graduação, conforme figura abaixo:

Figura 1 - Itinerário formativo da rede Certific



Fonte: SETEC/MEC (2009).

Objetivando oferecer condições e estrutura adequadas de atendimento individual e coletivo, o Programa Certific estabelece a realização de etapas para o processo de reconhecimento e certificação profissional, como a sensibilização da comunidade acadêmica

para o acolhimento do trabalhador, cujo objetivo é realizar uma avaliação que valorize todo e qualquer saber que seja demonstrado por ele, com a finalidade de orientá-lo no processo formativo, sem constrangê-lo.

Na etapa do acolhimento do trabalhador é definido como a ação de recepção e acompanhamento do trabalhador ao longo do Processo de Certificação e Formação Profissional pela Instituição integrante da Rede Certific é uma ação única que a levará à permanência do trabalhador. Sendo assim, os trabalhadores inscritos em um Programa Certific poderão ser inseridos novamente nesse espaço de desenvolvimento humano, social, político e econômico do País. Para isso, é fundamental que o trabalhador se sinta integrado à instituição, e seja reconhecido como aluno regular.

Trata-se, portanto, de um jovem ou adulto que busca reconquistar o espaço de construção, desconstrução e reconstrução de seus saberes; que buscam seu desenvolvimento pessoal e profissional e que, ao longo de sua história de vida, vem sendo excluído, seja por fatores socioeconômicos, seja por limitações pessoais ou pela falta de programas adequados à realidade deste adulto trabalhador, que muitas vezes vê o atual sistema de ensino inflexível e que dificulta o seu retorno à escola (BRASIL, 2010).

Importante destacar que o principal requisito a ser considerado para a inscrição e permanência no programa é que o trabalhador atue ou já tenha atuado na área em que solicitará a certificação profissional, e que o *Campus* disponha da área em sua proposta.

A etapa da **Participação em Evento de Orientação sobre Reconhecimento de Saberes** ocorrerá logo após o término das pré-inscrições, conforme datas preestabelecidas, mas flexíveis, de acordo com a disponibilidade de horário dos trabalhadores. Terá como objetivo a entrega do Manual de Orientações (que deverá ser único, diferenciado, de acordo com o Perfil, com vídeo institucional) e a apresentação detalhada das etapas do Processo de Reconhecimento de Saberes, para fins de ingresso nos curso de Formação Inicial e Continuada de trabalhadores da instituição integrante da Rede Certific e/ou Certificação Profissional (BRASIL, 2010).

Para a **inscrição** no Programa Certific, o trabalhador precisa atender ao principal requisito a ser considerado, que é a atuação desse na área em que solicita a certificação e/ou formação profissional. Diante disso, verifica-se que o Programa cumpre o seu caráter inclusivo, sem distinção de raça, idade e condição socioeconômica, sendo mais uma alternativa de inclusão de pessoas idosas no contexto educacional brasileiro.

A **matrícula** para o Processo de Reconhecimento de Saberes, no âmbito de um Programa Certific, dar-se-á após a divulgação dos grupos de trabalhadores inscritos e organizados por escolaridade e experiência profissional (BRASIL, 2010).

Após matrícula em um Programa Interinstitucional da Rede Certific, o trabalhador deverá participar das **atividades previstas no Processo de Reconhecimento de Saberes**, que irão subsidiar a construção do **Memorial Descritivo Socioprofissional**, para fins de Certificação Profissional ou ingresso em Cursos de Formação Inicial e Continuada. O Processo de Reconhecimento de Saberes corresponderá a um conjunto de atividades que envolverá: Diálogos com a Equipe Multidisciplinar do Instituto Federal (entrevista dialogada); Dinâmica de Grupo; Preparação para o Desempenho Socioprofissional (o trabalhador poderá receber seu Certificado Profissional junto com o Memorial Descritivo; ou poderá receber somente o Memorial Descritivo).

O **Memorial Descritivo de Saberes Socioprofissionais** será o primeiro documento oficial que servirá como instrumento para que a equipe multidisciplinar reconheça os saberes do trabalhador e o encaminhe para a Certificação Profissional ou para o ingresso nos cursos de Formação Inicial e Continuada – Cursos FIC ou para o ProejaFic, no âmbito da atuação dos Institutos Federais (BRASIL, 2010).

A **Certificação Profissional** corresponde ao reconhecimento formal dos saberes requeridos para o exercício de atividades laborais, que são obtidos a partir da experiência de vida e trabalho, ou pela frequência/participação em programas educacionais ou de qualificação social e profissional, sistematizados ou não (BRASIL, 2010).

O Programa Certific não se destina apenas ao trabalhador adulto, mas também ao jovem; não apenas àquele já inserido no mercado de trabalho, mas ao que ainda espera nele ingressar; não apenas ao que vê a necessidade de um diploma para manter sua situação profissional, mas ao que espera ascender social e profissionalmente. Para isso, é fundamental garantir os mesmos direitos e deveres, evitando distinções entre alunos do Programa Certific e demais alunos regularmente matriculados na instituição (BRASIL, 2010).

O reconhecimento dos saberes das experiências, a dimensão política da prática educativa, o movimento do diálogo entre educadores e educandos, o trabalho na e com a diversidade cultural, a gestão democrática dos processos de formação e de ensino-aprendizagem e a dialeticidade das práticas docentes constituem princípios fundamentais na educação de jovens e adultos.

Estes princípios se referendam numa educação compreendida como prática da liberdade (FREIRE, 1983). Não é uma educação doada a quem não sabe ler ou escrever. É,

sobretudo, uma educação que se constrói com os sujeitos, educandos e educadores. Uma educação que reconhece as trajetórias, as histórias e as memórias das pessoas. Esses princípios reafirmam, sobretudo, a Pedagogia do Oprimido (FREIRE, 1987), utilizando a expressão de Paulo Freire, por isso mesmo, uma Pedagogia feita, refeita e em construção com as pessoas; construída por elas, em diálogo com outros sujeitos com experiências diferentes.

A preocupação com essa realidade de opressão, diante das dificuldades impostas a olhos vistos, tem provocado mudanças na maneira de pensar a educação dos que estão envelhecendo e a oferta de serviços na área do ensino, da profissionalização e do trabalho voltados para esse público, bem como nas condições necessárias para acompanhar esse ritmo. A prova disso é a criação de políticas de acesso às escolas tradicionalmente ocupadas pelo público jovem, como o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e a Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Certific).

4.3 O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ/ CAMPUS FLORIANO E O PROGRAMA CERTIFIC

Com a prerrogativa de atender ao que estabelece a referida lei, o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, o IFPI, através dos *campi* Floriano, Teresina Zona Sul, Picos e Parnaíba, efetivou a consolidação de uma ação conjunta entre o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e Emprego para a implantação do Programa Interinstitucional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Certific, voltado para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que busquem a formação e/ou avaliação, reconhecimento e certificação de saberes adquiridos em processos formais, ou não formais, de ensino.

Nesse contexto, o IFPI – *Campus* Floriano, que se constitui como campo desta pesquisa, possui 20 anos de experiência com a educação, em níveis técnico, tecnológico e ensino superior, além de abertura aos programas e projetos, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, e o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid, por exemplo; executa atualmente o Programa Certific, cuja primeira turma teve início no ano de 2010, com 121 alunos inscritos, sendo todos do sexo masculino.

Dada às mudanças no mundo do trabalho e o desenvolvimento e emprego de novas tecnologias, que exigem do trabalhador um nível de escolaridade e de qualificação cada vez

mais elevado, o *campus* Florianiano tem o desafio de pensar novas estratégias que contribuam para a redução do analfabetismo e para o aumento da qualificação profissional, com elevação da escolaridade dos habitantes locais e dos municípios próximos, que se encontram à margem do mercado competitivo de empregos e da cadeia produtiva como um todo (IFPI, 2012).

No *Campus* Florianiano, o Programa foi implantado por uma equipe multidisciplinar composta pelos profissionais de Serviço Social, Psicologia, Pedagogia, e por professores das áreas de formação geral e específicas do Curso de Eletricista Instalador Predial. Para se tornarem membros dessa equipe, os profissionais deviam receber, inicialmente, capacitação de 180h (cento e oitenta horas), para conhecer e refletir sobre a concepção e o referencial metodológico do Programa.

Seguindo as etapas de implementação do Programa, foi necessária uma atividade de sensibilização da equipe de servidores e prestadores de serviços do IFPI/*Campus* Florianiano, que aconteceu tão logo ocorreram as Capacitações da Equipe de Avaliadores da Rede Local, a fim de apresentar o Programa, repassar as informações e nivelar o conhecimento acerca do mesmo. Para tanto, foi necessário dividir a equipe em três grupos, quais sejam: Prestadores de serviços – vigilantes, zeladores, cozinheiros, motoristas e auxiliares de serviços, que aconteceu no dia 29 de julho de 2010; Técnicos Administrativos, realizado no dia 03 de agosto de 2010; e Professores, no dia 04 de agosto de 2010 (IFPI, 2011).

Nos três encontros foram fornecidas informações quanto à base legal, os princípios, os objetivos e à operacionalização da Rede Certific, enfatizando a necessidade de receber bem cada trabalhador em todo o processo de reconhecimento de saberes. Todos os servidores estiveram presentes nesses momentos de sensibilização, nos quais os mesmos ressaltaram a importância e o alcance social que o Programa teria, colocando-se à disposição da escola para o processo de execução do mesmo.

Posteriormente, foram realizados vários momentos de sensibilização da comunidade local, por meio de contatos telefônicos e visitas a associações de moradores, empregadores do setor de Eletrônica e meios de comunicação de alcance local, regional e estadual.

Segundo Relatório do Programa, o período de pré-inscrição dos trabalhadores aconteceu entre os dias 16 de agosto e 10 de setembro de 2010, em sala reservada para esse fim, e contou com a colaboração de técnico-administrativos e alunos bolsistas do Ensino Superior, para o preenchimento da ficha de pré-inscrição.

Em todas as etapas de implantação do Programa, os trabalhadores foram acolhidos pela comunidade acadêmica, que se apresentou participativa e disponível, a fim de colaborar para o êxito do mesmo. Assim, a Pré-inscrição

se constituiu em um momento em que os trabalhadores tiveram o primeiro contato com a Instituição, apresentando-se ansiosos, questionadores e motivados a participar ativamente de todo o processo de reconhecimento de saberes, tão logo lhes eram esclarecidas as principais dúvidas. Prova disso foi o grande número de pré-inscrições realizadas, totalizando 121 trabalhadores (IFPI, 2011, p. 8-9).

Vale destacar que durante a execução do Programa, o *Campus* recebeu, sistematicamente, a visita de representantes do Ministério da Educação, com vistas a possibilitar o acompanhamento e a avaliação de cada uma das etapas cumpridas.

Em setembro de 2010 aconteceu, no IFPI/*Campus* Floriano, o Evento de Orientação da Rede Certific, que se constituiu em mais uma etapa e pré-requisito para a efetivação da matrícula dos trabalhadores, além da entrega do Manual do Candidato, fruto de repetidas reuniões da equipe de avaliadores.

O Evento foi organizado pela equipe de avaliadores da Rede em Floriano, que disponibilizou ônibus nas praças da Igreja Matriz, em Floriano, e no município de Barão de Grajaú, e acolheu os trabalhadores com um almoço, visando à socialização de todos. Em seguida, os trabalhadores conheceram os laboratórios de Automação e Eletricidade, onde foram acompanhados e orientados pela Equipe de Engenheiros Eletricistas do *Campus*.

Ainda fazendo parte da programação do evento, os trabalhadores foram convidados a realizar uma atividade laboral no pátio coberto do IFPI, com uma educadora física e, em seguida, encaminhados ao Auditório, onde receberam as boas vindas do diretor-geral na época, Darley Santiago, que relatou ser esse um momento de grande alegria para o Instituto, ao possibilitar ao trabalhador a oportunidade de certificação profissional. O Diretor de Ensino e membro da equipe, Odímógenes Lopes, apresentou o Instituto a todos os trabalhadores, destacando sua história, objetivos, cursos ofertados e a referência em qualidade, que hoje a Escola alcançou. Em seguida, o representante do Ministério da Educação, Humberto Hickel, destacou a importância da participação ativa de todos os trabalhadores nas etapas do programa. A assistente social e os demais professores da equipe relataram sobre o itinerário formativo estabelecido pelo Certific e a necessidade do seu cumprimento (IFPI, 2011).

Ao final, os trabalhadores realizaram sua inscrição no Programa. O Certific ofereceu a oportunidade de certificação profissional a todos os trabalhadores que buscaram o mesmo, com o perfil de eletricitas instalador predial, de forma gratuita, sem cobrança mínima de escolaridade e sem limite de vagas.

A partir dos 116 trabalhadores que realizaram a pré-inscrição, foi possível organizá-los em forma de tabelas, para melhor conhecer o perfil desses. A tabela a seguir corresponde ao nível de escolaridade apresentado nas fichas de pré-inscrição.

Tabela 1 - Dados do questionário – escolaridade dos trabalhadores

Número de trabalhadores Analfabetos	Número de trabalhadores Ensino Fundamental Incompleto	Número de trabalhadores Ensino Fundamental Completo	Número de trabalhadores com Ensino Médio Incompleto	Número de trabalhadores com Ensino Médio Completo	Número de trabalhadores com Ensino Técnico; superior ou outros	Número de trabalhadores que não responderam a questão sobre a escolaridade
00	17	09	19	53	07	11

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2014).

Quanto à experiência profissional, requisito para o ingresso no Programa, os trabalhadores afirmaram que possuem, em sua maioria, de 1 a 4 anos de realização de atividade profissional na área de eletricitista, conforme tabela abaixo. Tal dado colabora para perceber que a maioria dos trabalhadores que buscou o Certific tem pouco tempo de experiência profissional e, conseqüentemente, são jovens e/ou adultos.

Tabela 2 - Da experiência profissional

Número de trabalhadores com experiência					
Menos de 6 meses de experiência	Entre 6 meses a 1 ano	1 a 4 anos	4 a 10 anos	Mais de 10 anos	Nenhuma experiência
0	3	42	35	36	0

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2014).

Ao realizar a catalogação dos dados dos questionários da pré-inscrição, a equipe multidisciplinar organizou os trabalhadores em 06 (seis) grupos, a fim de proceder com as etapas seguintes, quais sejam: Diálogos com a equipe Multidisciplinar, que consistiu em entrevistas com duração de até 60 minutos, que buscavam conhecer aspectos relativos ao aprendizado do ofício, a forma como é desempenhado e a importância desse para sua trajetória de vida e a etapa da Dinâmica Coletiva, em que os trabalhadores discutiam com seus pares suas atribuições, condições de trabalho, equipamentos, campos de atuação, entre outros.

Vale destacar que segundo os relatórios elaborados pela equipe, e da participação desta pesquisadora no processo de implantação do Programa no referido *Campus*, todas as

etapas foram realizadas mediante o registro em Ata e/ou gravação de áudio, e/ou vídeo, e o preenchimento de instrumentais que visavam à comprovação escrita. Após a entrevista, a equipe se reunia para avaliar cada trabalhador e elaborar um parecer crítico/construtivo que garantia uma reflexão acerca da descrição do perfil socioprofissional do trabalhador, e que subsidiaria a análise desse em todo o itinerário formativo.

Ressalta-se que no decorrer do processo de implementação do Programa, alguns trabalhadores se evadiram, sob diversas justificativas, tais como a não compreensão da proposta do Certific no momento da pré-inscrição, e a inexperiência na área, que resultaria em seu desligamento posterior. Portanto, apenas 71 trabalhadores participaram da etapa da entrevista e da dinâmica coletiva, e foram posteriormente encaminhados para a etapa de preparação para o desempenho socioprofissional, que consistiu em uma série de atividades sugeridas pelo próprio grupo de trabalhadores, divididas entre um Curso sobre Noções básicas de Segurança e Primeiros Socorros, totalizando 40 horas, e Visita Técnica à Barragem de Boa Esperança, na cidade de Guadalupe-PI.

Para receber o Certificado Profissional junto com o Memorial Descritivo, é necessário que o trabalhador tenha o conhecimento exigido pelo perfil do curso e comprove, por meio da realização de atividades em laboratório, com a presença da equipe de avaliadores da área específica. Caso o trabalhador não esteja dentro do perfil exigido, será encaminhado para um curso FIC no próprio *Campus*, ou nas instituições parceiras.

Com vistas a conhecer o programa e a situação atual do mesmo, foi realizada entrevista com o diretor do *Campus* Floriano, que também é membro da equipe multidisciplinar do Certific e participou ativamente da gestão do programa no período de 2010-2013. Na ocasião, foi possível indagar sobre as razões que levaram as pessoas idosas ao Programa Certific, para a instituição, que destacou:

O principal atrativo a essas pessoas idosas e a todos os participantes do programa foi a possibilidade de Certificação, assim como a possibilidade de estar frequentando uma instituição pública federal, e como uma última opção, a possibilidade de elevação de escolaridade.

Essa afirmação realça o caráter inovador do Programa que atraiu os trabalhadores das mais variadas faixas etárias para o IFPI, em busca da possibilidade de certificação, com os mais variados objetivos. Para Pacheco (2010), a revolução na educação profissional e tecnológica, os institutos federais vêm romper com as amarras que antes subordinavam a educação profissional exclusivamente a interesses econômicos que muitas vezes contribuíam para acentuar desigualdades entre classes, motivo pelo qual essa proposta de ensino foi, por

muito tempo, alvo de críticas. Essa mudança no modo de avaliar essas instituições se dá principalmente ao se observar os programas que vêm sendo incorporados a esta rede, que articulam ações de ensino, pesquisa e extensão a políticas sociais de governo que visam à inclusão e à compreensão da educação profissional e tecnológica como um mecanismo, além da antiga concepção de apenas capacitar pessoas para exercer uma determinada atividade no mercado de trabalho.

Entende-se que o Certific é uma importante política de inclusão de trabalhadores que estiveram afastados dos bancos escolares, mas que conseguiram aprender um ofício e ter uma profissão que garante a sua sobrevivência na sociedade capitalista. Para tanto, é necessário conhecer a representação que o programa tem para essas pessoas idosas, e o que as levaram a buscar uma certificação profissional no âmbito do IFPI.

Para as pessoas idosas, o Certific representava a possibilidade de eles terem uma certificação pelo trabalho que aprenderam ao longo da vida. Os valores que as pessoas idosas perceberam no Certific foram: a possibilidade de conviver com profissionais, engenheiros renomados na cidade; participar de uma instituição com essa estrutura do IFPI; o nome que a instituição tem na cidade e na região; e a forma como a equipe acolheu e se preparou para que eles se sentissem muito bem aqui no *Campus* (DIRETOR DO *CAMPUS* FLORIANO).

Em busca por conhecer como está estruturado, atualmente, o Certific na instituição, uma vez que o Programa tem um caráter permanente de atendimento ao trabalhador, o gestor relatou sobre as dificuldades enfrentadas para manter o funcionamento do mesmo, para que as atividades planejadas sejam cumpridas e a certificação da primeira turma seja realizada, conforme aponta a fala abaixo:

Em Floriano, paramos na etapa de encaminhamentos e fizemos algumas avaliações. Encaminhamos um trabalhador para a alfabetização e ficamos nessa etapa (DIRETOR DO *CAMPUS* FLORIANO).

Diante da afirmação do Diretor, outro questionamento foi feito, acerca da realização da certificação de algum dos trabalhadores matriculados, que respondeu negativamente. Ao buscar conhecer os motivos da interrupção do Programa e da descontinuidade das etapas do mesmo, ele respondeu.

Infelizmente não, por conta de um desmonte da equipe, pois hoje no *Campus* nós temos apenas quatro membros da equipe, sendo apenas dois da área específica, pessoas que foram capacitadas pelo MEC e Setec, resultando na não continuidade do Programa no *Campus*. Faltou a última etapa do processo acontecer, que foi exatamente as avaliações e os encaminhamentos,

ou para a Certificação ou para qualificação. Não temos assistentes sociais e nem os demais membros da equipe. As razões desse desmonte são as remoções, desligamentos e exonerações de servidores que anteriormente estavam na equipe.

Os servidores públicos são atores responsáveis pela formulação e execução de políticas públicas e precisam receber a devida capacitação, para que sejam capazes de realizar uma ação com eficiência e eficácia. Eles são um elemento essencial para o bom desempenho das diretrizes adotadas pelo Estado, por meio dos seus governos, e a alteração dessa estrutura humana, no interior das instituições, não deve interferir na condução dos seus programas.

Na entrevista, foi informado que, em nível nacional, não há qualquer posicionamento sobre a continuidade do Programa, e na busca por conhecer as razões que justificam a atual situação, o Diretor respondeu que:

Na minha opinião, se deve a questão do surgimento de outros programas que foram implementados com remuneração para a equipe, como é o caso do Pronatec e Parfor. E a outra justificativa é que no âmbito do MEC houve um desmonte da equipe, hoje, pela informação que tenho, é que toda a equipe que conduziu o Certific na época, não permanece mais na Setec. O último contato do MEC foi em 2013, solicitando um relatório do programa, mas não foi estabelecido mais nenhum contato.

Desse modo, percebemos que, no Brasil, ainda há um hiato entre as propostas de políticas públicas e a sua concretização. As ações governamentais ainda são compensatórias, criadas e implementadas no sentido de minimizar as sequelas da política macroeconômica, sem, contudo, reverter o processo. Não apresentam a ideia do continuísmo, do caráter de permanência, da busca por atendimento às necessidades dos cidadãos. O Estado, por meio de suas instituições, não tem garantido as devidas condições de permanência das pessoas idosas no âmbito de suas políticas, ocasionando um gasto público injustificado aos resultados esperados.

As políticas sociais são estrategicamente uma artimanha do Estado para manter as classes subalternas conformadas com sua condição de vida, desmobilizados e sem a consciência de classe necessária para o desenvolvimento de um projeto político que pudesse sustentar suas reivindicações no plano societário. Porém, esse também é o espaço propício para a negociação dos interesses operários, ampliação dos direitos sociais e estabelecimento de prioridades políticas condizentes com as reais necessidades da população e melhorias de suas condições de vida. Sabe-se que nas sociedades pré-industriais, a pobreza era considerada como “[...] um fato natural e necessário para tornar os pobres laboriosos e úteis à acumulação de riquezas [...]” (PEREIRA, 1999 *apud* ALVES, 2011, p. 33).

Pereira (2008) considera ainda que a política social é um processo que vai se dando no interior da necessária reciprocidade entre a determinação econômica e a vontade política de classes e grupos sociais antagônicos, face àquela determinação, mediante pressão diferenciada, junto ao Estado, por mudanças que lhes sejam particularmente favoráveis. Desse modo, a política social responde a determinações de natureza política, mesmo que, em última instância, seja determinada pela base econômica. Ou seja, é uma mediação entre as necessidades de grupos de pressão e interesse, e as necessidades do sistema econômico de produção.

4.4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

As entrevistas foram coletadas e transcritas, e para facilitar a compreensão, o conteúdo dos depoimentos foi distribuído em três categorias: o significado da velhice, a importância do trabalho para a pessoa idosa, e o Programa Certific e a possibilidade de certificação profissional.

4.4.1 O significado da velhice

Em entrevista realizada com as pessoas idosas sujeitos da pesquisa, foi possível conhecer o significado da velhice para eles, que prontamente ratificaram a afirmação dos estudiosos sobre a percepção que se tem sobre essa etapa da existência humana. Desse modo, foram registradas falas onde os entrevistados não se reconhecem como pessoas idosas, pois associam essa etapa da vida a um quadro de demência, improdutividade, isolamento e decadência. Por estarem em plena atividade laboral, justificam que ainda não são velhos, mesmo quando relatam alterações comuns ao processo de envelhecimento, conforme o discurso abaixo:

Eu não me vejo assim como uma pessoa idosa, ainda não me vejo como uma pessoa idosa no meu trabalho, no meu lar, no meu dia a dia, a gente se acha velho, mas, assim, pela idade, eu vou fazer 66 anos e eu tenho que ter respeito comigo mesmo, não vou fazer o que eu fazia com 18 anos ou 30 anos, mas a minha responsabilidade com o trabalho não muda nada, trabalho normal (IDOSO 1).

Ter 60 anos pra mim é normal, não mudou nada, há quem diga que eu não tenho ainda essa idade, mas quando eu estiver mais velho, vou sofrer (IDOSO 2).

Eu não cheguei nesse limite ainda, porque eu trabalho com pessoas mais jovens e são muito mais lentos do que eu com 60. O nosso organismo depois de 60 anos, ele muda (IDOSO 4).

Diante dessas falas, verifica-se que a população ainda não está preparada para envelhecer, e se utiliza de muitas justificativas para evitar estar associada a uma imagem depreciativa da velhice, negando-se, enquanto velhos, por meio de palavras, na tentativa de rejeitar os sentidos pejorativos que atravessam seu discurso. Verifica-se, portanto, que não é só a sociedade que confere à velhice o imaginário negativo. As próprias pessoas idosas reproduzem a ideologia social produzida sobre eles mesmos.

Nesse contexto, a formação social capitalista também está regendo a percepção que eles têm em torno de si, impondo padrões aos jovens e aos velhos. Padrões de consumo que supervalorizam o novo, em detrimento do ser que envelhece. O que está por detrás desses processos de negação são as relações de trabalho baseadas na exploração da mão de obra dos homens, da produção de mercadorias. Tais relações, para Marx (2001), transformam tudo em mercadorias, inclusive o próprio homem. Prova disso é que o trabalhador com determinada idade é aposentado, porque é tido como não lucrativo para o capital.

Assim, o processo individual de envelhecimento guarda contradições e colabora para reafirmar a ideia da negação da velhice, mesmo quando se reconhece os limites próprios da idade, conforme exposto a seguir:

Eu acho que com 60 anos eu já fiz o que eu tinha vontade, eu já tô realizado, mas recomeçando a vida. Com 54 anos minha mulher morreu, hoje eu tô com outra pessoa e quero viver o resto da vida com ela, quero estudar mais. Eu sou aposentado, mas permaneço na ativa (IDOSO 2).

Quando a gente tem 18 anos, todo dia é mais um dia, e quando a gente tem 60 anos, todo dia é menos um dia. Queira ou não temos que partir para o reino de Deus (IDOSO 1).

A interpretação das falas sinaliza que há uma diversidade e pluralidade na compreensão das formas de viver e identificar a velhice, com seus significados e formas, explicitando a complexidade do envelhecer. Ao serem questionados sobre os limites sofridos com a chegada da velhice, os sujeitos reconhecem as suas preocupações e justificam:

Eu tenho medo da velhice, da discriminação da velhice. Eu acho que todo idoso só devia ter direito a ser idoso se tivesse tido educação, se tivesse estudado, pra poder ele reagir. Na minha casa as portas são largas, aí me perguntaram pra que, e eu respondi: pra poder passar a cadeira de rodas que deve ser equipada com livros, revistas e DVD, pra eu passar minha velhice tranquila. Meu irmão perguntou por que eu não fazia uma casa de andar e eu disse pra quê? Como eu vou ter pernas pra subir? (IDOSO 2).

Eu tenho cuidados com a alimentação, não como muita massa, como frutas, não encho a barriga, não tomo mais do que quatro cervejas (...) Eu ainda não mudei nada na minha vida depois que fiz 60 anos, a não ser a vista, porque todo mundo muda mesmo (IDOSO 1).

O século atual recebeu e desenvolveu esta imagem negativa da velhice, sobretudo a fragilidade biopsíquica e a decadência. Isso aconteceu exatamente em uma época em que crescia a moral, que valorizava os homens pela força física e a capacidade de produção. Como resultado, a importância social dos idosos e as funções a eles atribuídas se tornaram praticamente inexpressíveis. Ressaltam-se, nos velhos, apenas as perdas. Nunca enaltecem as conquistas (BERZINS, 2009).

Existem quatro elementos fundamentais na construção da imagem do velho brasileiro como vítima do sofrimento: explosão demográfica com o aumento dos gastos públicos para atender às demandas da população idosa; crítica ao capitalismo e à forma como ele é organizado no sistema brasileiro; a cultura brasileira que valoriza o jovem e o novo e à ineficiência do Estado (...) O velho é um ser humano discriminado, inativo, vivendo em condições precárias e em situação de perda do status, do prestígio e das relações funcionais decorrentes do trabalho (DEBERT, 2012, p. 202).

Importante destacar, também, que na fala de uma das pessoas idosas entrevistadas, a velhice é percebida como um fator biológico, com um olhar voltado para o plano orgânico, levando-se em consideração, também, a idade cronológica.

A sociedade atual valoriza essencialmente a juventude, mesmo sabendo que envelhecimento é um processo normal e que afeta todos os seres humanos e, tendo uma visão negativa deste período da vida, faz em parte com que os próprios idosos detenham esta imagem, que constitui um dos significados preconcebidos sobre a velhice. O desconhecimento deste processo leva a absorver e transmitir falsas percepções que contribuem, direta e indiretamente, para isolar e acelerar o processo de envelhecimento (REIS, 2007).

À medida que a pessoa envelhece, sua qualidade de vida se vê determinada, em grande parte, por sua capacidade em manter a autonomia e a independência. A maioria dos idosos teme a velhice, pela possibilidade de se tornar dependente, por alguma doença ou por não poder exercer suas atividades cotidianas, e alia a velhice à interrupção dessas atividades.

Na velhice, há uma série de perdas significativas, tais como o surgimento das doenças crônicas-degenerativas, a viuvez, a morte dos amigos e parentes, ausência de papéis sociais valorizados, isolamento crescente e dificuldades financeiras. Estas perdas podem afetar a auto-estima do idoso, determinando o surgimento de situações de crise. Podem, ainda, enfrentar estas perdas com coragem ou podem se sentir incapacitados ou frágeis para enfrentá-las;

tornando-se necessária a intervenção de profissionais (FEATHERSTONE, 1994).

Compreende-se, portanto, que a velhice é um processo complexo de alterações na trajetória de vida das pessoas e de diferentes significados. Cada pessoa idosa tem suas particularidades, que vão alterar ou não o estilo de vida, os modos de revelar o significado da velhice e o processo de aceitação dessa nova fase.

É mister que revendo os estereótipos associados ao envelhecimento, a ideia de um processo penoso e de perdas tem sido substituída pelas novas perspectivas de que é possível vivenciar momentos de conquistas nessa etapa da vida, principalmente aqueles guiados pela busca do prazer e da satisfação pessoal. As experiências vividas e os saberes acumulados são ganhos que oferecem oportunidades de explorar novas identidades, realizar projetos abandonados em outras etapas, estabelecer relações mais profícuas com o mundo dos mais jovens e dos mais velhos.

4.4.2 A importância do Trabalho para a pessoa idosa

A permanência no trabalho, realizando uma atividade produtiva e remunerada, mantém e eleva a autoestima da pessoa idosa. Os depoimentos a seguir evidenciam o sentido do Trabalho na vida dos sujeitos entrevistados:

Há sete anos atrás meus filhos pediram para eu não trabalhar, que eu tinha que ficar em casa, mas veja só, o trabalho faz parte da vida, o trabalho faz parte da saúde, nós não vamos ficar em casa pensando. Por que eu não vou trabalhar se eu ainda tenho condição? Eu trabalho até cinco horas, aí chego em casa e boto um calção e corro três quilômetros numa boa. Se eu estou cansado, chego, como uma fruta, durmo, aí depois levanto, vou jogar meu dominó, primeiro eu vou recuperar o sono (IDOSO 1).

Eu gosto do que faço, o meu trabalho é pesado, mas eu gosto do que faço. É trocando bombas, é dando assistência a 26 cidades, concertando quadro de comandos (...) é importante porque também é financeiramente rentável (IDOSO 2).

Sobre o ingresso na profissão, os sujeitos relataram que:

Eletricista foi meu primeiro emprego. A minha profissão foi o meu destino. Eu tenho um curso dado pelo projeto Rondon, e outro pelo Senac, e mais dois de cursos que eu fiz aqui em Floriano mesmo, de 60h (IDOSO 1). Estou na profissão há mais de 40 anos, mas dei umas paradas por causa de outros empregos que assumi (IDOSO 4).

Antes de entrar na Agespisa, eu era caminhoneiro e tinha uma oficina mecânica na minha cidade, e quem tem oficina mexe com tudo (...), aí quando eu vim pra Agespisa, comecei a trabalhar com isso. Já trabalho com isso há 35 anos (IDOSO 2).

Os questionamentos acerca do trabalho se relacionam com a tentativa de compreender os diferentes significados atribuídos pelo sujeito ao trabalho que realiza, suas representações e a importância que tem na sua vida, envolvendo o sujeito como um todo. Sobre a importância do trabalho, o ingresso e a capacitação para o trabalho, os entrevistados assim se pronunciaram:

Eu nunca fiz curso pra ser eletricitista, eu fui aprendendo com o tempo, fazendo, na prática (...) eu já fui relojoeiro, até dentista (risos), eu tenho muita experiência na vida, dizem aqui que eu tenho 30 profissões, mas é de eletricitista que eu gosto mais (IDOSO 2).

Aprendi fazendo. Eu sou muito curioso. (...) Eu gosto muito de ler sobre eletricidade, gosto de estudar, eu sou até uma pessoa polêmica em construção, porque eu não gosto de coisas mal feitas (...) eu gosto de fazer o meu serviço e dar garantia, tem gente que faz tudo por dinheiro (IDOSO 1).

4.4.3 O programa Certific e a possibilidade de certificação profissional

Para os idosos, o programa Certific favoreceu a rememoração de momentos considerados relevantes de suas vidas, aprender novos métodos, fazer novas amizades, atualizar conhecimentos, melhorar a autoimagem; em suas falas, percebe-se um mesclado de emoções e decepções, expectativas e conquistas, descritas a seguir:

Eu não sou um eletricitista profissional concursado ou formado pela Escola Técnica. Até porque, eu queria esse Certific pra ser mais um documento pra mim, mas infelizmente, não conseguimos concluir (IDOSO 1).

O Certific representa pra mim o melhor professor que eu já tive, ele me ajudou não foi na parte financeira, foi em conhecimento. Ele fez eu encontrar conhecidos aqui em Florianópolis, hoje são 130 amigos (IDOSO 4).

Quando o rapaz do MEC perguntou o que eu queria com Certific nessa idade, eu respondi, com a sua ajuda eu quero ajudar a resolver a crise da energética dentro do nosso país (risos) (IDOSO 3).

O Certific me ajudou aqui no meu trabalho, porque com o Certificado do curso que fiz através do Certific, consegui receber alguns benefícios aqui, inclusive um adicional de periculosidade (IDOSO 2).

O Certific foi um sonho realizado, estudar no Cefet, ir pra lá, ter aulas (IDOSO 5).

Diante dos depoimentos, verifica-se o impacto gerado pelo Certific na vida dos trabalhadores, tendo conseguido atender ao seu objetivo maior de inclusão social e estímulo aos trabalhadores a retornarem ao ambiente escolar, apresentando os benefícios de se ter o reconhecimento formal de seus saberes, com possibilidade de conclusão da educação básica integrada à formação profissional.

Ao tratar da necessidade de aproximar a educação profissional das especificidades de formação dos sujeitos das diferentes modalidades de ensino, o IFPI alcança a sua missão de inclusão social, levando o sujeito a usufruir de autonomia pessoal, sendo capaz de posicionar-se criticamente diante das diversas manifestações do mundo moderno.

O Certific pra mim é muito importante, porque é uma renovação de conhecimentos, porque você vai trabalhar com eletricidade e vai estar vendo e fazendo com os engenheiros que são profissionais e vão tirar as nossas dúvidas (IDOSO 1).

O bom do Certific é que quando uma pessoa chegar pra você te chamando pra trabalhar, ele não vai te perguntar onde você trabalhou, ele quer saber se você sabe fazer, aí você apresenta a carteira (CERTIFICADO) pra ele e dá uma garantia pra ele de que ele tá entregando a obra dele pra uma pessoa que tem conhecimento. E você com a carteirinha, você ganha a confiança do seu cliente (IDOSO 1).

A respeito da conclusão do Programa Certific e o que ele representou para os sujeitos, coletamos as seguintes impressões:

Eu não cheguei a ir para o laboratório, um amigo meu fez, mas foram poucas pessoas que fizeram, todos estão esperando (IDOSO 1).

Aprendi muito no Certific, e eu fiz a etapa do laboratório, fiz 90% do que eles me mandaram fazer, aí faltou energia, parei na montagem do chuveiro elétrico (IDOSO 2).

Com vistas a identificar as razões para interrupção do Programa, a direção do IFPI/*Campus* Florianópolis, foi questionada e justificou que:

No momento dos encaminhamentos para as etapas seguintes, após o curso de preparação, aconteceu que em alguns casos os próprios trabalhadores não se interessaram ou não puderam continuar com a formação, e também aconteceu que a gente não conseguiu concluir integralmente a etapa de avaliação de saberes. Ainda aconteceram algumas avaliações, mas, no mais, não houve continuidade na época, e uma outra coisa que é importante dizer é que o MEC não nos deu respostas nem orientações nesse sentido, não há mais orientação ou capacitação de novos membros servidores para participar do programa, e isso acabou sendo um elemento negativo nesse sentido, para que a gente não tenha ainda conseguido concluir o programa no *Campus* Florianópolis (DIRETOR DO *CAMPUS* FLORIANÓPOLIS).

As iniciativas públicas de reconhecimento de saberes e a certificação ainda apresentam muitos desafios para as instituições de ensino, uma vez que, historicamente, essas têm se distanciado das massas populares e dos trabalhadores. É necessário desenvolver novas metodologias, que vão requerer habilidade e flexibilidade das instituições em adaptar-se a mudanças decorrentes do mundo do trabalho. As instituições devem buscar a compreensão do trabalhador como sujeito integral, com múltiplas necessidades.

As políticas públicas de educação ainda são insuficientes para fornecer o acesso e a permanência das pessoas idosas, levando-as a um quadro de desmotivação e apatia diante da real possibilidade de aprendizagem e crescimento pessoal, humano e cidadão, conforme os depoimentos abaixo:

Eu parei de estudar por falta de tempo. A gente trabalhava numa empresa autorizada pela Brastemp, Philips, Eletromar, Mitsubishi, e a gente só chegava em casa sete horas da noite, e naquela época, quase não tinha sinal de televisão, e a gente tinha que dá satisfação aos clientes de por que a imagem não prestava, eles eram atendidos um a um (...). Aí eu comecei a perder aula, aí eu deixei, fiz só o ensino fundamental e parei. Falta de tempo. Isso é uma das coisas que eu tenho mais arrependimento (IDOSO 1).

Era difícil naquela época, até 1979 não tinha colégio, só estudei até o ensino médio porque não tinha, quem quisesse fazer um curso superior tinha que ir pra Teresina. Eu fiz vestibular pra Odontologia, aí perdi na UFPI e deixei. Na UESPI eu fiz o vestibular pra letras e fiquei pra segunda chamada, mas eu nem sei se não fui chamado (IDOSO 2).

Vale destacar que os discursos dos sujeitos da pesquisa também foram marcados pelas lembranças do passado, em comparação com o tempo presente. Para Bosi (1994), é a partir da lembrança do passado que o velho descobre que ele compreendeu muita coisa, foi competente, produtivo. Ao lembrar, ele mostra que já foi valorizado, e quer passar o que sabe para os netos e filhos. A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória. A arte de narrar é uma relação alma, olho e mão: assim transforma o narrador sua matéria, a vida humana.

Para Bosi (1994, p. 128), as pessoas idosas possuem:

Uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis, enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade.

Quando falam sobre o trabalho, fazem repetidamente uma volta ao passado e contam a sua própria história de vida. As histórias de vida são, em Freire (1987), fontes primeiras de reflexão das práticas na reconstrução da própria experiência de vida individual e coletiva. Tornam-se, assim, fontes de reflexão sobre a realidade social, cultural, política, econômica e, ao mesmo tempo, de uma leitura e releitura do próprio sujeito, colaborando com uma estratégia pedagógica de leitura do mundo, ao mesmo tempo em que se realiza a leitura da palavra escrita.

O retorno das pessoas idosas aos espaços formais de saber está diretamente relacionado à capacidade que as instituições possuem de dispor de qualidade de programas eficientes, que garantam o acesso de todos aos estabelecimentos educacionais e que apresentem estratégias inovadoras para atrair, sobremaneira a classe trabalhadora. Na tentativa de conhecer a opinião dos sujeitos da pesquisa acerca do desejo de retornar aos estudos, no âmbito das escolas, esses responderam:

Tive e não tive. Tive vontade até o Chico Demes (engenheiro e professor do IFPI) disse pra eu não desistir e voltar, mas não vai mais compensar pra mim. Temos um problema muito sério no Brasil, temos que trabalhar e estudar. E hoje eu não preciso fazer um curso pra poder trabalhar aqui em Floriano, a não ser que eu vá trabalhar numa empresa (IDOSO 1).

Se for pra voltar pro Certific eu tenho, mas se for pra concluir o ensino médio, não (IDOSO 5).

Eu tenho vontade de estudar mais, mas com 60 anos já tá bom, se eu não fosse tão gordo, a eletricidade exige subir escadas, descer, acho que não dá mais tempo. Aqui o meu trabalho é pesado, faço muita coisa (IDOSO 2).

Ao buscar identificar as possíveis mudanças trazidas pelo Certific na vida e no trabalho dos entrevistados, esses relataram que:

Profissionalmente, dizer que eu ganhei dinheiro pelo Certific não, não mudou nada, mas nós precisamos de renovar nosso conhecimento, queira ou não queira, muda (IDOSO 5).

Eu tive um problema na Fiat e muitos companheiros foram lá e não conseguiram, tava dando choque. Aí eu entrei na Internet e falei com vários engenheiros, aí um engenheiro do Rio Grande do Sul, Sr. Luís Gomes, que deu aula pra gente aqui duas vezes, me ajudou a resolver de lá. Então esses contatos foram muito importantes (IDOSO 1).

Eu precisava de um certificado pra mostrar aqui na Agespisa, o pessoal da Cipa estava só me pedindo, aí eu fui pro Certific buscando isso (...) o Certific melhorou até o meu salário (...) e eu adquiri respeito junto a meu trabalho e adquiri muitos conhecimentos de colegas de profissão (...) adquiri até prestígio (...) O representante da Cipa perguntou como eu consegui esse

certificado tão ligeiro, aí eu disse pra ele: olha aí pro seu lado direito, você vai ver Brasil um país de todos, agora olha do lado esquerdo: Instituto Federal, agora olha atrás: tem minha carga horária (risos). Essa foi a mudança trazida pelo Certific em minha vida (IDOSO 2).

O programa Certific busca a viabilização de projetos adequados à diversidade dos sujeitos da educação, com respeito a suas culturas, modos de vida e suas especificidades, em termos de aprendizagem, com base nas concepções de educação inclusiva e equidade. Um aspecto relevante na nova configuração dos institutos, enquanto instrumentos contra os processos contínuos de exclusão e de formas crescentemente perversas de inclusão, tem-se na presença da oferta de EJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que procura, através da tentativa de pensar novas formas de relação com o trabalho, e em alternativas de sobrevivência que não sejam apenas o assalariamento, bem como se valendo da tradição da oferta de cursos de excelência nesta rede, implantar uma política pública de Estado para potencializar a oferta integrada entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio na EJA, no Brasil (MEC, 2007).

Desse modo, as pessoas idosas avaliaram positivamente o programa, destacando que o mesmo lhes conferiu muitas oportunidades de crescimento pessoal, social e profissional, expressas nas falas a seguir:

Bem, de zero a dez, eu avaliaria as aulas como um nove, e pelo término eu avalio nota sete ou oito, porque uns dizem que falta dinheiro para comprar o laboratório, outros dizem que chegou e falta montar, mas na realidade, não foi montado e nem a gente tem como concluir e eu tenho o desejo de concluir (IDOSO 1).

Para mim, eu só dou nota dez, só nota dez, eu não vou dar nove porque não adianta eu dizer que vou dar nove, porque eu só dou dez. Eu fui muito bem tratado lá dentro, eles fizeram o que a gente queria (...) o sistema fez parar o Certific, mas está todo mundo satisfeito (...) em Florianópolis até os alunos do Cefet são respeitados, a conduta de lá é boa, lá é tudo muito organizado (IDOSO 2).

A direção do *Campus Florianópolis* também avaliou a participação das pessoas idosas no programa e afirmou que:

A participação das pessoas idosas foi avaliada de modo positivo e apesar de não ter havido uma preparação específica para recebê-los, durante as entrevistas e momentos de contato com esse público, foi observado o quanto experiência e bagagem eles tinham, não somente ligada à profissão, mas também ligada à história de Florianópolis. Lembro de entrevistas memoráveis que a gente conseguia resgatar não somente o conhecimento específico da profissão, mas também um conhecimento histórico ligado à profissão e à cidade de Florianópolis (DIRETOR DO *CAMPUS FLORIANÓPOLIS*).

Nesse sentido, o grande desafio da educação de idosos é a viabilização dos instrumentos culturais da realidade na qual se encontram. A educação é uma forte ferramenta na mudança desse panorama, que desprivilegia o idoso. Indubitavelmente, a educação não é privilégio apenas das gerações mais jovens, ao contrário, é um direito de todos, é um instrumento maior no combate às barreiras sociais, na promoção de uma verdadeira cidadania. Impõe-se, como prerrogativa, o desenvolvimento de uma educação que valorize a experiência e os saberes acumulados pelos adultos e idosos, e prepare as gerações mais jovens para os desafios postos pela longevidade, celebrada como conquista da civilização humana nos últimos séculos.

Assim, o programa Certific se apresenta como uma política que defende uma contínua reflexão sobre a certificação de saberes e contempla o direcionamento de uma proposta metodológica que respeita as especificidades do trabalhador e da ocupação. Tal programa cumpre o seu papel, enquanto programa de certificação de saberes, com proposta de educação inclusiva para todos os trabalhadores e, principalmente, para os trabalhadores idosos, pela oportunidade do reconhecimento formal dos saberes e experiências acumuladas, e pela oportunidade ímpar de poder fortalecer e ampliar os conhecimentos e, conseqüentemente, o seu direito de cidadania.

5 CONCLUSÃO

O envelhecimento humano é uma realidade incontestável. Só um olhar em volta é suficiente para perceber que a população brasileira acompanha o mesmo ritmo mundial e experimenta, cotidianamente, os prazeres e desprazeres do envelhecer, dentro e fora do seu ambiente familiar. A sociedade tem mudado em sua estrutura etária, conforme apontam os estudos de especialistas na área, e buscado formas diferentes de atender, amparar e/ou proteger suas pessoas idosas. Esse fato, no entanto, não elimina, por vezes, o tratamento preconceituoso e estigmatizante do qual essas pessoas ainda são vítimas cotidianamente.

Trata-se de um fenômeno que singulariza um dos maiores anseios da humanidade, que é o prolongamento da vida. As repercussões desse processo vêm sendo investigadas e avaliadas pelos pesquisadores, que se propõem a conhecer o envelhecimento, com vistas a colaborar para uma sociedade justa, democrática e inclusiva para essas pessoas idosas. A busca por respostas a essa realidade, extrapola as iniciativas individuais e alcança a esfera familiar, o mercado de trabalho, as políticas públicas, as atividades sociais e recreativas, a educação, a saúde, o transporte, entre outros, e altera valores e concepções de vida.

A fim de garantir que a população brasileira envelheça com dignidade, é necessário que a família, a sociedade e o Estado passem a perceber a pessoa idosa como sujeito de direitos que é, sendo imperativa a adoção de políticas públicas garantidoras desses direitos, a fim de proporcionar uma velhice saudável e valorizada. Para tanto, alterar uma realidade marcada por comportamentos e atitudes discriminatórias em relação ao ser que envelhece, é um desafio constante, que compete aos mais variados atores e instituições, tais como as escolas e demais espaços de socialização de pessoas humanas.

Segundo Freire (2011), a educação permite ao homem sentir-se parte integrante da sociedade, à medida que concentra a possibilidade de participar do processo educativo vinculado ao seu contexto social. Sua justificativa se concentra no fato de que [...] a necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, aprendendo temas e tarefas de sua época (FREIRE, 2011, p. 61).

A educação é, portanto, um caminho para a construção de melhores formas de vida, em busca de uma sociedade menos desigual e de rompimento com a reprodução de práticas equivocadas, quanto à realidade do envelhecimento populacional. O Poder Público deve criar, conforme preconiza o Estatuto do Idoso, oportunidades de acesso à educação, com adequação de currículos, metodologias e materiais didáticos destinados aos idosos, e não apenas encaixar

as pessoas idosas nos programas voltados aos interesses dos adultos, que normalmente procuram na educação uma melhoria de sua condição socioeconômica.

Nesse sentido, o estudo buscou conhecer o significado da certificação profissional e do reconhecimento de saberes para pessoas idosas, que historicamente não eram alcançados por programas de inclusão nos espaços educacionais, e apontou como problematizações centrais de análise, as seguintes: Que concepção de educação e de formação embasa a proposta da rede de certificação? Que concepção de velhice e envelhecimento orienta as ações educativas da rede? Qual o papel desempenhado pela rede na perspectiva da inclusão social e educativa da pessoa idosa? Quais as expectativas das pessoas idosas quanto ao processo de reconhecimento de saberes? Que mudanças ocorreram na vida destas pessoas idosas, após o ingresso no programa Certific?

Visando responder a essas indagações, foi utilizada a entrevista como procedimento principal de coleta de dados, que permitiu uma aproximação com a realidade vivenciada pelos sujeitos. Diante disso, acredita-se que a discussão da temática velhice e certificação profissional de saberes deva ser incluída na pauta das políticas públicas de educação. O processo de envelhecimento dá visibilidade a uma categoria social que, potencialmente, pode utilizar uma quantidade significativa dos serviços e equipamentos ofertados na área educacional, tais como escolas, universidades abertas, espaços de convivência, entre outros.

Desse modo, verificou-se que a invisibilidade da pessoa idosa está presente nas diversas formas da vida social, e ela é o resultado da falta de reconhecimento da velhice como categoria social e política. A invisibilidade está presente nos diversos tipos de relacionamento e nas representações socialmente legitimadas. Familiares, amigos, profissionais da saúde, instituições públicas e privadas (BERZINS, 2009).

Urge a necessidade da formulação de políticas públicas que respondam às expectativas e necessidades do ser que envelhece, que sejam adaptadas e apropriadas a esse público, que promovam a inclusão social, por meio da prestação de serviços eficientes, que tais ações sejam realizadas com planejamento físico, financeiro e humano, para que não sejam interrompidas a cada mudança política existente no interior das instituições. A pessoa idosa tem pressa, e não cabe mais o descontínuismo, a inoperância e a apatia das gestões para com esse segmento populacional.

Enfim, a preocupação foi apreender o significado para as pessoas idosas, acerca do reconhecimento formal de saberes atribuído pela rede Certific, através de sua proposta de educação profissional inclusiva, buscando perceber até que ponto esse reconhecimento formal

de saberes, atribuído pela Rede, representa, para os idosos, uma oportunidade de inserção ou reinserção social.

Os resultados mostram, por um lado, que os sujeitos do estudo, na sua maioria, não se percebem como velhos, pois acreditam ser plenamente produtivos, revelando o olhar estigmatizante em torno do processo de envelhecimento, cultivado pela sociedade capitalista. Por outro lado, os depoimentos revelaram uma realidade de idosos em pleno exercício do paradigma do envelhecimento ativo, sendo capazes de gerenciar a própria vida, ou seja, de ter autonomia individual, no sentido de atuações próprias, que propiciem a realização de projetos. Desse modo, o programa Certific contribuiu para o fortalecimento dessa perspectiva, ao estimular as pessoas idosas a aprofundarem conhecimentos, elevarem a escolaridade, certificarem saberes e conviverem em comunidade.

Verificou-se que não há programa educacional específico para as pessoas idosas no IFPI, mas que o Certific atraiu as pessoas idosas, pela proposta inovadora de certificar as experiências e os saberes adquiridos no decorrer de suas trajetórias de vida e de trabalho, possibilitando aos alunos o aumento da qualificação profissional, a melhoria da autoestima e o empoderamento desses.

Os sujeitos idosos da pesquisa guardam muitas expectativas em torno da possibilidade de terem os seus saberes reconhecidos, por meio da certificação profissional oferecida pelo programa; no entanto, não apresentam interesse em elevar a escolaridade, por acreditarem que tal saber, apesar de importante, não trará mudanças reais para eles no mundo do trabalho, justificando não possuírem tempo e/ou condições de acompanhar uma rotina de sala de aula.

Destacou-se, ainda, que a morosidade na conclusão das etapas do itinerário formativo deste Programa provocou a insatisfação dos sujeitos da pesquisa, revelando que a incompletude e o descontinuísmo das políticas públicas têm afastado as pessoas idosas desses espaços de construção formal dos saberes.

Nesse cenário inovador em que a educação de jovens e adultos ganha um destaque especial, enquanto um compromisso da instituição federal de ensino, cabe ressaltar o crescimento de um novo público-alvo dentro dos institutos, a população idosa, que carece de propostas pedagógicas e metodológicas diferenciadas, que permitam o despertar dos sentimentos de pertencimento e acolhimento desses dentro dos espaços que estão ingressando. Tais propostas devem estar alicerçadas em uma legislação que inclua efetivamente as pessoas idosas em seus princípios, para que os programas voltados para a educação de jovens e adultos contemplem também o segmento idoso, que é o que mais cresce no Brasil.

Fortalece-se, nesta conjuntura, a importância de programas como o Certific, que acabam oferecendo oportunidades para trabalhadores que já exercem uma atividade profissional há anos, sem o devido reconhecimento oficial de uma instituição formadora, contemplando o público idoso. Destarte, o IFPI, com sua missão de promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais, busca, por meio do Certific, concretizar uma política de educação que tem como premissa a inclusão social, sobretudo de parcelas da população que historicamente foram excluídas das propostas educacionais, e que ainda hoje, mesmo com a realidade incontestada da conquista da longevidade, não figuram como prioridade nas políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Adriana Amaral Ferreira. **Assistência social: história, análise crítica e avaliação**. Curitiba: Juruá, 2008, 2011.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BERZINS, Marília Anselma Viana da Silva. **Violência Institucional contra a Pessoa Idosa: a contradição de quem cuida**. Tese (Doutorado em saúde pública). Universidade de São Paulo, 2009.

_____. Envelhecimento Populacional: uma conquista a ser celebrada. In: **Rev. Serviço Social e Sociedade**, n. 75, São Paulo: Cortez, p. 19-34, 2013.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**, Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências: Brasília: Senado Federal, 2003.

_____. **Guia metodológico do sistema de acesso, permanência e êxito**. SETEC/MEC. Programa Mulheres Mil. 2. ed. Brasília, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=11834&Itemid= Acesso em: 05 mai. 2014.

_____. **Concepções e diretrizes**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: MEC/SETEC, 2008b.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Instituto Federal: concepção e diretrizes**. Brasília: MEC/SEPT, 2008c. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: abr. 2014.

_____. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Instituto Federal: concepção e diretrizes**. Brasília: MEC/SEPT, 2008d. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=6691&Itemid=. Acesso em: 05 mai. 2014.

_____. **Portaria Interministerial nº 1082**, de 20 de novembro de 2009. Ministério da Educação e Ministério de Trabalho e Emprego. Brasília, 2009.

_____. **Manual de Orientações para Implantação da Rede CERTIFIC**. Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério da Educação. Brasília - DF, 2010.

_____. MEC (2014) NOTÍCIA SITE MEC. Relatório identifica avanços na educação básica e alfabetização. Modelo de gestão. O modelo de financiamento da educação no Brasil é um dos destaques de estudo da Unesco divulgado nesta quarta-feira (29). **Portal Brasil**. Publicado em: 29/01/2014 17:13. Última modificação: 29/01/2014 17:13 Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/01/relatorio-identifica-avancos-na-educacao-basica-e-alfabetizacao> >

BREDEMEIRE, S. M. L. Conselho do idoso como espaço público. **Revista Serviço Social e Sociedade**, Cidade, ano XXIV, n. 75, p. 84-102, 2003.

CABRAL NETO, Antônio. Política Educacional Brasileira: novas formas de gestão. In: YAMAMOTO, Oswaldo H; NETO, Antônio Cabral (org.). **O psicólogo e a escola: uma introdução ao estudo da Psicologia Escolar**. 2. ed. rev. e ampl. Natal: EDUFRN EDITORA DA UFRN, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O Envelhecimento Populacional na Agenda das Políticas Públicas. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os novos Idosos brasileiros: muito além dos 60**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p. 253-292. Disponível em: <<http://www.ucg.br/ucg/unati/ArquivosUpload/1/file/Envelhecimento%20Populacional%20na%20Agenda%20das%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%BAblicas.pdf>> Acesso em: 19 set. 2013.

CAMARANO, Ana Amélia. Instituições de longa permanência e outras modalidades de arranjos domiciliares para idosos. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2007, p. 169-190.

CHAIMOWICZ, Flávio. A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas. **Rev. Saúde Pública**, Minas Gerais, v. 31, n. 2, p. 184-200, abr. 1997. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v31n2/2170>> Acesso em: 09 set. 2013.

CURY, C. R. J. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DAGNINO, E. **Movimentos Sociais e participação institucional: repertórios de ação coletiva e dinâmicas culturais na difícil construção da democracia brasileira**. (Para publicação na Revue Internationale de Politique Comparée (número Especial sobre répertoires d'actions collective em Amérique Latine).

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Fapesp, 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. Cidadania: os idosos e a garantia de seus direitos. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

FEATHERSTONE, M. O curso da vida: corpo, cultura e imagens do processo de envelhecimento. In: DEBERT, G. G. **Antropologia e velhice: textos didáticos**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1994. p. 45-64.

FÉLIX, Assunção (org.). **Manual do Aluno Campus Teresina Zona Sul**. Teresina: IFPI/Campus Teresina Zona Sul, 2012.

FERNANDES, Maria Esther. História de vida: dos desafios de sua utilização. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, v. VII, n. 1, p. 15-31, jan./jun. 2010.

FLORIANO, Míriam Villamil Balestro (Orgs.). Políticas Públicas de Atendimentos aos idosos. In: **Pessoas Idosas no Brasil**: Abordagens sobre seus direitos. Brasília: Instituto Atenas, 2009

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GHIRALDELHI JÚNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

HADDAD, E. G. M. **A Ideologia da Velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Análise das condições de vida da população brasileira. Brasília, DF, 2007.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Análise das condições de vida da população brasileira. Brasília, DF, 2008a.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2012. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/paisesat/main_frameset.php> Acesso em: 14 nov. 2013.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2010/SIS_2010.pdf> Acesso em: 12 out. 2013.

IFPI. **Organização Didática**. Teresina: IFPI, 2010.

_____. **Relatório Parcial da implementação da Rede CERTIFIC no Campus Floriano**. Floriano: IFPI, 2011.

_____. **Projeto Político Pedagógico para o Reconhecimento de Saberes e Certificação Profissional**: Eletricista Instalador Predial. Floriano: IFPI, 2012.

IPEA. **Tendências demográficas mostradas pela PNAD 2011**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012 (Comunicados do IPEA: N°157).

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS-CE, **Debate**, n. 6, 1999.

KALACHE, A. Envelhecimento no contexto internacional: a perspectiva da Organização Mundial de Saúde. In: **Anais do I Seminário Internacional Envelhecimento Populacional: uma agenda para o final do século**. Brasília, MPAS, 1996

_____. Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova. **Caderno Saúde Pública**, v. 3, n. 3, 1987, p. 217-220. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X1987000300001&script=sci_arttext>.
Acesso em: 28 set. 2013.

KOLLAND, F. F. ; WHAI, H.W; THESCH-ROMER, C. (Orgs). **Angewandte Gerontologie**. Stuttgart: Kohlhammer, 2000. p.178-183.

LAVALLE, A. G. Cidadania, Igualdade e Diferença. **Lua Nova**, São Paulo, n. 59, p. 75-94, 2003.

LIMA, M. P. Reformas paradigmáticas na velhice do século XXI. In: **Longevidade: um novo desafio para a educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, A. M. M. de; SANGALETI, C. T. **Cuidar do idoso em casa: limites e possibilidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 204p.

LOPES, Ewellyne Suely de Lima; PARK, Margareth Brandini. Representação social de crianças acerca do velho e do envelhecimento. **Estudo Psicologia**, Natal, v. 12, n. 2, 2007, p.141-148.

MARSHAL, T. H. Cidadania e Classe Social. In: **Cidadania, classes sociais e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MINAYO, M. C. S. *et al.* **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. A vida e a saúde do idoso na sociedade global e pós-industrial. **Arquivo de geriatria e gerontologia**, v. 4, n. 2, p. 169-181, 2000.

MORAES, Francisca Pereira de Sousa. Da Escola de Aprendizizes Artífices do Piauí a Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí. In: RODRIGUES, Antônio Gerardo (org). **Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí: 90 anos de ensino profissionalizante**. Teresina: EDUFPI, 2002.

MULLER, Eliane Fransieli. **A violência intrafamiliar contra o idoso: um estudo no contexto do CIAPREVI**. 2008. 128f. Monografia (Curso de Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em:
<<http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/monografias/3.pdf>> Acesso em: 16 out. 2013.

NERI, A. L. (org.). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC/SP, 2007.

NETTO, Antonio Jordão. Universidade Aberta para a Maturidade: avaliação crítica de uma avançada proposta educacional e social. In: **Longevidade: um novo desafio para a educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

NOBREGA, Carmen Verônica de Almeida Ribeiro. 2006. 82p. **A alfabetização de adultos e idosos: novos horizontes**. Dissertação (Mestrado em Educação). UFPB, João Pessoa, 2006.

NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 117-166.

ODORIZZI, R. O projeto “pessoa idosa: vida e cidadania com novos enfoques” na construção da cidadania do idoso: relato de uma experiência. In: **Anais do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. III, 2000.

OLIVEIRA, F. de. A vulnerabilidade social e carência de direitos. In: **Cadernos ABONG**, Cidade, jun. 1995.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra, 2002

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Relatório de Monitoramento de educação para todos**. Brasil 2008: educação para todos em 2015; alcançaremos a meta? Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001592/159294por.pdf> Acesso em: 13 mai. 2014.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas: Subsídios às críticas dos mínimos sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PONTAROLO, Regina Sviech. **Políticas públicas educacionais para o idoso e sua implementação pelo SEED – PR na cidade de Prudentópolis**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2008.

POZO, J. I. **Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura de. Relatos orais: do indizível ao dizível. In: SIMSON, Olga de Moraes (org.). **Experimentos com história de vida Itália/Brasil**. São Paulo: R. T., 1988.

REIS P. O.; CEOLIM, M. F. O significado atribuído a ser idoso por trabalhadores de instituições de longa permanência. **Rev Esc Enferm**, USP, 2007; 41(1):57-64.

RIBEIRO, Vera Masagão. A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico. **Educação e Sociedade**, São Paulo, ano 20, n. 68, p. 184-201, dez. 1999.

RODRIGUES, Nara da Costa. Política Nacional do Idoso: retrospectiva histórica. **Estud. interdiscip. envelhec.**, Porto Alegre, v. 3, p. 149-158, 2001. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/viewFile/4676/2593>>Acesso em: 19 set. 2013.

SAVIANI, Dermeval. **História da história da educação no Brasil**: um balanço prévio e necessário. Conferência de abertura do V Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, organizado pela Uninove e realizado em São Paulo, de 27 a 29 de agosto de 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2012.

SANTOS, Nayane Formiga dos; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. As Políticas Públicas Voltadas ao Idoso: melhoria da qualidade de vida ou reprivatização da velhice. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 2, art. 20, p. 358-371, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://189.43.21.151/revista/index.php/fsa/article/view/130/pdf>> Acesso em: 20 set. 2013.

SILVA, Juracy Resende. **Institutos Federais**: lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões. Natal: IFRN, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=&gid=3753&option=com_docman&task=doc_download. Acesso em: 05 mai. 2014.

SIQUEIRA, M. E. C; MOI, R. C. Estimulando a Memória em Instituições de Longa Permanência. In: SIMSON, O. R. de M. V.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. (Orgs.). **As Múltiplas Faces da Velhice no Brasil**. São Paulo: Editora Alínea, 2003, p. 165-186.

SOUSA, Silvana Teixeira Araújo. **A escola em interface com a desvalorização e exclusão social da pluralidade cultural**. Trabalho de conclusão de Curso de Psicologia, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual do Piauí. Teresina, 2008.

SOUZA, M. M. C de. **O analfabetismo no Brasil sob o enfoque demográfico**. Texto para discussão, n. 639. Brasília: IPEA, 1999.

SOUZA, M. M. C de; SANTANA, Fernanda. Educação Profissional e Certificação de Saberes: primeiras aproximações ao estudo da certificação como política pública. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, 2011.

SPÍNDOLA, T.; SANTOS, R. da S. Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa (dora?). **Rev. Esc. Enferm.**, São Paulo, USP, 2003; 37(2):119-26.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e Trabalho no Tempo do Capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TELES, Vera da Silva. Questão Social: afinal, do que se trata? **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 4, p. 85-95, out./dez. 1996.

URBANO, Fernanda Santana de Souza; PEREIRA, Marcelo Urbano. A Rede Certific e a Certificação Profissional: uma nova institucionalidade para uma nova política? In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**: o desenvolvimento da crise capitalista e a atualização das lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). São Luís Maranhão, 20 a 23 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo15-impasse-desafios-das-politicas-de-educacao-aredecertificacao-certificacao-profissional-umanovainstitucionalidade-para-umanovapolitica.pdf>> Acesso em: 05 mai. 2014.

VALENTE, José Armando. Aprendizagem continuada ao longo da vida: o exemplo da terceira idade. In: KACHAR, Vitória (Org.). **Longevidade**: um novo desafio para a educação. São Paulo: Cortez, 2001.

VERAS, Renato. A Longevidade da população: desafios e conquistas. In: **Rev. Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano XXIV, n. 75, p. 5-18, out. 2003.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Você precisa decidir se quer participar ou não. Por favor, não se apresse em tomar a decisão. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tiver. Este estudo está sendo conduzido pela mestrandia Juliana Reis Lima, sob a orientação da Professora Doutora Maria do Rosário de Fátima e Silva. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado(a) de forma alguma.

ESCLARECIMENTOS SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: O SIGNIFICADO DO RECONHECIMENTO DOS SABERES DE PESSOAS IDOSAS: uma análise da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Certific) do Instituto Federal do Piauí (IFPI).

Pesquisadora Responsável: Prof^a Dr^a Maria do Rosário de Fátima e Silva

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Piauí - UFPI

Pesquisadora Participante: Mestrandia Juliana Reis Lima

Telefones para contato: (86) 9970-1554

Trata-se de uma pesquisa que será realizada para conclusão do curso de Mestrado em Políticas Públicas. A pesquisa utilizará como referencial metodológico a abordagem qualitativa, uma vez que o objeto de estudo dessa está voltado para a análise do significado do reconhecimento formal de saberes para pessoas idosas, buscando compreender de que modo a estratégia governamental do Programa Certific tem colaborado para a elevação da escolaridade de pessoas idosas que estavam distantes dos espaços de formação educacional e profissional, bem como conhecer os fatores que contribuíram para suas escolhas relativas às carreiras profissionais durante sua trajetória de vida, e o que a certificação de saberes tem representado no mundo do trabalho. Eleggem-se, como objetivos que nortearão este estudo: identificar o conceito de educação e de formação que embasam a proposta da rede de certificação; conhecer a concepção de velhice e envelhecimento que orienta as ações educativas da rede Certific; perceber o papel desempenhado pela rede na perspectiva da inclusão social e educativa da pessoa idosa; identificar as percepções e expectativas das pessoas idosas, quanto ao processo de reconhecimento de saberes da Rede Certific do IFPI; verificar as possíveis mudanças ocorridas na vida das pessoas idosas, após o ingresso na Rede Certific; conhecer o cotidiano de vida das pessoas idosas alunas da Rede Certific; identificar o cumprimento da proposta da Rede Certific de avaliação, reconhecimento e certificação de conhecimentos adquiridos na educação profissional, inclusive no trabalho. Para contemplar os objetivos da pesquisa, será lançado mão de procedimentos de pesquisa, como relatos orais por meio de entrevista

semiestruturada. As entrevistas serão realizadas em local e data que melhor lhe convier, e registradas por meio de um gravador, para posterior estudo das falas.

Você poderá experimentar constrangimento durante a entrevista, visto que serão trabalhadas questões íntimas e sensíveis da sua vida pessoal. Nesse sentido, ressalta-se a garantia do anonimato da procedência das informações obtidas, bem como total liberdade para interromper a entrevista, ou mesmo desistir dessa, retirando-se da pesquisa.

Não há benefício direto e imediato para o participante deste estudo; entretanto, acredita-se que a produção de conhecimento acerca dessa temática é essencial para alimentação das discussões científicas e políticas que envolvem a pessoa idosa.

Gostaria de informar que você tem a garantia de acesso aos pesquisadores responsáveis pela pesquisa, em qualquer etapa do estudo, para esclarecimento de eventuais dúvidas. Para maiores informações, poderá entrar em contato com a pesquisadora, Prof^a Dr^a Maria do Rosário de Fátima e Silva, pelo telefone (86) 9986-7731; e a Mestranda Juliana Reis Lima, pelo telefone (86) 9970-1554, ou no endereço Rua Delfim Moreira 2522, Lourival Parente. Teresina-PI. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI - *Campus* Universitário Ministro Petrônio Portella - Bairro Ininga, Centro de Convivência L09 e 10 - CEP: 64.049-550 – Teresina-PI; tel.: (86) 3215-5734 - email: cep.ufpi@ufpi.edu.br web: www.ufpi.br/cep.

Se você concordar em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. A menos que requerido por lei ou por sua solicitação, somente as pesquisadoras e o Comitê de Ética terão acesso as suas informações, para verificar as informações do estudo.

Sua participação no estudo poderá se restringir a um único encontro com a pesquisadora responsável pela pesquisa, para realização da entrevista, ou poderão ser necessários novos encontros, para posteriores esclarecimentos acerca das informações prestadas. Ao sujeito, fica assegurado o direito de retirar o consentimento, a qualquer tempo, sem qualquer prejuízo da continuidade do acompanhamento.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG/CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo, como sujeito. Fui suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo **O SIGNIFICADO DO RECONHECIMENTO DOS SABERES DE PESSOAS IDOSAS: uma análise da Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada (Certific) do Instituto Federal do Piauí (IFPI).**

Discuti com a pesquisadora Mestranda Juliana Reis Lima sobre a minha decisão em participar neste estudo. Ficaram claros, para mim, quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro, também, que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo, ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido, ou no meu acompanhamento neste Serviço.

Teresina-PI, ____/____/____

Nome do sujeito ou responsável

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite do sujeito em participar.

Testemunhas:

Nome: _____

RG _____ Assinatura: _____

Nome: _____ RG: _

_____ Assinatura: _____

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa para a participação neste estudo

Assinatura do pesquisador

Data da entrevista: ___/___/___

APÊNDICE B - LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Cidade: _____

Telefone: _____

Data de nascimento: ___/___/___ Naturalidade: _____ Idade em anos: _____

Telefone: _____

-Estado Civil:

 solteiro casado ou com companheiro/a separado – divorciado viúvo/a.

- Renda familiar:

 1 salário mínimo 2 salários mínimos 3 salários mínimos 4 salários Mínimos 5 ou mais salários mínimos.

- Escolaridade:

 0-4 anos 5-8 anos 9-11 anos Curso superior Outro: _____

- Atuação Profissional exercida: _____ Há _____ anos.

 Ativa Ativa em tempo parcial Desempregado/a Aposentado/a Aposentado/a com atividades em tempo parcial. Qual? _____- Possui dependência física? Não Sim

Qual _____ Mora com (número de elementos e grau de parentesco): _____

- Situação Habitacional: Casa própria Casa alugada Casa de familiar Instituição Outra: _____ Tempo de residência no município: _____

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Qual é, e como é seu trabalho? Qual ocupação?

Qual a importância de seu trabalho para você?

Como você ingressou na área de eletricista?

Quanto tempo de experiência você possui na área de eletricista?

Você se preparou para exercer a atividade de eletricista?

Você estudou até que série? Por quê?

Tem vontade de retornar aos estudos?

Como você soube do Certific?

O que o levou a buscar o IFPI/Certific?

Como você percebe o Programa Certific?

Você verificou alguma mudança trazida para você após sua inserção no Programa Certific?

O que significa “envelhecer” para você? Representações de velhice, educação, direitos sociais.

Vamos falar agora deste momento atual da sua vida... de como você vivencia a velhice. Na sua opinião, como você desfruta a sua velhice?

Existe alguma coisa que a Velhice lhe impossibilita de fazer e que você gostaria de continuar fazendo?